

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE

**O SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS:
tendências e particularidades**

Natal
2007

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE

**O SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS:
tendências e particularidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvana Mara Morais Santos

Natal
2007

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE

O SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

tendências e particularidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Dissertação aprovada em: _____/_____/2007.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Silvana Mara de Moraes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(orientadora)

Prof^a Dr^a Sâmia Rodrigues Ramos
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
(Membro titular externo)

Prof^a Dr^a Denise Câmara de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Membro titular interno)

Prof^a Dr^a Íris Maria de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Membro suplente)

Dedico

Ao pequeno Felipe, fonte de estímulo
e esperança de novos tempos, parte de mim
que ilumina minha trajetória.

Ao Rodrigo, eterno companheiro, amigo, marido,
que sempre me incentivou e contribuiu na
superação dos desafios e na concretização dos
meus objetivos.

Aos Assistentes Sociais, guerreiros e guerreiras
que no cotidiano das suas ações profissionais e
políticas lutam e sonham por uma sociabilidade
para além do capital.

AGRADECIMENTOS

Como toda caminhada, trilhada e vivenciada por conquistas, alegrias, limites e dificuldades, não é possível se concretizar sem a colaboração de outros sujeitos. Por isso, este processo de construção teórico-metodológica e amadurecimento pessoal e profissional só foi possível diante da contribuição de pessoas importantes e especiais que, cada uma ao seu modo e dentro das suas possibilidades, permitiu a concretização deste projeto. Assim, considero imprescindível agradecer neste momento.

Em primeiro lugar, ao meu querido companheiro, amigo, marido que partilhou intensamente todos os momentos deste processo, inclusive incentivando e colaborando com atividades necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Agradeço-te, ainda, por tentar sempre suprir, dentro do possível, o tempo roubado por este trabalho ao nosso pequeno Felipe. Tu és meu porto seguro e fonte de energia! Obrigada, meu amor!

Ao nosso pequeno Felipe, por existir, ser parte de mim; desculpa-me pelo tempo que não estive ao teu lado, bem como te agradeço pelos deliciosos momentos de alegria que me proporcionaste quando eu estava em fases tão difíceis. Amo-te muito! És muito pequeno, mas espero que compreendas a importância do conhecimento e das descobertas na minha vida.

À minha família, queridos pai, mãe, manos Quele e Wender, amigo Hélio, D. Nete e Dr. Synésio que, cada um, à sua maneira, sempre incentivaram minhas “aventuras intelectuais”.

Quero agradecer, particularmente, à professora Doutora Silvana Mara, minha orientadora, que se disponibilizou a caminhar comigo nesta trajetória do mestrado. Presença tranqüila, competente e humana que, com muito respeito, realizou contribuições valiosas na totalidade do processo da elaboração do trabalho.

De maneira singular, agradeço à secretaria e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN, em particular à professora Denise Câmara que contribuiu de forma singular, atenciosa e crítica para a elaboração e finalização deste estudo. Obrigada Denise por fazer parte do meu processo de descobertas e aprendizados.

Não posso deixar de agradecer, de maneira especial, à amiga fraterna Sheilla Nadéria, confidente, companheira de estudo de longas datas, à tua eterna disponibilidade e carinho em contribuir com humildade no avanço intelectual desta caminhada, bem como no resultado deste trabalho. Obrigada, amiga!

A todas as colegas da turma 2005.1 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, turma da qual faço parte, em especial à Thalyta Mabel, Iana, Joseneide, obrigada pelas excelentes dicas, trocas de idéias, palavras amigas e singelas que muito contribuíram na trajetória deste estudo. Obrigada, colegas!

Também com carinho especial, agradeço a todas as companheiras do Conselho Regional de Serviço Social 14ª Região/RN, do qual faço parte como conselheira, com muita honra e respeito, pela compreensão nos momentos de ausência nas atividades e na luta cotidiana em prol da elaboração deste trabalho.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram (aqui citados ou não) com este processo de amadurecimento e fechamento de uma etapa importante da minha história profissional e pessoal, meus sinceros agradecimentos. E a luta segue em frente! Vamos ao aprofundamento e à continuidade dos estudos!

*A vida anda árida...
É um tempo de poucos sonhos,
de parca coragem,
de irracionalidades,
de dores, injustiças, barbárie.
Mas sinto que amanhã é dia de luta
assim como foi o dia de ontem
e como sempre será:
acazos, recomeço, tormentas e novos caminhos
a serem trilhados pelos nossos pés de história...*

(70 Anos de Luta – Andréa Lima)

RESUMO

O presente estudo trata do exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs associadas à ABONG, no município de Natal/RN, no que se refere às condições de trabalho, às demandas e às respostas profissionais, diante da conjuntura de reestruturação do capital. O conjunto de transformações sócio-históricas, resultado da dinâmica capitalista pós-1970, engendra um processo de novas configurações na relação Estado e sociedade as quais interferem diretamente no tratamento da questão social na atualidade, desconstruindo direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores. Nesse contexto, as ONGs, assumem função social estratégica no enfrentamento da questão social, contribuindo para o deslocamento das responsabilidades com o social, da órbita do Estado para o chamado terceiro setor. Esse movimento societário desencadeia mudanças para o Serviço Social, uma vez que é uma das profissões que atuam nas expressões imediatas da questão social. A partir de uma pesquisa qualitativa fundamentada numa perspectiva teórico-metodológica crítica e dialética, foi possível desvendar algumas contradições, particularidades e tendências do exercício profissional do(a) Assistente Social em ONGs. Sinteticamente, os resultados da pesquisa indicaram que: a) nas condições de trabalho há uma tendência de precarização, instabilidade, insegurança e desarticulação dos profissionais; b) as demandas estão associadas ao momento de reordenamento do capital, cujas “novas” exigências e responsabilidades profissionais têm sintonia com as necessidades do capital em tempos de crise estrutural; c) os limites e as contradições estão presentes no cotidiano profissional, principalmente em função das características de gestão e funcionamento das ONGs; d) as profissionais entrevistadas apresentam dificuldades significativas na articulação entre a singularidade do cotidiano profissional nas organizações e a totalidade dos processos sociais, limitando a capacidade de efetuar a crítica às requisições (im)postas pelo capital.

Palavras Chaves: Serviço Social. ONGs. Questão Social.

ABSTRACT

The present study is about the professional exercise of the Social Worker in ONGs associated with the ABONG in Natal city, state of Rio Grande do Norte, referring to the work conditions, claims and professional responses in front of the capital restructuring circumstances. The group of socio-historical transformations, as a result of the after-1970 dynamic capitalism, conducts a process of new configurations in the relationship between State and society that directly affect the social question nowadays, destroying social rights historically conquered for the workers. In this context, the ONGs assume a strategical social function of the social question, contributing with the change of responsibilities with the social from the State to the third sector. This social movement causes changes to the Social Work since this is one of the professions that act on the immediate expressions of the social question. After a qualitative research based on a theoretical-methodological critical and dialectical perspective, it was possible to discover some contradictions, details and tendencies of the professional exercise of the Social Worker in ONGs. Summarizing, the results of the research show that: a) it was detected a tendency of precarization, instability, insecurity, no-articulation, no-professionalization of the professionals in the work conditions; b) demands are associated with a moment of the capital re-ordering, where “new” professional exigencies and responsibilities are related with capital necessities in the period of structural crisis; c) limits and contradictions are present in a professional daily work mainly in function of the characteristics of gestation and functioning of the ONGs; d) the professionals that were interviewed show significant difficulties in a articulation between the professional daily work in organizations and the totality of the social processes, limiting the capability of doing critics to the requisitions imposed by the capital.

Key-words: Social Work. ONGs. Social Question.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - ÁREA DE ATUAÇÃO E MISSÃO DAS ONGS ESTUDADAS.....	99
QUADRO 2 – FINANCIAMENTOS DAS ONGS PESQUISADAS	102
QUADRO 3 – EXIGÊNCIAS INSTITUCIONAIS	115
QUADRO 4 – ANO E LOCAL DE CONCLUSÃO GRADUAÇÃO/FAIXA ETÁRIA	123
GRÁFICO 1 – FORMAÇÃO ATUAL	125
GRÁFICO 2 - TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO	128
GRÁFICO 3 – FORMA DE INSERÇÃO NA INSTITUIÇÃO	129
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO EM PARTIDO POLÍTICO, SINDICATO, MOVIMENTO SOCIAL.....	131
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO EM CONSELHO DE DIREITOS.....	132
GRÁFICO 6 – TIPO DE CONTRATAÇÃO	134
GRÁFICO 7 – REMUNERAÇÃO (SALÁRIO MÍNIMO)	137
QUADRO 5 – FAIXA SALARIAL, CARGA HORÁRIA E FUNÇÃO	138
QUADRO 6 – ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO.....	145
QUADRO 7 – ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS	151
QUADRO 8 – ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS E FUNÇÕES ASSUMIDAS	153

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Sem-Terra

ONG – Organização Não-Governamental

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE.....	22
2.1	TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL	22
2.2	TERCEIRO SETOR E ONGS: PARTICULARIDADES E LIMITES	49
3	QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	69
3.1	A QUESTÃO SOCIAL: GÊNESE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	69
3.2	A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE	83
3.3	A INSERÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ONGS	98
3.3.1	As ONGs estudadas: o universo da pesquisa	99
3.3.2	Exigências, limites e desafios para o Serviço Social	111
4	O SERVIÇO SOCIAL NAS ONGS EM NATAL/RN: A OBJETIVAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	122
4.1	PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS	123
4.2	CONDIÇÕES DE TRABALHO NO UNIVERSO DAS ONGS: PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO	133
4.3	DEMANDAS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS: O COTIDIANO PROFISSIONAL .	150
4.4	A RELAÇÃO QUESTÃO SOCIAL/ONGS/ESTADO NA PERSPECTIVA DAS ASSISTENTES SOCIAIS	162
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
	REFERÊNCIAS	182
	APÊNDICES	190

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura mundial pós-1970, conduzida pelo projeto neoliberal, redimensiona-se a partir de um conjunto de alterações ocorridas nas sociedades capitalistas, as quais resultam da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e da reprodução social. Com o objetivo central de garantir os padrões de acumulação e manutenção da hegemonia, com adesão e consentimento da classe trabalhadora, o capital reorganiza relações e funções sociais para o Estado, a sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões política, econômica, cultural e ideológica da vida social. Por ser uma das profissões que intervém no processo de reprodução social, por meio da atuação direta nas expressões da questão social, o Serviço Social vivencia, no seu cotidiano profissional, alterações significativas que constituem e reconstituem limites, desafios e possibilidades objetivas de trabalho.

O cenário contemporâneo de transformações sócio-históricas atravessa o exercício profissional nas Organizações Não-Governamentais, bem como estabelece um conjunto de determinações em tais organizações que as situam na lógica da participação da sociedade civil que perpassa o terceiro setor. Pode-se afirmar que o contexto neoliberal estimula e, sobretudo, promove uma tendência dominante de deslocamento do trato com a questão social do Estado para o terceiro setor, o que fortalece ações pontuais e descontínuas e conduz a exigências de qualificação, competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade na intervenção de profissionais como o(a) Assistente Social¹.

Dessa forma, situa-se a questão norteadora deste trabalho: quais as tendências e as particularidades do exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, na atualidade? O pressuposto da investigação é que as novas configurações da relação Estado e sociedade, considerando a luta de classes na contemporaneidade, engendram contradições e limites no exercício profissional do(a) Assistente Social, particularmente no campo das ONGs, que podem legitimar/reforçar as requisições atuais do capital ou podem, a partir de um conjunto de mediações, contribuir para a apreensão das determinações e fazer a crítica a tais requisições.

¹ Segundo pesquisa do perfil profissional (CFESS, 2005, p. 26), identifica-se uma tendência de crescimento da contratação de Assistentes Sociais nas instituições do terceiro setor: “[...] o terceiro setor aparece em 5º lugar como instituição empregadora em todas as regiões do país, exceto no Norte onde não há incidência dessa natureza; nas regiões Sul e Centro-Oeste esta natureza institucional tem a mesma frequência que as instituições públicas federais, ocupando a quarta posição”.

O interesse pela temática Serviço Social e ONGs tem sua gênese em três momentos essenciais, frutos de minha trajetória pessoal, intelectual e profissional. O primeiro se sucedeu no período de graduação em Serviço Social - UFPE, 1994-98 - na fase do estágio obrigatório (1997) realizado numa ONG² da Região Metropolitana do Recife. Nesta ONG havia um projeto de “parceria” (assessoria) entre tal organização e o governo municipal de Camaragibe/PE para a viabilização de uma proposta de orçamento participativo na localidade³. O estágio obrigatório neste projeto iniciou um processo de reflexão crítica sobre a viabilidade ética e política da chamada “parceria” entre uma ONG e o Estado.

O envolvimento com a temática, todavia, ocorreu de forma mais contundente num segundo momento a partir de experiências profissionais realizadas em ONGs no período 2001 e 2002 nas cidades de Recife/PE e Vitória de Santo Antão/PE. A partir de uma relação de trabalho instável e precária e na função de técnico social, com intervenção voltada para o trabalho em comunidades, foi possível aprimorar as reflexões e estimular o surgimento de questionamentos sobre os limites profissionais, o funcionamento e a lógica destas organizações na sociedade capitalista.

O terceiro e último momento de destaque manifesta-se durante a realização da especialização em “Políticas Públicas e Gestão em Serviço Social” - UFPE, 2001-2002. As indagações e aproximações sucessivas com a temática culminaram com a elaboração de uma monografia⁴, cuja discussão central foi a relação entre a Reforma do Estado e a expansão das ONGs, principalmente a partir de 1990, bem como a articulação entre estas organizações e a conjuntura de reestruturação do capital. A aproximação teórico-metodológica do tema ONG e Reforma do Estado propiciou campo fértil para questões sobre o exercício profissional do(a) Assistente Social em ONGs. Devido às limitações de um trabalho monográfico, entretanto, não foi possível dar continuidade aos estudos naquele momento, conduzindo a uma possibilidade concreta posterior a partir da seleção do Mestrado em Serviço Social na UFRN, no período 2004 - 2005.

Diante das experiências profissionais e dos estudos realizados, alguns questionamentos causavam inquietação: o(a) Assistente Social efetua uma leitura crítica do espaço sócio-

² Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas (Recife/PE).

³ O estágio obrigatório resultou na monografia de conclusão de curso intitulada “Ôpa! Participar em Camaragibe é decidir” (UFPE, Departamento de Serviço Social, 1998).

⁴ Intitulada “ONG’s e Políticas Sociais Públicas – um espaço em discussão a partir da Reforma do Estado no Brasil na década de 90” (UFPE, Departamento de Serviço Social, 2002).

ocupacional chamado ONG e também do seu exercício profissional nesta instituição? As condições de trabalho nestes espaços institucionais favorecem à materialização dos princípios e valores do projeto ético-político profissional? O que é demandado para este(a) profissional nas organizações, diante de uma conjuntura de reestruturação do capital? Como respondem às demandas profissionais?

É desse conjunto de questionamentos que emerge o objeto de estudo da presente dissertação: o exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, no que concerne às contradições e aos limites profissionais determinados pelas novas configurações da relação entre o Estado e a sociedade.

Entende-se que a profissão de Serviço Social é fruto da dinâmica da sociedade capitalista, sendo imbricada pelas contradições e transformações sócio-históricas do tempo presente. Por isso, a necessidade de compreender a sociabilidade do capital na sua totalidade, verificando as mediações que reconstituem suas relações sociais e materiais e os desdobramentos para a profissão.

Nesse momento sócio-histórico de prevalência política, econômica e ideológica da racionalidade do capital, a relevância social deste estudo se manifesta na possibilidade de construir indicações de análise sobre o exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, considerando: a) as determinações societárias que incidem na relação Estado e sociedade, na dinâmica institucional, nos projetos institucionais, nas condições de trabalho e nas demandas para a profissão de Serviço Social; b) as contradições na relação capital-trabalho que possibilitam (ou não) o fortalecimento do projeto ético-político-profissional; e c) as possibilidades de ultrapassar o cotidiano profissional (a aparência) e criar alternativas de resistência à hegemonia do capital. As reflexões sobre o exercício profissional nas ONGs podem ainda contribuir para a intervenção dos(as) Assistentes Sociais em tais organizações, sugerindo novos estudos e questionamentos.

É importante considerar que a luta contra o conservadorismo no Serviço Social, a viabilidade do projeto ético-político e a garantia de uma direção social coerente com o projeto societário das classes subalternas se expressam em um processo travado na singularidade do exercício profissional, entendida em relação dialética e contraditória com a dimensão da totalidade histórica. Então, num contexto de reestruturação do capital, as condições de trabalho e as demandas profissionais (im)postas assumem um papel fundamental na materialização de uma direção ética e política afinada com o projeto profissional. Iamamoto (2002, p.15) esclarece que

“o desafio maior é traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do Assistente Social”.

Somente a partir do conhecimento, da análise e do debate das contradições e mediações é possível contemplar prioridades e edificar, com coerência, alternativas de luta e mobilização para reafirmar valores, princípios e posturas coerentes com o projeto ético-político profissional: “responder crítica e criativamente às exigências colocadas pela reestruturação produtiva, defender condições de trabalho e resistir às práticas de passivização” (CESAR, 1998, p. 145) são os maiores desafios na atualidade. Por isso,

Negar e fingir que tudo segue sem problemas é um ato suicida; conformar-se, aceitar como dado e se adequar resulta reprodutor e confirma estas tendências nefastas tanto para os direitos dos usuários quanto para os Assistentes Sociais. O conhecimento crítico deste processo e seu enfrentamento é o único caminho a seguir (MONTAÑO, 2003, p. 256).

Os momentos de reflexão e investigação do exercício profissional são essenciais no processo de desconstrução de valores e práticas conservadoras, bem como são fundamentais para a luta pela reafirmação de direitos sociais e para a organização política dos trabalhadores (incluindo os/as Assistentes Sociais). Considera-se que a análise das condições de trabalho, das demandas, bem como das respostas profissionais do(a) Assistente Social na contemporaneidade pode contribuir para desvendar o espaço e as contradições do terceiro setor e das ONGs, assim como da sua relação com a questão social. Isso porque são as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional que definem e redefinem limites e possibilidades para a profissão, bem como determinam a ação e os resultados individuais e coletivos.

Diante do exposto, delimitou-se como objetivo geral desta investigação: analisar o exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, suas contradições e limites, considerando condições de trabalho, demandas e respostas profissionais objetivadas a partir da conjuntura de transformações sócio-históricas contemporâneas. E, como objetivos específicos:

- Identificar o perfil profissional dos(as) Assistentes Sociais que trabalham em ONGs;
- Caracterizar as condições de trabalho que conformam o exercício profissional em tais organizações;

- Apreender as demandas e as respostas profissionais, bem como o nível/possibilidade de autonomia do(a) Assistente Social nas Organizações Não-Governamentais.

Para atender a esses objetivos, o trabalho apoiou-se numa perspectiva teórico-metodológica⁵ crítica e dialética⁶ que buscou estudar os fenômenos a partir das suas relações, mediações e contradições. Segundo Barros e Lehfeld (1990, p. 34), para “conhecer o objeto de pesquisa na perspectiva dialética deve-se considerar o objeto no seu desenvolvimento, no seu movimento próprio, na sua transformação”.

No processo da investigação buscou-se apreender a realidade a partir do movimento concreto/abstrato/concreto pensado. Para Marx (1978), a aparência é um todo caótico que expressa o universo da empiria, do cotidiano, do repetitivo, do aparente, o qual é indispensável para o início da investigação, mas insuficiente, pois só a análise das suas múltiplas determinações, ou seja, a abstração do real permite ultrapassar a mera aparência para atingir a essência dos fenômenos por aproximações sucessivas. O autor explica: “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1978, p. 117).

Em função do caminho teórico-metodológico escolhido e da natureza do objeto, realizou-se um estudo qualitativo a partir da concepção de totalidade⁷ das relações sociais contemporâneas, tomando suas múltiplas determinações, expressões, contradições⁸ e historicidade na sociedade capitalista, e na particularidade da profissão de Serviço Social.

Nesta perspectiva, o trabalho fundamentou-se em dois eixos temáticos, seguidos das suas categorias de análise: a) a relação entre Estado e sociedade na contemporaneidade, com destaque para as categorias sociedade civil e hegemonia; e b) o exercício profissional, articulado ao tratamento dado à questão social, com ênfase nas categorias desigualdade social e cotidiano. Na

⁵ A compreensão do referencial como teórico-metodológico significa assumir que há uma relação intrínseca entre método e teoria. Tanto a investigação quanto a análise devem vir acompanhadas de uma teoria e um método, articulados organicamente.

⁶ Perspectiva fundamentada na teoria social de Karl Marx (século XVIII), cujo legado das análises do autor sobre a sociedade capitalista garante a reflexão e o entendimento da contemporaneidade e dos seus desafios, pois enquanto houver capitalismo, permanecerão atuais as análises deste autor.

⁷ Segundo Löwy (1985, p.16), a categoria totalidade é “percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado [...]”, articulado, ou seja, as dimensões da realidade se relacionam entre si, num movimento dinâmico, histórico, permanente e contraditório.

⁸ “Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade” (LOWY, 1985, p.16). Então, entende-se que as contradições estão presentes e são intrínsecas aos fenômenos.

verdade, buscou-se compreender o exercício profissional do(a) Assistente Social no contexto das profundas redefinições da relação Estado e sociedade, considerando: no horizonte do exercício profissional, as condições de trabalho, as demandas e as respostas profissionais e, no horizonte da relação Estado e Sociedade, as configurações do terceiro setor e a função social assumida pelas ONGs no tratamento dispensado à questão social.

Na objetivação desse estudo foram realizados os seguintes procedimentos: a) revisão bibliográfica que situou o “estado da arte” da temática de estudo; b) coleta de dados secundários, através da análise de documentos institucionais, como por exemplo, os últimos relatórios de atividades das ONGs, folders, formulários e cartazes; c) coleta de dados primários, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, gravadas⁹, com as Assistentes Sociais das ONGs que compõem o universo da pesquisa, bem como a aplicação de um questionário para explicitar aspectos do perfil profissional, com o objetivo de obter informações mais objetivas e específicas; e d) observação assistemática/livre, com ênfase nos depoimentos, durante o momento das entrevistas, e na dinâmica de funcionamento das ONGs, através da realização de visitas a tais organizações.

Na investigação foram definidos como sujeitos da pesquisa as Assistentes Sociais que trabalham nas quatro ONGs vinculadas, até julho de 2006, à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG¹⁰) na cidade de Natal/RN, perfazendo um total de nove profissionais. Assim, a escolha das ONGs estudadas baseou-se nos critérios: a) filiação à ABONG, tomando como referência o ano de 2006 (até julho); b) apresentação de Assistentes Sociais no quadro funcional; e c) aceitação destas profissionais para colaborarem com a pesquisa. Quanto ao critério de associação à ABONG, foi devido ao fato de a entidade constituir-se em referência política reconhecida nacional e internacionalmente na perspectiva de defesa dos direitos humanos.

Vale ressaltar que, no decorrer da dissertação, os nomes das instituições não foram revelados, bem como foram utilizados nomes fictícios para as Assistentes Sociais, a fim de preservar a identidade das entrevistadas¹¹, uma vez que o número de organizações era reduzido e

⁹ Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos da pesquisa.

¹⁰ Segundo Estatuto Social, a entidade foi fundada em 10/08/1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista (Disponível em <www.abong.org.br>).

¹¹ Os nomes de todas as Assistentes Sociais entrevistadas são fictícios, sendo os nomes verdadeiros substituídos por nomes de flores e pedras preciosas brasileiras (Safira, Hortência, Violeta, Margarida, Jasmim, Esmeralda, Rubi, Rosa e Jade).

a divulgação de nomes, tanto da instituição como dos sujeitos da pesquisa, conduziria a uma identificação imediata.

Outro aspecto importante da coleta de dados é que no momento anterior à realização das entrevistas foram realizados pré-testes com quatro Assistentes Sociais que trabalham em duas ONGs não associadas à ABONG no município de Natal/RN, permitindo os ajustes necessários no roteiro da entrevista.

O roteiro¹² utilizado para a realização das entrevistas semi-estruturadas fundamentou-se em dois eixos centrais: 1) o exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, tendo como objetivo desvelar as condições de trabalho, as atribuições e exigências profissionais, os aspectos técnico-operativos (como planejamento, registro e avaliação das ações), os projetos/programas aos quais as Assistentes Sociais estão vinculadas, a autonomia e a vivência dos princípios do Código de Ética de 1993, a fim de identificar dificuldades, limites e tendências no cotidiano da profissão; e 2) a relação questão social, ONGs e Estado, com o intuito de apreender as concepções teórico-metodológicas que perpassam o entendimento que as Assistentes Sociais detêm sobre: a) o trabalho em tais espaços sócio-ocupacionais; b) a responsabilidade das organizações no atendimento das expressões da questão social; c) a relação ONG e Estado; e d) o terceiro setor na atualidade.

Na fase da realização das entrevistas algumas dificuldades foram enfrentadas. Uma delas foi quanto ao número de entrevistados. A princípio, o total de sujeitos da pesquisa seria de dez Assistentes Sociais, mas a rotatividade e a falta de estabilidade no cotidiano organizacional das ONGs conduziu à saída de uma profissional do quadro funcional de uma das instituições pesquisadas. É digno de nota que entre o momento do contato preliminar nas organizações (fevereiro/2006) e o momento da realização das entrevistas (setembro e outubro/2006) houve também um reordenamento de profissionais, isto é, demissões e novas contratações, o que justifica a realização de entrevistas com Assistentes Sociais há menos de um ano na instituição.

Outra dificuldade enfrentada foi em relação ao acesso aos últimos relatórios de atividades das Assistentes Sociais, pois estes normalmente eram institucionais (ações do coletivo de profissionais da ONG), o que possibilitava, na maioria das organizações, apenas consulta no local da instituição. Mesmo assim, conseguiu-se ter acesso a alguns documentos que contribuíram de forma decisiva para este estudo.

¹² Ver apêndice A.

Vale frisar que as instituições, com exceção de uma delas, e as profissionais de Serviço Social mostraram-se disponíveis para contribuir com a pesquisa, fornecendo informações que possibilitaram a realização do estudo. O cotidiano atribulado de atividades e responsabilidades na dinâmica das organizações, porém, dificultou um pouco o agendamento dos encontros, sendo que alguns momentos tiveram que ser remarcados e, em um dos casos, a entrevista foi concedida em dois períodos diferentes, em função da disponibilidade da Assistente Social. Ainda assim, as profissionais entrevistadas, em sua maioria, mostraram-se receptivas ao trabalho desenvolvido. Apenas uma das instituições dificultou o acesso às informações, impondo alguns limites burocráticos para a realização da coleta de dados. Embora se tenha enfrentado, inicialmente, tal resistência desta organização, conseguiu-se entrevistar as profissionais deste espaço sócio-ocupacional e esclarecer os objetivos e a relevância do estudo efetuado.

A fase seguinte foi destinada ao tratamento e à análise do material coletado, verificando o que emergia de singular e expressivo no processo da investigação. É importante considerar que os dados empíricos foram submetidos à análise no decorrer de todo o trabalho da dissertação e, não apenas na última seção.

Finalmente, para a exposição do estudo, esta dissertação foi subdividida em seções:

- A segunda seção¹³ abordará as novas configurações da relação entre o Estado e a sociedade a partir das alterações sócio-históricas engendradas pela dinâmica capitalista pós-1970. Tomando como ponto de partida a crise estrutural do capital e diante do conjunto de transformações societárias postas no final do século XX, três dimensões são enfatizadas neste trabalho: a reestruturação produtiva, as metamorfoses no mundo do trabalho e a (contra) reforma do Estado; eixos estes que possibilitam e solidificam a emergência e a legitimação do terceiro setor como responsável pelas respostas privadas às seqüelas da desigualdade social. Num segundo momento é destacado o fenômeno terceiro setor, sua emergência e funcionalidade, atrelado à discussão sobre as ONGs na atualidade, com o intuito de desvelar suas particularidades e limites no tratamento das manifestações da questão social. A desmistificação da categoria sociedade civil, bem como o desvendamento do processo de manutenção da hegemonia do capital constituem os fundamentos essenciais para a compreensão e análise das reconfigurações da relação Estado e sociedade.

¹³ A introdução é considerada como primeira seção deste trabalho.

- A terceira seção tratará da relação questão social e Serviço Social na contemporaneidade, partindo do suposto de que as seqüelas sociais são o resultado da exploração do capital sobre o trabalho e que este universo é o campo privilegiado de atuação profissional do(a) Assistente Social. Num primeiro momento são discutidas a gênese da questão social e as estratégias contemporâneas de enfrentamento das suas expressões. Em seguida, o Serviço Social é analisado como uma das profissões que intervém diretamente sob as manifestações da questão social, sendo discutidos os desdobramentos e as repercussões da conjuntura de reestruturação capitalista para o exercício profissional. Por último, são particularizados aspectos da inserção das Assistentes Sociais nas ONGs estudadas, com ênfase para o universo da pesquisa, as concepções das entrevistadas sobre o trabalho nestas organizações e as exigências, os limites e os desafios profissionais.
- A quarta seção sistematizará elementos diretamente voltados para as condições objetivas do cotidiano profissional das Assistentes Sociais no âmbito das ONGs, particularizando: o perfil das Assistentes Sociais, as condições de trabalho; as demandas associadas às respostas profissionais; e as concepções das entrevistadas sobre a relação questão social/ONGs/Estado. Cabe ressaltar que são identificados aspectos objetivos e subjetivos do “fazer” profissional, articulados às determinações sócio-históricas contemporâneas.
- Nas considerações finais do estudo serão sintetizadas as principais tendências e particularidades do exercício profissional em ONGs a partir das dimensões condições de trabalho, demandas e respostas profissionais.

Sem o intuito de esgotar a discussão, espera-se, com este estudo, contribuir com a reflexão crítica sobre as contradições do exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, possibilitando apreender as determinações dos fenômenos envolvidos pela sociabilidade do capital e desvendar os limites e as possibilidades postas à profissão, na perspectiva de ampliar o debate e permitir uma direção social sintonizada com um projeto societário realmente emancipador da condição humana.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

A presente seção tem como ponto de partida a compreensão de que a lógica e a funcionalidade do terceiro setor e das ONGs, assim como a profissão de Serviço Social na contemporaneidade são determinados e estão articulados ao cenário de crise estrutural do capital e do seu processo de reestruturação. Tal conjuntura proporciona uma dinâmica econômica, política, social e cultural que estabelece novas configurações na relação Estado e sociedade, desde o final do século XX. Assim, as relações atuais entre Estado e sociedade somente são possíveis de apreensão a partir do movimento da realidade sócio-histórica e de suas mediações, bem como mediante a luta de classes na atualidade.

Esta seção iniciará com a análise da crise do capital, seguido da reflexão sobre o seu processo de reestruturação através dos eixos reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho e contra-reforma do Estado, visto que este contexto engendra uma série de transformações sócio-históricas que demarcam e definem o espaço e a função do terceiro setor e das ONGs na conjuntura atual. Será ressaltado o discurso e a lógica da contra-reforma do Estado como estratégia hegemônica do capital para garantia da manutenção do seu sistema e para controle e adesão da classe trabalhadora ao reordenamento necessário ao presente estágio capitalista.

Em seguida, far-se-á um debate sobre o fenômeno terceiro setor e as particularidades e os limites que o perpassam, salientando as tendências contemporâneas (a tendência dominante e a tendência crítica) que sobressaem a seu respeito e a articulação de tal fenômeno à resignificação da categoria sociedade civil. Particularizar-se-á as ONGs como uma das expressões mais relevantes de tal “setor”, relacionando-as aos interesses e às necessidades atuais do capital, com destaque para a “mudança de rota” ou alteração na função social de tais organizações.

2.1 TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

A sociedade capitalista contemporânea vivencia um processo de crise que se acentuou no período pós-1970. Autores como Montañó (2001) e Antunes (1999), dentre outros, enfatizam essa crise como estrutural e resultado do sentido destrutivo imanente do capital.

Na verdade, a crise se expressa de forma inerente ao próprio modo de produzir e de se reproduzir do sistema do capital porque sua estrutura gera desequilíbrio de interesses e de necessidades entre as classes fundamentais que constituem tal tipo de sociedade. É essencial considerar que o capitalismo contém em si o germe da crise, pois a dissonância entre produção social coletiva e sua apropriação privada por uma minoria privilegiada engendra mecanismos de exploração e dominação de uma classe sobre a outra, o que conduz à desigualdade e ao conflito entre burguesia e trabalhadores. Por isso, pode-se dizer que a sociabilidade do capital vivencia momentos de crise e de apogeu em sua história e que, por isso, precisa reestruturar-se¹⁴ para garantir a acumulação e a manutenção da sua hegemonia¹⁵.

Para Antunes (1999, p. 27), as características do processo de crise do capital nos anos 70 do século XX exibem “uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica com a perspectiva de uma profunda crise estrutural”. A crise estrutural envolve um conjunto de contradições e limites inerentes à lógica capitalista e que não pode ser superado ou eliminado numa sociabilidade regida pelo capital; pode apenas, a partir de certas estratégias com o imprescindível apoio do Estado, ser “controlado” para manutenção e reprodução do sistema.

O que ocorre na crise contemporânea é o desencadeamento do processo de saturação dos mecanismos de acumulação, conduzindo os representantes do capital a imprimir um conjunto de estratégias para a superação da crise e, assim, reestruturar o seu modo de produzir, acumular e se reproduzir, a fim de retomar as taxas de lucro do período pós 2ª Guerra¹⁶.

De acordo com Mota (2000), nesse cenário, o capital, para manter os padrões de acumulação e controle social¹⁷, necessita operar mudanças econômicas, sociais, políticas e

¹⁴ Embora adquira “novas roupagens”, conforme suas necessidades e interesses, a sociabilidade do capital mantém sua estrutura baseada na exploração e na propriedade privada.

¹⁵ No ensaio sobre a questão meridional, Gramsci realiza uma análise histórica sobre a diferenciação entre as sociedades do oriente e do ocidente, considerando que as ocidentais detêm articulações mais complexas no seu interior. A discussão sobre hegemonia surge na distinção entre a guerra de movimento nas sociedades orientais e a guerra de posição nas sociedades ocidentais, sendo que esta última (posição) encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população como caminho para a conquista e conservação do poder. Na realidade, o autor discute nas sociedades ocidentais a forma como as classes se relacionam e exercem suas funções no interior do “bloco histórico”, indicando a dialética relação entre estas na busca da dominação (SIMIONATTO, 2004).

¹⁶ Vários autores, dentre eles Montañó (2001) e Antunes (1999), a partir de Marx (O capital – capítulo XXIII e do Livro I e na seção terceira do Livro 3) e de Mandel (1982), fazem uma reflexão que a crise do capital é fundamentada na tendência de queda geral constante da taxa de lucro, ou seja, perda do poder de acumulação do modelo de produção capitalista até meados de 1960.

¹⁷ De acordo com Abreu (2002, p. 36), o controle social é considerado como “um sistema articulado, conscientemente coordenado para obter a satisfação de necessidades sociais a partir de certa racionalidade, tendo em vista um determinado conformismo social”.

culturais sem perda da sua hegemonia; por isso, é indispensável constituir uma “cultura política da crise” para sedimentar as reformas. O conteúdo ideológico e político dessa cultura é a idéia de que as dificuldades afetam indistintamente o conjunto da sociedade e que sua superação beneficia todos os sujeitos e países. Portanto, o fenômeno real é a crise das formas de produção e acumulação do capital no pós-1970, sendo instalada a cultura da crise para justificar o processo de reestruturação e garantir a adesão da classe trabalhadora: é a “condição para empreender mudanças consentidas, que adquiram o estatuto de iniciativas positivas no enfrentamento da crise econômica” (MOTA, 2000, p. 72).

Como resposta à crise, iniciou-se, nos países de capitalismo central e periférico (incluindo nestes últimos o Brasil), um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, caracterizado por alterações no processo produtivo, no processo de trabalho e nos mecanismos de controle e organização dos trabalhadores, além de instituir mudanças no campo da cultura e no padrão de intervenção do Estado. Estas modificações econômicas, políticas, sociais e culturais¹⁸, chamadas por Netto (1996) de transformações societárias¹⁹, articulam-se e se expressam, principalmente, a partir de três dimensões: a reestruturação produtiva, as metamorfoses do mundo do trabalho e a contra-reforma²⁰ do Estado.

As transformações sócio-históricas se constituem e se materializam como frentes do desdobramento do Projeto Neoliberal²¹. Tal projeto societário conforma-se como uma nova estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital para a superação da crise de 1970 e para a ampliação da acumulação capitalista.

O neoliberalismo se constitui no capitalismo contemporâneo como o projeto econômico, político e ideológico que se propõe ao reordenamento do sistema do capital no enfrentamento da crise de 1973. Na análise de Anderson (1995), Friedrich Hayek, o idealizador do projeto, e os

¹⁸ Vale ressaltar que esta dinâmica social expressa iniciativas e interesses de classe na contemporaneidade.

¹⁹ Segundo Netto (1996, p. 87), tais transformações “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc”; na verdade, condicionam o modo de produzir e se reproduzir socialmente na contemporaneidade.

²⁰ A partir de Behring (2003) entende-se contra-reforma no sentido da regressão de conquistas da classe trabalhadora.

²¹ Anderson (1995), em seu texto sobre o “Balanço do Neoliberalismo”, destaca que tal fenômeno nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, sendo uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Embora tenha nascido na primeira metade do século XX, o autor afirma que somente após a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, é que as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno.

seus defensores apresentavam o neoliberalismo como solução para a crise e a superação das baixas taxas de lucro das empresas, através de um conjunto de ações:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial; trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. O neoliberalismo apresenta-se como força ideológica oferecendo a ilusão de ser a única alternativa sócio-histórica para a humanidade.

No “Balanço do Neoliberalismo”, Anderson (1995) afirma que do ponto de vista social tal projeto societário conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais e injustas. Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou um êxito que superou as expectativas dos seus fundadores, pois conseguiu disseminar “a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 23). Na mesma linha de análise, Tavares (2006, p. 3) afirma:

Tem-se a impressão de que o neoliberalismo é a única alternativa viável para a economia. É como se, malgrado as condições miseráveis de uns e a insegurança de todos, o mundo estivesse diante de um fato tão natural que só cabe à humanidade aquietar-se, acomodar-se. Mas a mundialização da economia, na medida em que internacionaliza a concorrência, revela, ainda mais que os modelos anteriores, a desigualdade, a subordinação, a insegurança, enfim, o desequilíbrio social.

O neoliberalismo é a expressão do projeto societário do capital que operacionaliza as alterações necessárias ao processo de reestruturação no final do século XX até os dias atuais, repercutindo na vida dos sujeitos e nas relações sociais.

Assim, a partir de 1970 o padrão de produção e acumulação capitalista, conhecido como fordista/taylorista, entra em crise, bem como o Estado de Bem Estar Social²² também indica sinais de declínio. Ambos não mais respondem às necessidades e aos interesses do capital naquele momento sócio-histórico; por isso, é fundamental conter a tendência de queda das taxas de lucro e manter a sua hegemonia para campos além da produção, ou seja, no universo dos valores e comportamentos essenciais ao processo de reordenamento capitalista.

Como alternativa, mas sem transformar os pilares essenciais do modo de produção²³, Antunes (1999) afirma que o capital inicia um amplo processo de reorganização do padrão produtivo fordista/taylorista e de esfacelamento do “pacto keynesiano”²⁴, ou melhor, do compromisso firmado entre as classes no Welfare State²⁵, visto que este modelo de produção e reprodução torna-se incompatível com o movimento e as necessidades contemporâneas do capital.

Diante do colapso do “socialismo real”²⁶ no Leste Europeu, articulado ao esgotamento do pacto fordista (Welfare State) gera-se um movimento ideológico em torno de um aparente caminho único, na medida em que a crise de tais modelos (capitalismo e socialismo) implica o esgarçamento de ideários sociais. No discurso dominante, como única alternativa, elucida-se o reordenamento capitalista via neoliberalismo, já que as condições sócio-históricas de domínio do capital estão tão sedimentadas que não permitem a luta pela emergência de um outro projeto

²² Compreende-se aqui o Estado de Bem Estar Social ou Welfare State como projeto hegemônico concebido no pós-guerra por Keynes, com apoio e incentivo do Estado para a contenção do movimento operário da época, através da promoção do consumo, com salários indiretos aos trabalhadores, e da adoção de políticas sociais. Dias (1997, p. 101) afirma que foi um “grande pacto social, despolitizado e despolitizante”, estratégia assumida pelos “capitalistas e pelo seu Estado” (em alguns países), através de políticas sociais compensatórias, para conseguir a “fidelidade das massas”, legitimando a ordem burguesa.

²³ Como pilares do desenvolvimento do capital Mota (2000) enfatiza: a propriedade privada dos meios de produção, a socialização da produção e a apropriação da riqueza produzida, que continuam viabilizando o processo de reprodução.

²⁴ Pacto que implicava na garantia do pleno emprego, num forte sistema de políticas sociais, na proteção dos direitos trabalhistas, na regulação das condições de trabalho assumidos pelo Estado “Keynesiano”.

²⁵ Cabe ressaltar que esse modelo de Estado (Welfare State) não se apresentou de forma homogênea, padronizada em todos os países capitalistas, havendo diferenças/particularidades conforme o contexto sócio-histórico de cada país.

²⁶ Neste trabalho será utilizado o referido termo entre aspas, considerando as reflexões críticas e os limites da noção de socialismo real.

societário: o socialismo. Essas são as bases ideológicas do processo de reestruturação do capital na contemporaneidade.

Por iniciativa do capital e com suporte do Estado, apoiado no projeto neoliberal, deu-se início ao processo de transição do padrão taylorista/fordista para as novas formas de acumulação flexibilizada. Por isso, para melhor esclarecimento da transição, vale recapitular este processo produtivo no período anterior a 1970, o taylorismo/fordismo, bem como o padrão de intervenção estatal naquele contexto.

Segundo Antunes (1999), em síntese, o processo produtivo do binômio taylorismo/fordismo vigorou na grande indústria, sobretudo a partir da segunda década do século XX. Tal binômio baseava-se: a) na produção em série e de massa de mercadorias, no sentido de produção homogeneizada (única/não individualizada) e fundamentalmente vertical; b) na racionalização máxima do trabalho (intensificação das formas de exploração); c) no trabalho parcelar/fragmentado, repetitivo e especializado; d) na extração ampliada da mais-valia e aumento da lucratividade; e e) na supressão da “dimensão intelectual” do trabalho operário, com transferência para as esferas da gerência científica (separação entre elaboração e execução). A fusão do binômio representou, até aproximadamente meados dos anos 60 do século XX, a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho²⁷.

Pode-se dizer, a partir do legado gramsciano, que o fordismo/taylorismo permitiu mais que um conjunto de mudanças técnicas da organização da produção, necessárias ao restabelecimento do processo de acumulação naquele momento sócio-histórico. Este conjunto construiu uma nova ideologia do trabalho, envolvendo mudanças nos padrões de comportamento dos trabalhadores, difundindo valores éticos e morais para obter adesão voluntária da classe trabalhadora (MOTA, 2000; SIMIONATTO, 2004).

Aliado a esse processo produtivo, durante o Pós-Guerra surgiu um modelo de “compromisso” (e regulação) entre capital e trabalho mediado pelo Estado. Esse “compromisso” buscava a obtenção de elementos constitutivos do modelo Welfare State, que “implementou ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista” (ANTUNES, 1999, p. 38) e que fossem garantidas as taxas de lucro para a burguesia, através de vários mecanismos, dentre eles a

²⁷ Antunes (1999) afirma que esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA, depois para todo o campo industrial e grande parte do setor de serviços nos principais países representantes do capital, bem como para a totalidade das relações capitalistas.

possibilidade de consumo da classe trabalhadora. O objetivo burguês era a regulação e o controle dos trabalhadores, a fim de manter o processo de acumulação “em ordem”. Numa outra face do processo, atendeu às requisições do trabalho naquele momento histórico, garantindo direitos sociais. O pacto imprime alterações na órbita das relações entre a burguesia e os trabalhadores, através do processo de regulação do Estado, que contribuem para a manutenção da hegemonia do capital, mas que também possibilitam ganhos sociais para a classe trabalhadora, ainda que nos limites da sociabilidade capitalista.

Já no final da década de 1960, a segunda geração do “operário-massa”²⁸ passa a questionar os métodos tayloristas e fordistas de produção, não mais satisfazendo-se com o compromisso fordista assumido pela geração anterior e resiste ao processo por meio de lutas (revoltas do operário-massa). Porém, “a luta dos trabalhadores não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital” (ANTUNES, 1999, p. 44), pois a dificuldade para consolidar as formas de organização e a falta de mecanismos de resistência duradouros impediram a sedimentação/transcendência deste movimento para além da sociabilidade do capital, enfraquecendo-o.

Por outro lado, a capacidade de auto-organização do movimento incomodou seriamente o funcionamento do capitalismo, permitindo que os capitalistas compreendessem que poderiam explorar os trabalhadores para além da força muscular; podiam multiplicar o lucro explorando-lhes “a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência” (ANTUNES, 1999, p. 45). Inicia-se, neste momento, a discussão em torno de outro processo de exploração do trabalhador e uma nova forma de organizar a produção, com o intuito de retomar os padrões de acumulação do capital, anteriores a 1970.

Antunes (1999) aponta como expressão importante nessa construção a temática da qualidade total relacionada à utilização decrescente do valor de uso das mercadorias; ou seja, “quanto mais qualidade as mercadorias aparentam, menor tempo de duração elas devem efetivamente ter” (ANTUNES, 1999, p. 51)²⁹. Desta maneira, há uma ampliação da velocidade da produção de valores de troca, isto é, os produtos devem durar pouco e ter rápida reposição. A

²⁸ Para Antunes (1999), representou a parcela hegemônica do proletariado da era taylorista/fordista que atuava no universo concentrado do espaço produtivo; um novo proletariado, cuja forma de sociabilidade industrial marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe que retomou o debate sobre a exploração e a necessidade de uma sociedade para além do capital.

²⁹ A tendência de tornar as mercadorias cada vez mais descartáveis faz parte do estágio contemporâneo do capital de organizar sua produção, de destruir a natureza, de alienar as pessoas da sua condição de humano, de descaracterizar e desconstruir países e culturas.

proposta é de redução entre o tempo de produção e de consumo, induzida pela competição existente no mercado. Essa proposta seria plenamente incorporada pela nova forma de produzir e acumular: o toyotismo ou modelo flexível. Nesse momento, destaca-se a primeira dimensão/estratégia do processo de reestruturação geral do capital em torno da superação da sua crise no pós-1970: a reestruturação produtiva.

Segundo Mota e Amaral (1998), a reestruturação produtiva atinge as esferas da produção, da circulação e a esfera sócio-político-institucional. Na verdade, representa uma “reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, alterando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 27).

Um novo padrão de acumulação se instala, o toyotismo ou “modelo flexível”, que flexibiliza o processo produtivo e as relações de trabalho, mais uma vez (como no taylorismo/fordismo) envolvendo mudanças “centradas na racionalização do trabalho e nos seus pressupostos mentais e sociais, a fim de obter adesão voluntária do trabalhador” (SIMIONATTO, 2004, p. 85). Ao constituir uma forma diferenciada da fase fordista/taylorista, a acumulação flexível promove uma integração muito mais orgânica do trabalhador aos objetivos da produção capitalista. Nesta linha de análise, Mota (2000, p. 46) afirma que “o propósito é a formação de novos valores e padrões sociais compatíveis com as necessidades do capital, em tempos de crise”.

O “modelo flexível” tem como alvo central a retomada dos padrões de lucratividade anteriores e a expansão da sua ideologia e controle por todos os continentes, caracterizando-se por um processo de internacionalização do capital. É necessário o “desengessamento das condições de acumulação” (DIAS, 1997, p. 109) e a neutralização do trabalho (capacidade de resistência) para recuperação das taxas de lucro.

Antunes (1999) elenca vários traços do toyotismo ou modelo japonês de produção que se somam às possibilidades adotadas pelo capital na atualidade: a) a produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, com produção variada e heterogênea; b) a ênfase no trabalho em equipe e na multivariada de funções (trabalhador polivalente)³⁰; c) o processo de produção flexibilizada, no qual se operam várias máquinas simultaneamente e se produz em função dos “desejos” do cliente; d) o uso do

³⁰ “O trabalhador taylorista (uni)-especializado é substituído por um ‘novo’ trabalhador (dito) polivalente, na verdade (pluri)-especializado, alocado a várias máquinas simultaneamente e mais flexível para desenvolver diferentes tarefas” (MONTAÑO, 2001, p. 56).

princípio “*just in time*”³¹ e o funcionamento segundo o sistema “*kanban*”³², adequando a produção ao consumo e reduzindo o estoque para próximo a zero; e) a horizontalização da produção, com priorização na fábrica do que é central na produção e repasse dos demais processos via terceirização, expandindo o modelo para os fornecedores³³; f) o mínimo de trabalho vivo, “enxugamento” ou “redução” da fábrica por meio da externalização de certas áreas, (subcontratação e terceirização da produção e do trabalho³⁴); e g) a utilização de altas tecnologias³⁵ (principalmente o computador) por meio da automação/ inovações tecnológicas. O autor inclui ainda uma intervenção contundente do capital no sindicalismo, já que o “sindicalismo japonês”, ou melhor, do toyotismo supõe a conversão do sindicato combativo e autônomo num “sindicato de empresa”, com a ideologia da participação dos trabalhadores na “sua” empresa.

Nesse cenário, o desemprego ganha proporções inimagináveis, passando ao chamado desemprego estrutural (ANTUNES, 2005), pois caracteriza aquele trabalhador que, devido aos interesses atuais da acumulação capitalista, não mais se insere no mercado de trabalho e que jamais se inserirá formalmente³⁶.

É então um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando o estranhamento do trabalhador, sua ‘alienação’ do trabalho, que se torna menos despótico e mais manipulatório (ANTUNES, 1996, p. 80).

³¹ Significa o melhor aproveitamento do tempo de produção.

³² Tal sistema é representado por placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoques, com o objetivo da redução efetiva do estoque.

³³ “Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais” (ANTUNES, 1999, p. 54).

³⁴ “[...] o que permite ao capital dispor, quase na sua totalidade, da mão de obra de acordo com suas necessidades” (MONTAÑO, 2001, p. 55).

³⁵ Dias (1997) considera que a tecnologia contemporânea está a serviço do capital, já que se apropria do saber e do trabalho em seu benefício e conforme seus interesses.

³⁶ Diante do debate em questão, este estudo se posiciona a partir das concepções de Antunes (1999; 2005) e de Montaña (2001) contra a tese de “sociedade sem trabalho”, pois o que temos é uma sociedade com menos empregos, com redução de trabalho vivo, não sem trabalho. A automação permite mesmo é a concentração do trabalho, ou seja, poucos trabalhadores altamente qualificados com muita capacidade produtiva destinada à extração intensa de mais-valia. Antunes (2005) completa, fundamentado em Marx, que a categoria trabalho é central para a humanidade, não apresentando sentido a expressão “Adeus ao Trabalho”.

O processo de produção toyotista, portanto, intensificou a exploração do trabalho, aumentou a produção da mais-valia³⁷ e, conseqüentemente, aumentou também o lucro. Este processo foi adotado de diferentes maneiras pelos países do ocidente, combinando seus elementos com as especificidades e condições de cada país, a fim de garantir a adoção de medidas e ações que conduzissem à “opção viável” (para o capital) da flexibilização da estrutura desta acumulação e ao consenso da classe trabalhadora. Desta forma, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pelo regime de acumulação flexível com o intuito de responder à “crise” e ampliar a acumulação, sem alterar o modo de produção capitalista. Vale salientar que o modelo flexível contribuiu para o processo contemporâneo de intensificação da internacionalização do capital, constituindo uma nova configuração do capitalismo mundial.

Para Chesnais (1996), a fase atual de acumulação do capital é mais que um processo de globalização³⁸, caracteriza-se por um processo denominado de “Mundialização do Capital”, com domínio absoluto do grande capital financeiro.

A liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir [...] sua propensão à mobilidade. Agora o capital está à vontade [...] (CHESNAIS, 1996, p. 28).

A mundialização representa um processo avassalador de internacionalização do capital e de sua valorização, caracterizado pela “mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital, que o capitalismo conheceu desde 1914”; e por uma “política de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, aplicadas desde o

³⁷ A partir dos estudos de Karl Marx (1975), é considerada mais-valia a parte do trabalho humano não paga ao trabalhador e apropriada pelo capitalista em prol da sua acumulação. Alcântara (2001, p. 24-25) ressalta que “[...] o trabalhador não é apenas expropriado do produto do seu trabalho. É muito mais que isso. É a sua própria capacidade de trabalho que se lhe apresenta como algo que não lhe pertence. Ou seja, a capacidade de trabalho não só produziu a riqueza alheia e sua própria pobreza, mas, a cada vez que é consumida, cria novo valor incorporado ao capital”.

³⁸ Chesnais (1996) afirma que o termo globalização surgiu no começo dos anos 80 do século XX, a partir das grandes escolas americanas de administração de empresas, as *business management schools*, invadindo rapidamente o discurso político neoliberal. A expressão é apresentada como um processo benéfico e necessário, no qual os países devem se adaptar à desregulamentação e à liberalização. As publicações que defendem a globalização apresentam a importância do mundo sem fronteiras e as grandes empresas como sem nacionalidade, sem considerar os rebatimentos para a sociedade e o mundo do trabalho.

início dos anos 80 (século XX), especialmente com Thatcher³⁹ e Reagan⁴⁰,” (CHESNAIS, 1996, p. 34). A necessidade do capital de reorganizar seu ciclo produtivo e acumulativo exige que o investimento priorize o capital financeiro/“virtual” que atinge taxas de lucratividade maiores. Para Dias (1997, p. 128): “este capital não (re)conhece mais as fronteiras nacionais. [...] internacionalizado constrói e desconstrói política econômica, social e de emprego, enfim, exerce sua cidadania sem limitações”. Pode-se afirmar que atende ao momento atual de reestruturação, sem limites e/ou fronteiras, com a liberdade neoliberal que permite ampliar a acumulação e controlar a crise estrutural do capital.

As transformações no mundo do trabalho emergem como segunda dimensão/estratégia do processo de reestruturação do capital, articuladas ao “novo” modelo de produção toyotista. A nova organização da produção tem como um dos seus pilares a necessidade de ampliação da produtividade do trabalho⁴¹ que se materializa em transformações de ordem nunca antes imaginada, atingindo a “objetividade” e a “subjetividade” da classe trabalhadora (ANTUNES, 2005), com traço marcante de um novo processo de exploração.

Segundo Antunes (1999; 2005), o capital utiliza-se de um conjunto de alterações que flexibilizam⁴² as relações e as condições de trabalho, essencialmente com precarização (do emprego e da remuneração), terceirização, polivalência (“trabalhadores multifuncionais”),

³⁹ Segundo Anderson (1995), o governo Thatcher, em 1979, foi o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. “O modelo inglês foi o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado” (ibid., p. 12).

⁴⁰ Em relação à experiência norte-americana com Reagan em 1980, Anderson (1995) afirma ser bem distinta do modelo inglês de Thatcher. “A prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Entretanto, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão” (ibid., p. 12).

⁴¹ Aqui vale considerar que, segundo Marx (1975, p. 47): “a produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais”. Assim, o autor antecipa a compreensão do movimento contemporâneo do capital, na busca da retomada dos níveis de acumulação.

⁴² “A flexibilização, geralmente apresentada como geradora de emprego, é uma das mais eficientes modalidades de exploração do trabalho já utilizadas pelo capital” (ALVES e TAVARES, 2006, p. 436).

redução drástica de postos de trabalho e direitos trabalhistas, assim como com a fragmentação da organização política dos trabalhadores⁴³.

Nesse debate, Alves e Tavares (2006) adicionam que o estímulo do capital à propagação de pequenos negócios⁴⁴ e às terceirizações, aliado ao poder ideológico do discurso burguês, fomentam o crescimento da informalização do trabalho e estão voltados para o aumento da produtividade e da competitividade. A informalidade caracteriza-se, no estágio atual do capitalismo, como uma das formas de precarização do trabalho, sujeito aos mandos do capital, que reduz custos para a burguesia, ao mesmo passo que fragiliza a luta de classes. Portanto, a tendência à informalização se constitui como um processo funcional ao reordenamento do capital pós-1970.

Retirar do interior das fábricas parte considerável do trabalho vivo e colocá-la na clandestinidade de maneira alguma pode ser considerado mais vantajoso que o emprego formal e, menos ainda, um caminho gradual para o socialismo. O que se quer, além da redução dos custos da produção, é negar a centralidade da contradição capital-trabalho (ALVES; TAVARES, 2006, p.444).

Cabe situar nessa conjuntura que o trabalhador fica à mercê das flutuações do mercado, sem garantias e sem segurança. Como parte deste processo desastroso para o trabalho, está ainda o fato de o trabalhador aparecer disposto a reduções salariais e de direitos trabalhistas a fim de “manter” ou preservar o ameaçado posto de trabalho (e garantir sua sobrevivência), promovendo a tendência de redução de salário. O processo de passivização e fragilização da classe trabalhadora é bem exemplificado na fala do autor Dias (1997, p. 118): “um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros”.

A sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES, 2005, p.10).

⁴³ “Por serem os trabalhadores a esmagadora maioria da população, constituem-se real e potencialmente numa ‘classe perigosa’ para o capital; por isso, é necessário heterogeneizá-la e atomizá-la” (PASTORINI, 2004, p. 35).

⁴⁴ “Os pequenos negócios só sobrevivem se estiverem submetidos à exploração dos grandes, que são movidos a agir dessa forma porque assim determina a lei do valor. Qualquer tentativa de superação dessa ordem que não elimine o mercado esbarra nas suas próprias determinações” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 443).

Mota e Amaral (1998) apontam como necessidade real do capital criar novas formas de subordinação do trabalho para flexibilizar a produção e intensificar a produtividade. Sendo assim, é essencial para as transformações do capital a busca da “adesão e do consentimento da classe trabalhadora”.

Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes na atual conjuntura (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29).

Há mesmo uma necessidade de ganhar corações e mentes dos trabalhadores, em uma nova forma de controle da força de trabalho: menos coercitivos e mais consensuais, cuja participação e parceria compõem a cultura da integração do trabalhador (CESAR, 1998). Os círculos de controle de qualidade (CCQs)⁴⁵, com a ideologia da qualidade total e a política de participação dos trabalhadores nos lucros, contribuem para esse processo de envolvimento da classe trabalhadora, na medida em que determinam uma mudança de comportamentos e valores individuais e grupais que permitem a adesão e o consentimento dos trabalhadores aos processos em curso. O capital passa a envolver ideologicamente o trabalhador, fazendo-o acreditar que os seus interesses correm paralelamente aos da fábrica/empresa; o que é uma ilusão, visto que esta nova versão de “relações humanas” da empresa contribui para “auto-intensificar o trabalho, cedendo ao capital, além de sua força física, sua criatividade intelectual” (MONTAÑO, 2001, p. 56).

Esse contexto é destrutivo para o trabalho no mundo e particularmente no Brasil, já que a classe trabalhadora se desarticula e vivencia um processo individualista e “passivo”, sem questionamento consciente das transformações, sem conseqüente articulação coletiva, comprometendo a capacidade de realizar mediações entre a conjuntura sócio-histórica e a singularidade do cotidiano. Desta maneira, atinge também a “subjetividade” (ANTUNES, 2005), da classe trabalhadora, acarretando metamorfoses na sua forma de ser (na consciência de classe); isto porque as transformações fragmentam, complexificam e heterogeneizam esta classe,

⁴⁵ Buscam a melhoria da produtividade através da “discussão” entre os trabalhadores, promovida e incentivada obviamente pelo capital.

alterando os valores e o ideário que pautam suas ações e práticas concretas⁴⁶, pois enquanto “cada um cuida da sua dimensão meramente imediata, os interesses para além do imediato não são aflorados e, não sendo aflorados, o questionamento essencial torna-se muito mais difícil” (ANTUNES, 1996, p. 82). Esta dinâmica acarreta decisivas repercussões na luta de classes na contemporaneidade, principalmente quanto à resistência, à organização e à mobilização política dos trabalhadores, enfraquecendo-os enquanto classe.

Há um refluxo dos trabalhadores e dos movimentos sociais, viabilizado pelo aumento do poder da burguesia em detrimento da redução do poder do trabalhador: desorganização, desmobilização, segmentação e descrédito, proporcionado, como já citado, pelas mudanças do mundo do trabalho. O ataque ao trabalho engendra uma retração do movimento trabalhista, alcançando retrocessos de conquistas históricas. É assim que o projeto neoliberal ganha força e “adesão”.

Conforme Antunes (2006), já nos anos de 1980 ocorreram os primeiros impulsos da reestruturação produtiva e das alterações no mundo do trabalho no Brasil. Nessa década, a reestruturação produtiva à brasileira caracterizou-se pela retração de custos, com redução da força de trabalho, particularmente nos setores automobilísticos e de autopeças, bem como nos ramos têxtil e bancário, dentre outros.

De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (círculos de controle de qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, entre os principais elementos (ANTUNES, 2006, p. 18).

⁴⁶ “A crise atinge também, intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do *sindicalismo e dos movimentos sociais classistas* dos anos 60/70 (século XX), que propugnavam pelo *controle social* da produção, aderindo ao acrítico *sindicalismo de participação* e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos dessa mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente à onda privativista é expressão do que estamos nos referindo” (ANTUNES, 2005, p. 43).

Antunes (2006) ressalta, no entanto, que foi a partir de 1990, de forma tardia e subordinada, principalmente com o Plano Real no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), que a reestruturação produtiva e seus processos de organização e controle da classe trabalhadora desenvolveram-se de maneira mais contundente no Brasil, através da implantação de vários elementos do padrão de acumulação flexível e do ideário japonês. Efetivam-se alterações significativas nos âmbitos da produção e das relações de trabalho no país, com destaque para: a) a descentralização produtiva com movimentação geográfica de várias indústrias, por exemplo, nos setores têxtil e calçadista, na busca de incentivos fiscais e de baixos salários para os trabalhadores; b) a redução de postos de trabalho⁴⁷, terceirizações⁴⁸ e subcontratações e conseqüente degradação dos direitos sociais; c) o emprego de inovações tecnológicas; d) a ampliação da rede de empresas fornecedoras; e) a superexploração da força de trabalho empregada; f) o uso de mecanismos de “envolvimento” e de “participação” dos trabalhadores no interior das fábricas, com o objetivo de controle consensual desta classe⁴⁹; e g) o enfraquecimento dos sindicatos, pois não existe mais a busca de direitos coletivos, e sim uma luta pela permanência individual no posto de trabalho, sem contar que as terceirizações fragmentam o movimento de luta coletiva, contribuindo para o enfraquecimento da organização dos trabalhadores⁵⁰.

Na pesquisa recente sobre as metamorfoses do trabalho no Brasil, sob a organização do autor Ricardo Antunes (2006), constata-se um processo acentuado em curso de informatização e informalização, com desemprego e transformação dos sujeitos em trabalhadores por conta própria, sem direitos trabalhistas e a mercê dos interesses e exigências dos antigos empregadores.

Em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da informatização do trabalho, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos

⁴⁷ “Só no setor bancário, houve uma redução aproximada de trabalhadores de 800 mil, no final dos anos 1980, para pouco mais de 400 mil em 2005” (ANTUNES, 2006, p. 21).

⁴⁸ “A Hering, em Santa Catarina, na década de 1990 terceirizou mais de 50% da sua produção, acarretando o desemprego de cerca de 70% da sua força de trabalho” (ANTUNES, 2006, p. 23).

⁴⁹ Aqui Antunes (2006) cita o experimento da Volkswagen de tentativa de manipulação dos trabalhadores, denominado “Coração Valente”, para capturar a subjetividade do trabalho em benefício da acumulação e do aumento da produtividade.

⁵⁰ Antunes (2006) em seu livro “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil” destaca que os setores bancário, calçados, têxtil, telecomunicações e arte (teatro lírico) vivenciaram a partir de 1990 com mais intensidade um processo de terceirizações, exploração ampliada da força de trabalho e desregulamentações no contexto brasileiro.

assalariados do *call center*⁵¹, subcontratados, flexibilização, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *ciberproletariado*⁵², o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização, pela vivência da precarização (ANTUNES, 2006, p. 25, grifos do autor).

Concomitantemente com as transformações na produção e nas relações e condições de trabalho ocorrem alterações substantivas no âmbito da cultura, conforme ratifica Netto (1996). Assim, a dinâmica cultural do capitalismo tardio em processo de flexibilização está fundamentada em dois vetores: “a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (televisão, vídeo, a chamada multimídia)” (NETTO, 1996, p. 97).

O universo da cultura absorve características fundamentais para o processo de reordenamento do capital contemporâneo, com traços típicos da constituição da mercadoria, com destaques para: a afirmação da cultura do consumo, valorização da imediatividade da vida social, a nítida desqualificação da esfera pública universalizadora; ou seja, para Netto (1996, p. 97), “o efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se a pedra-de-toque da nova ‘sensibilidade’: o dado, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade”. Todo este movimento da cultura é útil e instrumental ao processo de inflexões da dinâmica do capital contemporâneo.

Ainda nesse processo de reestruturação geral do capital, o Estado vivencia um redimensionamento das suas funções como resultado de uma agenda de ajustes neoliberais, que ficou conhecido como Reforma do Estado, ou melhor, contra-reforma do Estado.

No bojo desse debate é imprescindível destacar que o Estado não é um “ente” neutro e acima dos conflitos e relações de classes. Paniago (2001), indica-nos um caminho bem definido para o entendimento do Estado, a partir dos estudos de Mészáros⁵³: o Estado não é espaço de mediação para a solução das dificuldades e contradições inerentes ao sistema do capital e, portanto, não se caracteriza como agente da reconciliação dos antagonismos do próprio modo de produzir e se reproduzir e da correlação de forças entre classes divergentes.

⁵¹ Tendência de expansão de um novo universo que passou a se responsabilizar por todo o serviço de mediação do cliente com a empresa.

⁵² Para Antunes (2006), este constitui um novo proletariado da era da cibernética, ou seja, grupo que configura o mundo do trabalho na era da informática, do telemarketing e da telemática.

⁵³ MÉSZÁROS, István. *Beyond capital*. Londres e Nova York: Merlin Press, 1995.

Nas suas reflexões, Paniago (2001) ressalta que o Estado moderno surge como um complemento às estruturas econômicas do capital, com a função primordial de assegurar e de proteger as realizações produtivas de tal modo de produção, sendo absolutamente vital para a sustentabilidade material do sistema. Portanto, o Estado está inteiramente imbricado pelo complexo capitalista, já que “resulta de uma relação de co-determinação, vindo remediar, desde seu surgimento, os defeitos estruturais das unidades reprodutivas do sistema do capital” (PANIAGO, 2001, p. 120), ou seja, vindo atender interesses da sociabilidade capitalista. Nos dizeres da autora: “a qualidade substantiva que caracteriza a íntima relação entre o Estado moderno e o capital é a da complementariedade” (PANIAGO, 2001, p. 120). Sérgio Lessa (1998, p. 145) reforça o debate e afirma que “o Estado é essencial à própria existência do capital”, sendo fundamental para a manutenção do seu modo de produzir e se reproduzir.

É oportuno considerar, entretanto, que o movimento entre Estado e sociedade é mediado por contradições: ora avança, ora recua em relação à absorção de demandas sociais, em função de cada momento sócio-histórico e da pressão e da organização da classe trabalhadora. Assim,

Nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manutenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital (LESSA, 1998, p. 145).

Diante do exposto, podemos afirmar que o Estado é essencial no processo de superação da crise do capital e de contenção das suas contradições. Considera-se, a partir de Assis (2004, p. 29), que o Estado faz parte da própria estrutura da sociedade dividida em classes sociais, uma vez que “é o Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo e, por isso, insere-se na lógica do capital e assim assegura a propriedade privada e os interesses da classe dominante”. É relevante também notar que o Estado, sob pressão dos trabalhadores, incorpora demandas da classe trabalhadora expressas no processo de luta, dependendo do contexto sócio-histórico e da correlação de forças entre capital e trabalho.

Para Acanda (2006, p.152), fundamentado em Karl Marx, “o Estado não é uma coisa em si mesma, mas uma forma de relação social”. É mesmo uma complexa rede de relações e interesses de classes antagônicas que expressam a divergência, a desigualdade e a exploração de uma classe sobre a outra. Por isso, o referido autor destaca que é essencial “situar o Estado dentro

da totalidade do sistema de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas no qual ele existe” (ACANDA, 2006, p. 152).

Na conjuntura de reestruturação da sociabilidade do capital, o Estado tem uma função definida que o conduz, a partir dos princípios neoliberais, a uma reforma ou contra-reforma, segundo os interesses de superação da crise e da necessidade de reorganização capitalista.

No debate sobre o reordenamento do Estado na contemporaneidade, Borón (1995, p.77) afirma que os “ajustes neoliberais” (com políticas macroeconômicas, resultado de uma escolha político-econômica dos países capitalistas contemporâneos) se efetivam no centro de um movimento de “direitização do clima ideológico e político do ocidente nos anos 80” do século XX, a partir de um duplo movimento: a) uma “supersticiosa exaltação do mercado” e, simultaneamente, b) uma “satanização do Estado como causador de todas as desgraças e infortúnios que afetam as sociedades capitalistas”.

A política neoliberal minimiza consideravelmente a intervenção do Estado na área social, apela para a participação da sociedade na execução de políticas sociais e abre espaço para o capital financeiro internacional. Borón (1995) aponta como resultados do movimento neoliberal para o Estado na América Latina: 1) seu “radical enfraquecimento”, submetendo-o aos interesses das classes dominantes e renunciando a soberania nacional em prol da “grande burguesia transnacionalizada” e suas “instituições guardiãs”⁵⁴; 2) sua crise estrutural, “seu raquitismo e regressividade tributária, a irracionalidade do gasto, a sangria da dívida externa, sua hipertrofia burocrática”; c) por último, o discurso ideológico de “ineficiência, corrupção, desperdício” em torno de tudo o que é estatal, enquanto o privado aparece como sinônimo de “eficiência, probidade, austeridade”. Assim, a reforma emerge como proposta neoliberal de reordenamento do Estado, a partir dos interesses do capital, em oposição à garantia de direitos sociais via políticas sociais públicas. Como sinaliza Mota (2000, p. 95, grifos da autora), há uma “[...] impossibilidade de reestruturar as bases do processo de acumulação sem promover um retrocesso, isto é, a *barbárie modernizada*, a mutilação das conquistas das classes subalternas [...]”.

Dentre os países de capitalismo periférico destaca-se o Brasil, no qual o Estado, parceiro do capital, implementa ações políticas, econômicas e sociais sem alterar a essência da sociedade burguesa capitalista; ou seja, segundo Behring (2003), no caso brasileiro efetiva-se uma contra-

⁵⁴ As “instituições guardiãs” apontadas pelo autor foram: “FMI, Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar” (BORÓN, 1995, p. 78).

reforma do Estado, pois vai contra as conquistas sociais da classe trabalhadora, representando um retrocesso social para a maioria do povo brasileiro. Portanto, a contra-reforma do Estado significa a materialização de alterações regressivas nos direitos da classe trabalhadora.

Trata-se de uma contra-reforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política (BEHRING, 2003, p. 58).

É no cerne da agenda neoliberal, proposta no Consenso de Washington⁵⁵ pelos representantes do grande capital financeiro internacional⁵⁶ para os países da América Latina, que o Estado brasileiro dá os primeiros passos rumo a sua contra-reforma. O Brasil segue a orientação internacional e inicia o processo de contra-reforma do Estado, conduzido pelos governos neoliberais, com mais ênfase a partir de 1990; todavia, é o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, de forma mais explícita, a partir de 1995, concretiza a proposta de contra-reforma do Estado Brasileiro⁵⁷. O discurso ideológico defende que a contra-reforma representa a condição para a inserção do país no mundo internacionalizado, pré-requisito para o “desenvolvimento” e a “modernidade”⁵⁸, mas na prática tem a “função de uma ideologia desagregadora de contradições que contribui para desterritorializar as relações sociais” (MOTA, 2000, p. 80).

⁵⁵ Com o propósito de guiar e direcionar as reformas necessárias ao capitalismo contemporâneo, especialmente nos países periféricos, realizou-se em novembro de 1989 o Consenso de Washington: reunião entre organismos de financiamento internacional (como FMI, BID, Banco Mundial), representantes do governo americano e economistas latino-americanos para avaliar e conduzir as reformas econômicas na América Latina. Conforme Montaño (2001, p. 64), “as recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberação comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual”. Mota (2000) explica que o Consenso é objetivado em propostas de políticas macroeconômicas e de reformas estruturais e deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 80 (século XX).

⁵⁶ Leia-se FMI, BIRD, etc.

⁵⁷ Braz (2004) e Netto (2004a) apontam no Brasil um contexto de continuidade e agravamento da efetivação da agenda neoliberal. Segundo Netto (2004a, p. 12), os primeiros meses (mandato 2003-2006) do governo Lula (o que não nos parece muito diferente da atualidade – segundo mandato) “expressam mais que a continuidade, um verdadeiro aprofundamento da orientação macroeconômica da era FHC”: conclui reformas como a da previdência que retira e exclui direitos, defende a estabilidade econômica, omite-se da precarização do trabalho, permite o crescimento da dívida pública e da desigualdade social, etc.

⁵⁸ Conforme Dias (1997), esse discurso neoliberal compõe a racionalidade do capital na atualidade e está incorporado no conjunto das relações sociais que a garantem e lhe oferecem suporte.

Obedecendo passivamente às orientações neoliberais internacionais⁵⁹, a proposta do então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira (Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995), é a própria condução do Estado Brasileiro para o seu desmonte e desregulamentação⁶⁰. Neste sentido, o governo Fernando Henrique Cardoso traçou uma programação política de abertura da economia aos capitais internacionais, uma agenda de privatização do patrimônio público, uma proposta de reforma previdenciária, além da reforma administrativa e da redução de direitos sociais com mínimo investimento nas políticas e serviços sociais públicos.

O capital, através das suas personificações, vende a imagem de um Estado que privilegia, que emprega mal o dinheiro arrecadado, que tem funcionários ociosos e ineficientes e que, finalmente, oferece serviços de péssima qualidade. E, na sua imensa sabedoria, o mesmo capital, sai dos limites da crítica e se oferece como a solução, privatizando a comunicação, os transportes, a saúde, a educação, a previdência, etc. Com isso, sob o discurso de diminuir a carga do Estado, embora o aparelho estatal continue recolhendo velhos e novos impostos, quase todas as suas funções são transferidas para a rede privada [...], no qual a lógica regente é o critério de rentabilidade (TAVARES, 2006, p. 3).

É um processo que desconsidera direitos e minimiza o Estado para as funções sociais, ou seja, subordina os direitos sociais à lógica do mercado. É o que Iamamoto (2001, p. 23) denomina de inversão e subversão de recursos “em vez de o direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos”, resultando na subordinação das necessidades sociais e sua satisfação à mecânica instrumental do orçamento público. A contra-reforma representa uma proposta de “minimização” do Estado para o social e “maximização” para o mercado, ou seja, para o capital: “Estado mínimo subordinado ao mercado máximo” (MOTA, 2000, p.115).

Embora no discurso dominante o que se está caracterizando como contra-reforma do Estado brasileiro, conforme Berhing (2003), apareça como um processo irreversível e necessário à inserção do país no capitalismo mundial, constata-se, através de uma aproximação crítica dos

⁵⁹ Segundo Petras (1999, p. 12), “o Brasil está se tornando um legítimo membro do *country club* internacional de orientação neoliberal”.

⁶⁰ Em 1993, dando continuidade ao consenso anterior (1989), reuniu-se também em Wanshington um grupo de especialistas, entre eles o ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e em seguida ministro da Reforma do Estado na gestão FHC, Bresser Pereira, com a finalidade de discutir um contexto favorável e as regras de ação que permitissem o apoio político e a implantação do projeto de estabilização e reforma econômica para os países periféricos, dentre os quais se enquadra o Brasil.

argumentos que a defendem, que representa um conjunto de ações para a adequação do Estado aos interesses da reestruturação do capital. O discurso e a lógica da contra-reforma possibilitam terreno fértil para a emergência e o fortalecimento do terceiro setor, visto que há uma verdadeira “sabotagem” da implementação dos preceitos constitucionais de 1988.

Cabe situar que a Constituição Federal de 1988 é o resultado das lutas e mobilizações dos setores da sociedade, tanto dos trabalhadores como da burguesia, embora os interesses fossem divergentes, em prol da garantia de direitos sociais. Ainda que as forças do capital também estivessem mobilizadas nesse processo e tensionassem esta luta por direitos, o momento sócio-histórico era favorável a conquistas sociais: pós-período ditatorial, abertura política, retorno ao país dos profissionais, intelectuais, artistas, sujeitos políticos que foram exilados, volta da liberdade de imprensa, surgimento dos partidos políticos trabalhistas e dos sindicatos operários, ou seja, um contexto de tendências democráticas que, aliadas à organização e à reivindicação da classe trabalhadora, perpassadas pela resistência da burguesia, culminou com a aprovação da chamada Constituição Cidadã⁶¹.

Como tudo que acontece nos países capitalistas periféricos, o novo pacto social tem caráter tardio; pois, enquanto no Brasil sucedia a ampliação de direitos a partir da intervenção do Estado, no mesmo momento, internacionalmente, ocorriam processos que questionavam o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) e o “modelo socialista da antiga União Soviética”. Portanto, o modelo democrático da Constituição de 1988 emerge no Brasil no momento sócio-histórico mundial em que a intervenção estatal tornava-se sinônimo de “atraso”, “empecilho” ao crescimento, significando a não inserção no mundo capitalista contemporâneo.

Enquanto o discurso se expressa em torno do reconhecimento de direitos, o quadro social mais amplo evidencia uma perspectiva de desmontagem e retração dos investimentos no campo social. Isto é o que se observa num mundo sem fronteiras, onde o capital globalizado dispensa o Estado intervencionista, colocando como modelo um Estado mínimo (para o social) (YAZBEK, 1996, p. 41-42, grifo nosso).

⁶¹ A Constituição de 1988 representou um avanço em relação à garantia de direitos e ao enfrentamento da questão social no Brasil, principalmente no que se refere à seguridade social, artigo 194, representada pelo tripé saúde – previdência - assistência como direito de todos e dever do Estado: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1998, p. 103). É neste sentido que a referida constituição é também conhecida como Constituição Cidadã.

É nessa perspectiva que a hegemonia neoliberal substitui, na década de 1990, o “pacto social democrático” dos anos 80 do século XX, especialmente no Brasil, materializando-se por meio da contra-reforma do Estado⁶², sendo esta viabilizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995) e idealizada pelo ex-ministro Bresser Pereira.

Vale observar que o discurso ideológico dominante, que busca justificar o conjunto de alterações nas funções do Estado, exclui o debate sobre a crise do capital e, assim, obscurece o real motivo da contra-reforma: redimensionar o papel do Estado como uma das estratégias para superação da crise capitalista pós-1970. A justificativa dominante tem sua fundamentação teórica em abordagens de autores contemporâneos como Rosavallon (1997) que explica a origem da proposta mundial de reordenamento do Estado a partir da concepção de “crise do Estado” ou “crise do modelo keynesiano” ou ainda “crise do Estado-providência”. Segundo este autor, para a superação da crise do Estado providência tradicional⁶³ é necessário sair da alternativa estatização/privatização (soluções tradicionais) e redefinir as fronteiras e as relações entre o Estado e a sociedade. Nessa lógica, o autor sugere:

Não pode haver uma única forma de futuro para o Estado-providência, ela será necessariamente plural. O que é preciso tirar de nossas cabeças é a idéia de que o serviço coletivo=Estado=não-mercantil=igualdade, e que os serviços privados=mercado=lucro=desigualdade. *O futuro do Estado-providência passa pela definição de uma nova combinação desses diferentes elementos.* Trata-se de substituir a lógica unívoca da estatização por uma tríplice dinâmica articulada da socialização, da descentralização e da autonomização. 1) Desburocratizar e racionalizar a gestão dos grandes equipamentos e funções coletivas: é a via de uma *socialização* flexível [...]; 2) Remodelar e preparar certos serviços públicos para torná-los mais próximos dos usuários: é a via da *descentralização*. Visa colocar as tarefas e as responsabilidades das coletividades locais nos domínios sociais e culturais; 3) Transferir para as coletividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos diversos) tarefas de serviços públicos: é a via da *autonomização*. Esta alternativa à crise do Estado-providência só tem sentido se inserida num tríplice movimento de redução da demanda do Estado, de reencaixe da solidariedade na sociedade e de produção de uma maior visibilidade social (ROSAVALLON, 1997, p. 85-86, grifos do autor).

⁶² É assim que neste trabalho o Estado brasileiro, a partir do contexto sócio-histórico da Constituição de 1988, não é considerado como uma proposta de Welfare State, já que nem de longe tal implementação de direitos corresponde ao Estado de Bem Estar Social dos países de capitalismo central.

⁶³ Rosavallon (1997, p. 42) destaca: “a crise concebida como um mecanismo anti-crise à política keynesiana é hoje questionada pela crise econômica. Suas receitas se mostram tão incapazes de reduzir o desemprego quanto os remédios da política clássica durante os anos trinta (século XX). E a teoria keynesiana é tão incapaz de explicar os fenômenos atuais quanto a teoria clássica há cinquenta anos. A equação keynesiana já não funciona, portanto. Disso decorre simultaneamente uma crise do Estado-providência e uma avaria das sociais-democracias”.

Tal argumentação justifica ideologicamente a opção política e econômica dos governos pela reforma do Estado, ou melhor, a contra-reforma do Estado. Essas são as bases para o reordenamento das funções do Estado, da inserção e amplitude do terceiro setor na intervenção da questão social e da despolitização das relações capitalistas contemporâneas⁶⁴.

A proposta de reforma, ou melhor, contra-reforma de Bresser Pereira corresponde à montagem de um modelo de Estado adequado aos princípios e diretrizes do projeto neoliberal, na medida em que o discurso que fundamenta o debate da crise contemporânea enfatiza que a mesma é resultado da crise do Estado: a “grande crise (econômica)”⁶⁵ teve como causa fundamental a crise do Estado” (PEREIRA, 1997, p. 9). Sendo consideradas, pela sua principal expressão intelectual, Pereira, ou melhor, Bresser Pereira, múltiplas causas para tal crise: uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção estatal no econômico e no social e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado⁶⁶.

De acordo com a totalidade da realidade social, Mota (2000, p. 37) afirma que “as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência de crises é uma tendência sempre presente”. Portanto, a idéia de crise do Estado compõe mesmo uma ideologia da crise a favor da manutenção da hegemonia da classe burguesa. No discurso dominante, o capital busca hegemonia através da idéia de crise do Estado, desconsiderando o complexo decorrente da crise do capital. Conforme Mota (2000, p. 96), “a burguesia internacional necessita reciclar e alargar o seu domínio, mediante a construção de uma cultura política da crise, capaz de reelaborar as bases da sua hegemonia”.

Diante da concepção social-democrática ou social-liberal que, segundo Pereira (1997, p. 16) “diagnosticou com clareza a grande crise como uma crise do Estado”, a resposta passa a ser a

⁶⁴ Pensa-se como Pastorini (2004) que o Estado-providência ativo proposto por Rosavallon não é capaz de ‘exercer justiça’ através do respeito às diferenças e ao tratamento diferenciado. O problema das desigualdades capitalistas não radica nisso, está na desigual distribuição da riqueza acumulada pelo sistema do capital, cuja origem é a exploração dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção nas mãos da classe dominante. Por isso, o problema não pode ser resolvido na margem, ou seja, no momento da redistribuição.

⁶⁵ Segundo Pereira (1997, p. 7), a crise econômica dos nos 80 do século XX se caracterizou pela “redução das taxas de crescimento econômico, pela elevação das taxas de desemprego e pelo aumento da taxa de inflação que ocorreram no mundo todo”.

⁶⁶ Para Pereira (1997), a *crise fiscal* definia-se pela perda de crédito público e pela incapacidade crescente do Estado de realizar poupança pública para financiar políticas públicas. A *crise do modo de intervenção* manifestou-se de três formas: a crise do Welfare State no primeiro mundo, o esgotamento da industrialização por substituição de importações na maioria dos países em desenvolvimento e o colapso do estatismo nos países comunistas; a *crise da forma burocrática de administrar o Estado* revelou-se nos custos crescentes, na baixa qualidade e na ineficiência dos serviços sociais prestados pelo Estado.

reconstrução ou a conhecida reforma do Estado⁶⁷. Segundo Behring (2003, p.173), o discurso dominante enfatiza:

Ao Estado cabe um papel coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo que recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar).

Seguindo a lógica neoliberal, Pereira (1997) aponta 04 componentes da chamada reforma do Estado a partir de 1990. Aqui se apresentam algumas reflexões críticas sobre esta agenda de redimensionamento estatal brasileiro:

- a) **Delimitação das funções do Estado** → Redução do seu tamanho e do seu papel através dos processos de privatização, terceirização e publicização⁶⁸, com nítida tendência de redução das suas funções sociais;
- b) **Redução do grau de interferência do Estado** → Desregulamentação; no discurso dominante o Estado seria transformado em um promotor da capacidade de competição do país em nível internacional, ao invés de protetor da economia nacional. Inserida na lógica da reestruturação do capital, para aumentar as taxas de lucro, é fundamental delimitar a intervenção do Estado no mercado: o mercado necessita de liberdade para competir. Isso indica o privilégio e o favorecimento que a reforma traz ao grande capital financeiro, principalmente internacional;
- c) **Aumento da governança do Estado** → Através do ajuste fiscal, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial e da definição das atividades exclusivas do Estado⁶⁹. O discurso fundamenta-se na necessidade de tornar a

⁶⁷ Segundo Behring (2003), o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, foi aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado; um órgão interministerial criado para esse fim, e que orientou, dentre outros processos e legislações, a Emenda Constitucional nº 19 (19/06/1998) que trata da “reforma” da administração pública.

⁶⁸ Segundo Pereira (1997, p. 19), a “privatização” é um processo que transforma uma empresa estatal em privada; a “publicização” significa transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal; a “terceirização” é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

⁶⁹ “É necessário adotar novas formas de gestão da coisa pública, mais compatíveis com os avanços tecnológicos, mais ágeis, descentralizadas, mais voltadas para o controle de resultados do que o controle de procedimentos” (PEREIRA, 1997, p. 41–42).

administração pública geral mais moderna e eficiente⁷⁰. Trata-se da adequação ao projeto neoliberal em detrimento das conquistas sociais da Constituição de 1988;

- d) **Aumento da governabilidade** → Aumento do poder político democrático de seus governantes para garantir legitimidade nas alterações necessárias ao processo de reestruturação do capital.

Para a finalidade deste estudo, destacar-se-á o componente da “delimitação das funções do Estado”, devido a sua organicidade com o debate sobre a legitimação social do terceiro setor e das ONGs.

A retórica utilizada para a delimitação da área do Estado é o seu crescimento excessivo em termos de pessoal e, principalmente, em termos de receita e despesa⁷¹. Assim, seria necessário delimitar sua área de atuação⁷². Para a lógica neoliberal, era necessário restringir o Estado para a classe trabalhadora e, por isso, o então ministro do MARE delimitou as funções do Estado⁷³, distinguindo três áreas de atuação: a) as atividades exclusivas do Estado; b) os serviços sociais e

⁷⁰ Pereira (1997) define várias características da administração pública gerencial. Dentre elas destacam-se: a) orientação da ação do Estado para o cidadão–cliente; b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle de procedimentos); c) separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas; d) distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas de Estado e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não está envolvido; e) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos; e f) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.

⁷¹ Justificativa esta “aceita” pela sociedade que passa a absorver a concepção de Estado como uma “máquina inchada e obsoleta”, burocrática, ineficiente e corrupta que necessita de revisão/reforma. Na realidade, pode-se considerar uma estratégia de consenso utilizada pelo capital para atingir o seu objetivo de reestruturação com apoio da classe trabalhadora.

⁷² Vale salientar que o projeto de Reforma do Estado contava com o forte apoio da mídia que utilizava do seu espaço para reforçar a ofensiva neoliberal “no processo de privatização das estatais, na denúncia das mordomias dos funcionários do Estado, na corrupção e no déficit da previdência social. Assim, a televisão manipulava os números e os jornais apresentavam as famosas pesquisas de opinião, nem sempre confiáveis” (MOTA, 2000, p. 107).

⁷³ Corroborando que esta reforma não se encerra nela mesma, ou seja, não é o resultado de uma possível crise do Estado e sim de uma proposta macro de reestruturação do capital (como já foi visto anteriormente), encontram-se como orientadoras deste processo, em nível internacional, as afirmações do Banco Mundial sobre o papel do Estado: “o Estado é considerado fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não como agente direto do crescimento, senão como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo, indicando como funções: a) estabelecimento de um ordenamento jurídico básico; b) manutenção de um conjunto de políticas macroeconômicas; c) investimento em serviços sociais básicos e em infra-estrutura; d) proteção de grupos vulneráveis e defesa do meio ambiente” (NOGUEIRA; SIMIONATTO, 2001, p. 150). Pode-se observar que há uma nítida ênfase na redução do Estado, principalmente no social com a defesa do básico. Na verdade, a proposta não é de desaparecimento do Estado, mas drástica redução das suas funções sociais, repassando-as para a sociedade via terceiro setor e ONGs (esta discussão será analisada na próxima seção, na subseção 3.1. sobre as estratégias de enfrentamento da questão social).

científicos não exclusivos do Estado; e c) a produção de bens e serviços para o mercado (PEREIRA, 1997, p. 21-31).

As atividades exclusivas do Estado são restritas e permeiam a concepção de Estado Liberal: “legislar (definir leis), impor a justiça, manter a ordem, policiar e defender o país, representá-lo no exterior, arrecadar impostos, regulamentar atividades econômicas e fiscalizar o cumprimento das leis” (PEREIRA, 1997, p. 23). Todas as demais áreas foram remanejadas (ou melhor, transferidas) para fora do Estado, enxugando-o ao máximo, através das estratégias de privatização, publicização e terceirização.

Já as atividades na área social e científica são consideradas auxiliares, ou seja, não exclusivas do Estado, visto que são percebidas como atividades competitivas que podem ser controladas e administradas pelo mercado, com participação do Estado apenas no mínimo ou no básico:

[...] incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa e cultural, etc. (PEREIRA, 1997, p. 25).

É a partir desse momento que ocorre o desmonte do social, ou seja, reduzem-se consideravelmente os investimentos na área social, andando na contramão da “Constituição Cidadã”.

Esse processo é reforçado com a publicização que, conforme Pereira (1997), significa a transferência das atividades sociais e científicas para o campo das entidades públicas não-estatais, chamadas de organizações sociais. De acordo com Montaño (2001, p. 84), criam-se leis e incentivos para “organizações sociais”, para a “filantropia empresarial” e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de “parcerias” entre elas e o Estado, em um “nítido movimento de transferência de responsabilidades com a questão social”.

Para Pereira (1997, p. 26), as entidades “[...] públicas não-estatais são entidades do terceiro setor, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não-governamentais, organizações voluntárias”. Nessa passagem fica explícita a alteração nas relações Estado e sociedade, onde o terceiro setor passa a assumir os serviços sociais atendendo aos interesses neoliberais de redução do Estado para a classe trabalhadora. É mais uma estratégia do capital

para aumentar suas taxas de lucro e reestruturar-se a partir das parcerias e do reordenamento estatal.

Neste trabalho, partilha-se da concepção de Montañó (2001) de que a publicização é a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (incluindo-se as ONGs) e ao repasse de recursos públicos para âmbito privado. Caracteriza-se como um processo de privatização (visando o lucro) de serviços sociais. A essência desse processo orienta-se numa perspectiva “desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito” das políticas sociais (MONTAÑO, 2001, p. 82), retirando a concepção democrático-estatal e a noção de direito público dos serviços sociais. Ao mesmo tempo este processo transfere os serviços sociais para o âmbito do direito privado (independente de os fins serem privados ou públicos) que segue os critérios gerenciais das empresas e não uma lógica de prestação de serviços e assistência, em conformidade com o conceito constitucional de seguridade social.

No debate dominante, Pereira (1997) utiliza ainda a justificativa de maior controle social nas entidades públicas não-estatais em detrimento das estatais: nas primeiras, a sociedade teria maior possibilidade de controlar e monitorar as ações das novas entidades (organizações sociais). Tudo isto no discurso, pois estas organizações sociais são espaços privados e seguem a lógica privada de autonomia das ações, não havendo, necessariamente, que prestar contas de seus atos. Outro aspecto, segundo Montañó (2001), é que o usuário estaria ausente do controle dos serviços sociais prestados pelas entidades do terceiro setor.

É importante salientar que, na concepção de Pereira (1997), é necessário ainda que o Estado terceirize uma série de atividades ou serviços auxiliares: limpeza, vigilância, transporte, coperagem, serviços técnicos de informática e processamento de dados, dentre outros. Essa terceirização tornaria os serviços competitivos, acarretando economia para o Tesouro, seguindo à risca as orientações da reestruturação produtiva que afirma a importância da terceirização. Para a classe trabalhadora, este processo é uma exaltação à desestabilização do funcionalismo público, contribuindo para a perda de direitos trabalhistas e a precariedade do trabalho.

Em suma, o projeto político de reforma do Estado persegue o objetivo principal de reestruturar o capital a partir dos princípios do Consenso de Washington. Tal projeto abre caminho para a flexibilização da acumulação, reduz custos (ou cancela direitos trabalhistas e sociais), bem como isenta, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o capital do enfrentamento

das expressões da questão social, obscurecendo conflitos de classe. Caracteriza-se como um processo de inserção subordinada no mercado mundial, no qual quem paga a conta é a classe trabalhadora.

Simultaneamente, o que não parece uma simples coincidência desinteressada, nas décadas de 80 e 90 do século XX há uma exaltação à participação da sociedade nos serviços sociais, impulsionada, inclusive, pelas agências multilaterais, a exemplo do BID, financiando projetos sociais de entidades do terceiro setor, como por exemplo, nas ONGs. Desta forma, estão postas as condições sócio-históricas para a emergência e o fortalecimento do chamado terceiro setor, bem como o contraditório universo das Organizações Não-Governamentais na contemporaneidade. É o que se verá com mais precisão no item seguinte deste trabalho.

2.2 TERCEIRO SETOR E ONGS: PARTICULARIDADES E LIMITES

O terceiro setor⁷⁴ emerge no cenário de transformações sócio-históricas delimitadas anteriormente e está inserido no emaranhado das relações e contradições sociais, políticas, econômicas e culturais do século XX/XXI.

Os fundamentos do terceiro setor encontram-se enraizados, particularmente, na contra-reforma do Estado, uma das dimensões das respostas do capital ao processo de crise instalado no pós-1970. No discurso e na lógica da contra-reforma do Estado, a publicização é a estratégia que viabiliza o deslocamento de responsabilidades com a questão social do âmbito estatal para o terceiro setor. É por isso que o terceiro setor surge sob o discurso da inovação no trato à questão social⁷⁵.

Na atualidade, o debate sobre tal fenômeno é bastante polêmico, gerando entendimentos divergentes que interferem nas estratégias de intervenção junto à questão social. Há duas tendências que prevalecem na contemporaneidade, cujas direções se distinguem e se articulam a projetos societários diferentes: uma tendência dominante ou conservadora e outra tendência

⁷⁴ Landim (2003, p. 112) afirma que são várias as expressões empregadas para designar as organizações do terceiro setor: “nonprofit sector, third sector, independent sector, voluntary sector, charities, économie sociale, associations humanitaires [...]”.

⁷⁵ O debate sobre o enfrentamento contemporâneo da questão social será travado na subseção 3.1. deste estudo.

crítica e de totalidade, que busca a essência do fenômeno a partir das múltiplas determinações que o envolvem⁷⁶.

Na **tendência dominante ou conservadora** o terceiro setor seria formado pela sociedade civil organizada para responder/intervir no contexto das expressões da questão social. O discurso apresentado é que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais crescentes da atualidade, sendo a sociedade civil forçada a intervir no social⁷⁷, apresentando como princípios os valores do voluntarismo e da solidariedade⁷⁸.

De acordo com Fernandes (1994b), um dos autores mais significativos da tendência dominante/conservadora, o terceiro setor se caracterizaria pela idéia de uma alternativa de resposta à questão social, uma terceira via ou “uma terceira possibilidade”. Fernandes (1994b, p. 19) explica:

Surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não-governamental’ e ‘não-lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias.

Ainda segundo Fernandes (1994b, p. 21), “o conceito (terceiro setor) denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; ou seja, inúmeras ações de indivíduos, grupos e instituições que têm como fim suprir necessidades coletivas. Na verdade, Fernandes (1994b, p. 127) afirma que “a idéia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo”, sendo respectivamente o Estado e o mercado; assim, o terceiro setor assumiria responsabilidades sociais

⁷⁶ Cabe ressaltar que ambas as tendências são atravessadas pelo movimento contraditório do real; todavia, conforme o lugar que o terceiro setor ocupa na sociedade contemporânea, são visíveis as particularidades que diferenciam uma e outra tendência, sendo assim apresentadas para efeito de exposição.

⁷⁷ Tal compreensão fica bastante transparente na fala da vice-presidente da Idear (organização social de assessoria ao terceiro setor) na abertura do I Fórum Potiguar do Terceiro Setor, realizado em 28/09/2005 na cidade de Natal/RN: “o terceiro setor representa as organizações da sociedade civil para atuar em políticas públicas, já que o Estado não dá conta, o mercado também, nem os indivíduos desorganizados; só com a união de todos e a organização da sociedade civil será possível construir um mundo melhor”.

⁷⁸ Não uma solidariedade de classe, pois o discurso atual é que não existem mais classes sociais; o conflito de forças antagônicas, representadas pelos trabalhadores e pela burguesia, seria “coisa do passado”, dos tempos da guerra fria ou da considerada “ameaça socialista”. Na atualidade, emergiria uma solidariedade interclasses, pautada no único tipo de sociabilidade possível, a capitalista, cuja palavra de ordem é a parceria e a negociação entre trabalhadores e burgueses; o processo de exploração é minimizado, os conflitos de interesses de classes são camuflados, a fim de fragilizar no tempo presente as possibilidades reais de resistência à ordem do capital.

que estariam, na lógica dominante, fora da competência dos outros “setores”, caracterizando-se como “sociedade civil organizada”. Por isso, Fernandes (1994a, p. 3) define o terceiro setor como um:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Percebe-se, nesta tendência, que há uma identificação entre os entendimentos de sociedade civil e terceiro setor, como se fossem sinônimos.

No Brasil, a Lei 9.790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta as organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 1º desta lei, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Tal regulamentação brasileira exemplifica como o fenômeno do terceiro setor é reconhecido e legitimado no país, percebido com certa positividade e estimulado legalmente.

Por outro lado, o artigo 2º dessa mesma lei desqualifica como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: as sociedades comerciais; os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as Organizações Sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por

fundações públicas; as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

O artigo 2º supracitado demonstra certa controvérsia na identificação de sociedade civil e terceiro setor, visto que esse último legalmente não abrange todas as organizações da sociedade. Portanto, a real caracterização da sociedade civil é bem mais ampla, complexa e contraditória que o entendimento de terceiro setor na tendência dominante/conservadora.

Como afirma Tonet (1997), o conceito atual de sociedade civil remete a uma polarização entre interesses conservadores e interesses progressistas, em que a considerada “nova sociedade civil torna-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis e políticos [...]” (TONET, 1997, p.34), no qual estão presentes as concepções de participação e de oposição ao Estado. Há nessa “versão liberal de sociedade civil” uma “desarticulação dos nexos mais profundos do todo social” (TONET, 1997, p. 37). Vale lembrar que as contradições da sociabilidade capitalista são o solo privilegiado no qual se compõe e se sustenta a sociedade civil. Por isso, é necessário situar a sociedade civil no cerne da luta de classes da atualidade e considerar que o “momento político”, a democracia, a cidadania isolados das outras dimensões da totalidade sócio-histórica não se constituem como central no debate; o essencial é a perspectiva da luta pela emancipação humana, ou seja, pela liberdade do homem para além das amarras do capital, numa vida plena de sentidos e realizações.

É certo que em determinados momentos, em determinadas situações concretas, a luta pela democracia, pelos direitos civis, pode ser um passo importante na transformação da sociedade. Mas aí é preciso ver, em cada caso, como esta luta pela democracia pode se articular efetivamente com a emancipação da humanidade (TONET, 1997, p. 39).

Assim, a tendência dominante/conservadora desconsidera as condições sócio-históricas contemporâneas de crise do capital e de busca de sua hegemonia, mistificando a realidade a partir de um debate não crítico que valoriza uma possível união entre as classes e um discurso de democracia e cidadania nos limites do capitalismo. O conflito, as diferenças de interesses, a heterogeneidade fundantes da sociedade civil/burguesa, composta por classes que divergem social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertas pelo discurso atraente da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo

mundializado. De acordo com Gusmão (2000, p. 108), o discurso dominante tem uma motivação:

Na perspectiva neoliberal de Reforma do Estado, a solidariedade da sociedade civil é fundamental, pois graças a ela o Estado e o governo podem livrar-se das pressões e do ônus de agirem historicamente de forma deficiente no espaço gigantesco das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que seus compromissos se estruturam cada vez mais com os da acumulação.

A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na atualidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura de reordenamento capitalista, uma vez que obscurece os conflitos e imobiliza a luta de classes. No discurso neoliberal, segundo Petras (1999, p. 19), “o Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social, sendo que em seu lugar a ‘sociedade civil’ é a protagonista da democracia e da melhoria social”. Para desvendar o discurso dominante e apreender a totalidade da realidade social, é necessária a reflexão da categoria sociedade civil.

A noção de sociedade civil utilizada como sinônimo do terceiro setor cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde sua trama de relações e conflitos na sociabilidade do capital. Não parece coincidência que “na segunda metade dos anos noventa (século XX), o ataque aos direitos sociais próprio da era FHC recorreu ampla e demagogicamente ao mote da defesa da autonomia da sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 63).

O momento sócio-histórico presente está repleto de “velhos” conceitos/categorias que são retomados em função dos interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas determinações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses. Para Netto (2004b, p. 61) “nos últimos vinte anos, também no Brasil, observa-se um nítido processo de diluição da carga semântica das categorias teóricas empregadas na análise social [...]”. É um “quadro de frouxidão categórica e conceptual e confusionismo” (NETTO, 2004b, p. 62) que nos parece funcional ao capital. Na atualidade, como exemplos de tais categorias podem ser citados: a solidariedade, a caridade, a reciprocidade, a filantropia, o voluntariado, bem como o conceito clássico de sociedade civil.

Em relação à categoria solidariedade é interessante para o capital descaracterizá-la na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos.

Segundo Petras (1999), a palavra solidariedade tem sido utilizada de forma tão indiscriminada que, em vários contextos, já perdeu o seu significado. Na atualidade o termo é sinônimo de ajuda mútua, independente da classe social a que os sujeitos estejam vinculados. Historicamente, a palavra tem relação com a solidariedade interna de classe; no caso particular da classe trabalhadora refere-se à união e à luta contra a exploração e a dominação. Petras (1999, p. 39) esclarece:

O conceito marxista de solidariedade dá ênfase à solidariedade interna da própria classe, à solidariedade dos grupos oprimidos contra os seus exploradores externos e internos. O ponto mais importante do conceito marxista de solidariedade consiste na ação comum dos mesmos membros de classe que compartilham as mesmas dificuldades econômicas lutando pela melhoria das condições da coletividade.

Quanto à categoria sociedade civil, para Netto (2004b), poucas categorias teóricas foram tão desqualificadas, pois sob uma mesma embalagem encontram-se significados diferentes e até mesmo conflitantes. De acordo com este autor, a diluição teórica da categoria sociedade civil compromete a análise social e inviabiliza a compreensão de um feixe de relações nucleares na nossa época: as relações entre sociedade civil e Estado. Ou seja, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, contribuindo para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital. Pode-se inferir que obscurece as relações e os conflitos de classe na contemporaneidade, dificultando a articulação dos trabalhadores na luta por uma sociabilidade para além do capital.

Na busca pelas origens históricas da categoria, retoma-se as reflexões de Karl Marx sobre sociedade civil. Para Marx (1978, p. 129), a sociedade civil constitui-se “na totalidade das relações materiais de vida”:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de

consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1978, p. 130)⁷⁹.

Nessa passagem, Marx desvenda a complexa relação Estado e sociedade civil: “a sociedade civil é a estrutura, sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte o Estado” (NETTO, 2004b, p. 66), ou seja, o Estado é uma expressão da sociedade civil. É indispensável o conhecimento rigoroso desta sociedade, visto que as lutas que têm por cenário a sociedade civil/burguesa rebatem diretamente no Estado. Tal relação (Estado/sociedade civil) compõe uma totalidade complexa, porque, segundo Netto (2004b, p. 67), “as contradições existentes na sociedade civil, onde operam interesses antagônicos, tensionam mediatamente a totalidade em causa e ativam formas de ação social” quando aqueles interesses são tomados como objeto passível de intervenção.

Os interesses contraditórios das classes perpassam o universo da sociedade civil, os quais determinam e conformam as ações do Estado. A relação sociedade civil e Estado é perpassada pelas contradições de classe que constituem a sociedade capitalista. O que quer dizer que a sociedade civil é espaço de contradições e antagonismos, é espaço de luta de classes; “estas lutas se efetivam e se direcionam através de condutos específicos, geralmente expressos em agências (instituições e organizações)”;

mas é também espaço “em que as lutas de classes se travam sob ‘formas sociais de consciência’ que correspondem aos interesses sociais que são dominantes na mesma sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 67).

A sociedade civil expressa as complexidades e contradições da sociedade capitalista contemporânea. Por isso, compreende-se tal categoria não como homogeneidade, mas como complexidade, diversidade, antagonismo. Montañó (2003, p. 274-277) afirma que a “sociedade civil é espaço/arena de lutas”, é conformada por setores de diversos interesses particulares (“fundamentalmente de classe”), representando antagonismo e disparidade no seu interior. Desta forma, “pensar na sociedade civil como uno resulta num erro grosseiro de interpretação histórica” (MONTAÑO, 2003, p. 275).

O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria sociedade civil, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um

⁷⁹ Este texto compõe o prefácio da obra “Para a crítica da economia política”, datado de 1859. Nesta passagem, Marx afirma que tal resultado geral das suas reflexões serviu-lhe de fio condutor para os estudos sobre o capitalismo.

espaço homogêneo de interesses, o que permite atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social⁸⁰.

Diante dessas reflexões e em radical divergência com a tendência anterior, a **tendência crítica e de totalidade** sobre o terceiro setor o compreende como um fenômeno fluído e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia.

Segundo Landim (2003), o terceiro setor é mais um termo importado que recentemente (década de 1990) começa a ser utilizado no Brasil para designar fenômenos e questões referidas a um universo de organizações da sociedade civil. Para a referida autora, o terceiro setor não é um termo neutro, tem procedência norte-americana, “contexto onde o associativismo e o voluntariado fazem parte da cultura política e cívica baseada no individualismo liberal [...]” (LANDIM, 2003, p. 109).

O termo surge nos Estados Unidos, em 1978, por iniciativa do empresário John D. Rockefeller III e chega ao Brasil por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Montaño (2003, p. 53) ratifica as idéias de Landim (2003) e afirma que “o conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”.

O termo terceiro setor está fundamentado na fragmentação da realidade em setores (“primeiro setor” o Estado, “segundo setor” o mercado e “terceiro setor” a sociedade civil⁸¹), isolando e autonomizando cada um deles, não apresentando uma visão de totalidade social, como se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais não tivessem uma íntima inter-relação e imbricamento no conjunto da sociedade. Essa compreensão identifica-se com uma visão liberal e funcionalista da sociedade que retira as reflexões econômicas do Estado e despolitiza o mercado e a sociedade civil; como se fosse possível fragmentar a realidade social. Tal fragmentação da realidade é necessária para o momento atual de reestruturação do capital e das suas premissas político-ideológicas, pois “[...] separa os homens de suas determinações e decompõe a totalidade em esferas particulares e cindidas [...] Homens e relações sociais são tomados como coisas”

⁸⁰ A idéia de “sociedade civil homogênea” garante um duplo movimento funcional ao capital: econômico, com redirecionamento dos recursos do Estado para o financiamento dos projetos de interesse da burguesia; e ideológico, pois obscurece a luta de classes e, assim, fragiliza a resistência da classe trabalhadora.

⁸¹ Isto porque, na concepção liberal, a sociedade civil é compreendida como expressão de interesses universais e não contraditórios.

(DIAS, 1997, p. 29); perde-se a historicidade, a totalidade e a perspectiva de contradição para que o terceiro setor possa assumir funcionalidade no cenário de reestruturação do capital.

Com o apoio da mídia e do Estado, o terceiro setor se expande em áreas variadas: arte e cultura, educação, saúde, assistência social, lazer, ambientalismo, defesa de direitos específicos, constituindo-se como ação voluntária e mercado de trabalho (muitas vezes precário). Engloba entidades de natureza distinta e origem diversa, tais como: instituições filantrópicas, ONGs, fundações, voluntariado, “empresas cidadãs”, etc., mas com exclusão de órgãos de natureza política, como sindicatos e movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terra – MST), com o objetivo de ocultar a luta e os interesses de classes que tecem as relações na sociedade civil.

Na verdade, a idéia de conflito, de contradição, de campo de forças em luta por hegemonia ou de outras questões que suponham diversificação de interesses e projetos estão razoavelmente ausentes nesses debates, assim como as concepções que questionam um corte radical entre sociedade civil e Estado (LANDIM, 2003, p. 117).

Nas palavras de Montañó (2003, p. 22), o terceiro setor não expressaria um setor que homogeneíza e minimiza diferenças e sim “[...] um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de dar respostas às expressões da questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua, em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social gerada pelo capitalismo.

O que ocorre hoje é que o terceiro setor é utilizado para produzir a idéia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é uma espécie de “panacéia” que substitui o Estado no enfrentamento das expressões da questão social. É ainda incorporado ao senso comum, enquanto termo neutro, indicando apenas um “campo plural de associações e interações” (LANDIM, 2003, p. 110).

Na verdade, conforme Paniago (2001), tal fenômeno social busca a socialização dos custos sociais do capitalismo mundializado.

No fundo o que aparece mais provável é que hoje haja uma dupla exploração da classe trabalhadora. Além de ser a produtora da riqueza que gera os recursos do Estado, ainda tem de se envolver diretamente, através dos recursos da ‘comunidade’ na satisfação de suas necessidades (PANIAGO, 2001, p. 12).

Na perspectiva de Landim (2003, p.109), no contexto atual, parece ter funcionalidade a emergência do terceiro setor, pois na conjuntura neoliberal de desmonte dos direitos e de diminuição da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais, “a rapidez com que o termo ganhou visibilidade e a expansão das suas entidades indicam sintonia com os interesses dominantes”.

Dessa forma, compartilhando da concepção dos autores críticos, na qual se fundamenta este estudo, reforça-se que o terceiro setor tem uma função diante da conjuntura de reestruturação do capital que se desdobra em duas dimensões: a) na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões da questão social; e b) na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade.

Nesse cenário encontram-se as ONGs como expressões do terceiro setor e inseridas na sua lógica e contradição. Tais organizações destacam-se, na atualidade, como respostas privadas às expressões da questão social, aparecendo como:

[...] referência no campo das práticas emergentes proliferando-se e também fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida, surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo (MOTA, 2000, p. 102).

Cabe ressaltar que o termo Organização Não-Governamental, mais conhecido como ONG, não existe no dicionário e não é definido juridicamente. Segundo Pessoa e Rocha (2003, p. 156), “o que existe é uma compreensão coletiva, inclusive na doutrina, jurídica, de que ONGs são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal e/ou profissional”, expressando a idéia geral de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com interesse público, tendo como possibilidades no ordenamento jurídico as associações e as fundações⁸². Ocorre que, para o senso comum, o termo surge para identificar um conjunto de instituições que se encontravam fora do âmbito das entidades estatais, mas que trabalhavam com algum tipo de projeto na área social.

⁸² Segundo Landim (1998, p. 57), as ONGs preferem a primeira forma (associações), a qual “não implica na existência de um patrimônio prévio, nem de um instituidor [...]”.

Segundo Gohn (2003), a expressão ONG foi criada pela ONU, na década de 1940, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”. Ribeiro (2000) complementa que nas décadas de 50/60 do século XX, os programas de “desenvolvimento comunitário” tinham inspiração e apoio das Nações Unidas ou organizações ligadas ao governo Norte-Americano, que se empenhavam na modernização e no combate ao “comunismo”.

A partir do exposto, nota-se que na gênese do termo ONG há uma certa tendência “passivizadora”, no sentido de contribuir como elemento “humanizador” do modo de produção capitalista sem, no entanto, colocar em pauta a perspectiva de superação da ordem estabelecida. Ratificando esta tendência, está presente a transparente necessidade de combate às idéias socialistas, expressão de um momento histórico da luta de classes, o que sinaliza um lugar para ONGs, o qual se caracteriza pela soma de esforços ao fortalecimento da sociabilidade do capital, naquele contexto de surgimento. Por isso que, desde esse período de gênese, essas organizações se solidificam com o apoio financeiro do capital, ainda restrito, mas que se torna mais evidente na década de 1990. Parece que tais instituições não surgem de forma ingênua e totalmente desarticulada dos interesses do capital, pois também são perpassadas pelos interesses de classe; independente dos seus integrantes terem acesso a essas reflexões e para além da seriedade e da relevância das repercussões das ações das ONGs para a classe trabalhadora.

Outro elemento a considerar no debate sobre as Organizações Não-Governamentais é que a sua função social⁸³ se altera diante da conjuntura de reestruturação, passando a serem nitidamente úteis aos interesses do capital, na medida em que, especialmente na década de 1990, ocupam um espaço de destaque no enfrentamento da questão social⁸⁴.

Em função de estudos anteriores⁸⁵, constatou-se que, entre as décadas de 70 e 80 do século XX, com o suporte financeiro da “cooperação internacional”⁸⁶, as ONGs iniciam o seu processo de expansão, intervindo diretamente no campo político, visto que se gestam em pleno

⁸³ Entende-se aqui função social no sentido da funcionalidade/utilidade que as ONGs assumem na sociabilidade, conforme as determinações de um dado momento sócio-histórico.

⁸⁴ Muitas vezes o capital se apropria das “bandeiras de luta” dessas organizações (em prol de direitos sociais), financiando projetos e estimulando suas ações a partir da ideologia da “participação da sociedade civil” em detrimento da responsabilização do Estado com o atendimento das demandas sociais da classe trabalhadora.

⁸⁵ DUARTE, 2002. Estudos realizados durante a especialização em “Políticas Públicas e Gestão em Serviço Social” – UFPE, Departamento de Serviço Social, 2002.

⁸⁶ Corresponde a toda uma rede de bancos (por exemplo, o BIRD) e organizações não governamentais (igrejas, instituições, associações, dentre outras) que investem em projetos sociais nos países de capitalismo periférico.

regime militar, num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceira dos movimentos sociais, embora recebessem financiamentos de agências internacionais, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuía para a organização interna e articulação de tais movimentos.

Nesse período não eram as ONGs, mas os movimentos sociais que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos como alimentação para creches, cooperativas de consumo, iluminação, saneamento, direitos da mulher, da criança e do adolescente, etc. As ONGs aqui tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros (MONTAÑO, 2003, p.270-271).

É principalmente a partir de meados de 1980, com maior ênfase na década de 90 do século XX⁸⁷, que no Brasil o termo ONG ganha maior visibilidade social com efetiva proliferação das suas organizações, o que coincide com o momento de inserção de tais organizações na lógica do terceiro setor. Landim (1998) destaca que a partir de 1980 os organismos de cooperação multilateral, como o Banco Mundial, intensificam programas de colaboração com as ONGs, tendo como uma das justificativas explicitadas a sua confiabilidade e eficácia.

Ocorre que nesse período (fins dos anos 1980 e década de 1990), tais organizações concentram-se no reordenamento da sua gestão e das suas ações em função da procura de financiamentos de projetos. A busca pela sobrevivência da organização via alternativa de fundos públicos e adequação aos critérios de financiamento das agências internacionais parece ter certa articulação com o momento sócio-histórico de reestruturação capitalista, já que tais organizações passam a assumir maior parcela da responsabilidade com a questão social. Sem articular tal reordenamento das ONGs à totalidade da realidade social, como se tais organizações estivessem isentas dos interesses de classe contemporâneos, Gohn (1998, p. 14-15) afirma que:

⁸⁷ Conforme pesquisa realizada pela ABONG (2002), constata-se que o maior número de ONGs surge entre 1980 e 1990, com 49%, seguida de 32,6% no período de 1991 a 2000. Estes dados caracterizam a expansão das organizações na conjuntura de reestruturação do capital, cuja condução está sob o comando do projeto neoliberal; e indicam que o enfrentamento da questão social tem se expandido junto às ONGs brasileiras em detrimento da ação estatal.

As ONGs tiveram que realizar reengenharias internas e externas para sobreviver. As pressões sociais e as atividades de militância passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs.

É incontestável a necessidade de profissionalização das ONGs nesse contexto. Por motivo de sobrevivência de tais organizações e pela dinâmica histórica de reestruturação, as ONGs adequaram-se à lógica do mercado e às exigências das transformações do mundo do trabalho, ficando em segundo plano a sintonia com a militância e os movimentos sociais.

Se a palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades, ter pessoal qualificado, com competência para elaborar projetos qualificados passou a ser uma diretriz, e não mais a militância, o engajamento à causa em ação (GOHN, 1998, p. 15).

Por isso, em fins de 1980 e durante a década de 1990, as ONGs têm como condição de existência e funcionamento a execução de projetos sociais que se mantêm com verba e apoio financeiro de agências de cooperação internacional, do Estado ou de outras organizações. Ainda sem articular com o processo de reestruturação do capital e suas conseqüentes alterações na relação Estado e sociedade na atualidade, Gohn (2003) destaca uma informação relevante: a partir de 1990, o Banco Mundial adota uma postura de diálogo e privilegiamento de ações e parcerias com ONGs, sendo a maioria dos empréstimos do banco voltados para as parcerias com tais organizações.

Enquanto entre 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo banco envolviam ONGs, em 1993 o percentual eleva-se para 1/3 dos financiamentos e logo a seguir em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovados pelo Banco Mundial envolviam ONGs de diferentes tipos e objetivos (GOHN, 2003, p. 16).

Será mesmo que o motivo para a vinculação da cooperação internacional às ONGs seria a falta de organização dos movimentos sociais, ou porque estes eram mais combativos e ativos nas relações de conflito capital/trabalho que tais organizações? Vale salientar que no momento histórico da década de 70 do século XX até meados dos anos 80 desse século, os movimentos sociais eram extremamente combativos e lutavam pelos interesses da classe trabalhadora.

Contudo, no final do século XX, com as alterações no mundo do trabalho que atingiram a objetividade e a subjetividade dos trabalhadores, os movimentos sociais foram perdendo a força e a possibilidade histórica de resistência. Neste cenário, as ONGs foram se reorganizando e, assim, (mesmo sem seus integrantes perceberem ou quererem) adaptando-se às necessidades da conjuntura de superação da crise e reestruturação do capital.

Desta forma, é impossível não fazer relação entre o financiamento dos projetos pela cooperação internacional e os interesses envolvidos, pois se entende que os critérios e as exigências para o financiamento, por parte das instituições da cooperação, interferem nas ações, dinâmica e lógica das ONGs, comprometendo a autonomia e o critério de não representatividade de interesses. As Organizações Não-Governamentais tendem (seus integrantes tendo consciência, ou não) a não ser tão espontâneas e desvinculadas de utilidades para o capital⁸⁸.

No Brasil não parece ser diferente, pois, analisar o campo formado pelas ONGs brasileiras pressupõe considerar: as relações com determinadas “agências européias, canadenses e norte-americanas que as financiaram/financiam” (LANDIM, 1998, p. 49); e as relações com grupos, organizações, bem como as relações de parceria com o Estado na execução de projetos sociais. Parece-nos um campo bastante heterogêneo e fluido na atualidade, que contribui de certa maneira para o processo de reorganização do modo de produção capitalista, sem debate crítico e desvendamento do real movimento de domínio da sociabilidade do capital.

Esse contexto sinaliza certa funcionalidade de tais organizações à conjuntura de transformações societárias, inclusive com incentivo e apoio das instituições do capital financeiro. Parece que o capital mundializado se apropria das organizações a seu favor e, assim, resolve investir como mais uma estratégia para eximir o Estado da responsabilidade histórica com as manifestações da profunda desigualdade entre burguesia e trabalhadores.

Assim, a partir de 1990 as ONGs, determinadas pelo neoliberalismo, alteram sua função na sociedade e inserem-se na lógica do terceiro setor, uma vez que são chamadas a intervir diretamente na resposta à questão social, modificando radicalmente a relação até então consolidada com os movimentos sociais e aparecendo como “entidades pacíficas”, não combativas ao capitalismo contemporâneo. Ocorre o deslocamento das responsabilidades com as

⁸⁸ Na perspectiva dominante do terceiro setor (a-crítica), as ONGs aparecem como entidades espontâneas e desarticuladas dos interesses de classe.

expressões da questão social do Estado para o terceiro setor e para as ONGs⁸⁹, sem radical contestação e nítido movimento de resistência.

Segundo Montañó (2003, p. 272), “a ONG, com maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população”. Tais organizações passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e credibilidade, contando inclusive com a população na condição de voluntário; instala-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da garantia de políticas sociais públicas. Isso se explica porque na década de 1990 ocorre uma significativa alteração na relação entre Estado e movimento social, caracterizada por Montañó (2003) como uma “terceirização dos movimentos sociais”, ou seja, uma relação indireta entre Estado e movimento, intermediada pelas ONGs.

Há uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora: não mais o embate dos movimentos sociais com os interesses do capital, mas uma relação mais amena e pouco contestatória da ordem vigente. É um momento de perda de espaço e poder político dos movimentos sociais, bem como de retração do Estado com o social, funcional à lógica de reestruturação do capital.

Em face desse momento de perda de espaço e poder político dos movimentos sociais, resultado do cenário de reestruturação do capital e da fragilidade da classe trabalhadora na atualidade, as ONGs começam a ganhar maior credibilidade do que os movimentos sociais. Afirmações a-críticas, sem fundamentação na totalidade da realidade social, buscam justificar tal ampliação da credibilidade e expansão da intervenção das ONGs, sendo uma das expressões importantes destas concepções a autora Maria da Glória Gohn.

Gohn (2003, p. 49) defende e justifica as ações das ONGs a partir de explicações que se limitam a distinguir, na aparência do cotidiano, tais organizações dos movimentos sociais, sem articular o debate à conjuntura de reestruturação do capital. Para a autora, as “organizações são institucionalizadas, no mínimo eficientes, com um cotidiano contínuo, porém diferentes de uma entidade privada”; já os movimentos sociais são considerados como “aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, que não necessitam de compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases”. Sem buscar reconstruir relações e

⁸⁹Na tendência dominante/conservadora as ONGs são reconhecidas como entidades de suporte do Estado no atendimento da questão social, distanciando-se do debate crítico que busca as explicações para os fenômenos sociais na totalidade da realidade social.

nexos que fundamentam o fenômeno das Organizações Não-Governamentais, a autora destaca que “a lógica que preside as ONGs tem de se basear na ação racional, sendo que os movimentos são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos” (GOHN, 2003, p. 49); como se a justificativa para a expansão das ações da ONGs, em detrimento da perda de espaço dos movimentos sociais, tivesse relação apenas com a estrutura e a gestão de tais entidades, descolando a análise dos elementos políticos, econômicos e sócio-históricos que caracterizam as alterações do capital em tempos de crise.

Gohn (2003) continua na sua linha de análise e afirma que:

O crescimento das ONGs criou também um campo específico de interlocução com a sociedade civil. Quando estas construíram seus próprios campos de atuação, atendendo às demandas advindas da interlocução com os aparelhos estatais, *as ONGs não tiveram mais tempo para se voltar para as bases dos movimentos*. As lideranças destes últimos refluíram, e os movimentos desmobilizaram-se. Mas as assessorias, por meio das ONGs, sobreviveram. Eu diria mesmo que, nestes casos, as ONGs passaram a substituir os movimentos” (GOHN, 2003, p. 62, grifos nossos).

Será que o ponto chave do debate sobre o distanciamento das ONGs em relação aos movimentos sociais, sobre a proliferação e a idéia de maior credibilidade destas organizações na década de 1990 é mesmo a questão “tempo para se voltar para as bases dos movimentos” ou o fenômeno ONG altera sua função social no capitalismo contemporâneo, sendo funcional ao processo de modificações necessárias ao capital no período pós-1970? Neste trabalho, compreende-se que as explicações são mais profundas e que têm relação estreita com a luta de classes nas últimas décadas do século XX, sendo, por isso, primordial buscar as raízes das reflexões sobre as ONGs, a partir do lugar que as mesmas ocupam na atualidade, principalmente em sintonia com a conjuntura de transformações sócio-históricas.

Assim, as concepções dos autores que seguem o itinerário de análise da Gohn (2003) reproduzem a ideologia de maior credibilidade e eficiência das ONGs em prejuízo dos movimentos sociais, ou seja, em detrimento da resistência da classe trabalhadora à sociabilidade capitalista; o que não conduz à reflexão crítica da situação atual da luta de classes, em que

parceria, descentralização e solidariedade⁹⁰ são os eixos ideológicos centrais do contexto de reforma para a manutenção da ordem do capital.

É através das “parcerias” que as ONGs firmam e garantem sua intervenção na questão social, bem como o Estado viabiliza sua proposta de redução com o social via publicização. Por isso, Nicolau (2005, p. 164) considera que a parceria com o Estado na implementação de políticas sociais “expressa uma das estratégias utilizadas por ele (Estado) para encobrir sua inadimplência com os empobrecidos e excluídos”.

Como foi visto anteriormente (subseção 2.1.), na proposta de contra-reforma do Estado a publicização é o caminho legal que possibilita a parceria entre Estado e organizações sociais (representadas pelas ONGs). Isto, porém, não ocorreu por acaso, há um sentido político e ideológico de sedimentação das mudanças necessárias à ordem do capital e de “amortecedor” dos rebatimentos sociais⁹¹.

À medida que cresceu a oposição ao neoliberalismo, no início dos anos oitenta, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs (PETRAS, 1999, p. 45).

Nessa lógica, Montañó (2003) contesta a fidelidade do termo “Organizações Não-Governamentais”, visto que passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental (nacionais ou internacionais), por meio das citadas parcerias ou da contratação pelo Estado (federal, estadual, municipal) para desempenhar, de maneira terceirizada, as atividades e funções estatais. Pode-se dizer, portanto, que não são tão não-governamentais. O autor vai mais além e questiona a seletividade dos governos na “escolha” dos projetos e das ONGs aos quais destinará os reduzidos recursos:

O Estado, ao estabelecer ‘parceria’ com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro,

⁹⁰ Segundo Gusmão (2000), a solidariedade aqui tem a conotação de uma categoria apolítica e unificadora da sociedade, isenta de interesses e sem ideologias; ou seja, “sob a aparência da convivência pacífica e da colaboração dos ricos com os pobres, de fato, a solidariedade neoliberal procura, inversamente, a colaboração dos trabalhadores com os donos do capital, pela via do consentimento na fratura de sua solidariedade e de sua união” (ibid., p. 104).

⁹¹ Petras (1999, p.45), nas suas reflexões sobre o neoliberalismo e as ONGs, afirma que “o Banco Mundial, os regimes neoliberais e as fundações ocidentais cooptaram e encorajaram as ONGs a solapar o *Welfare State* nacional oferecendo serviços sociais para compensar os serviços estatais”. O autor ainda esclarece: “as ONGs não podem oferecer os programas abrangentes de longo prazo que o *Welfare State* oferecia. Ao invés disso, elas prestam serviços limitados para poucas comunidades” (ibid., p. 47).

está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros - aqueles selecionados pelo(s) governo(s) - (MONTAÑO, 2003, p. 57, grifos do autor).

Há todo um movimento ideológico e cultural que alicerça a função social das ONGs na atualidade. As condições materiais da “crise”⁹² estrutural do capital condicionam à alternativa burguesa da deflagração da “cultura da crise”, cultura esta que sustenta a contra-reforma do Estado e viabiliza a funcionalidade das ONGs ao processo de reestruturação do capital. Na análise de Mota (2000, p. 101):

[...] o traço predominante dessa cultura (da crise) é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade independentemente da classe a que estão agregados os sujeitos sociais e, portanto, concluindo-se que a crise exigia consensos e sacrifícios de todos.

No bojo da “cultura da crise” fundamenta-se a lógica da solidariedade, do voluntariado, da filantropia empresarial em que todos, indistintamente, precisam contribuir, dar a sua parte para a resolução dos problemas sociais. Nessa lógica os movimentos sociais nos anos 1990 também se inserem, aparecendo como de natureza policlassistas, despolitizando a resistência da classe trabalhadora, em prol de um suposto interesse geral da sociedade de “combater a pauperização” no Brasil. Como se não existissem interesses de classe e como se tal ideologia não fizesse parte das estratégias do capital para garantir a sua reestruturação. Mota (2000, p. 102) assegura que “na prática essa dinâmica propõem uma aliança de classes, amparada na ideologia da solidariedade entre classes antagônicas, no primado da ética e no distributivismo dos excessos”. Na verdade, os movimentos sociais também são atingidos pelas transformações sócio-históricas contemporâneas.

Vale salientar ainda, como elemento importante desse contexto, o enfraquecimento do poder de luta e questionamento da classe trabalhadora, a partir de 1980/1990, resultado das metamorfoses do mundo do trabalho. As condições objetivas e subjetivas do trabalho fragilizam os trabalhadores, dificultando sua organização política (sindicatos, movimentos sociais e outros), a resistência e a análise crítica dos processos sociais em curso. Tudo isso contribui para o

⁹² Como foi debatido na subseção anterior deste trabalho (item 2.1.), crise no sentido das repercussões geradas pela “necessidade” do capital de reestruturar-se para manter a hegemonia e aumentar as taxas de lucro decrescentes.

processo de desarticulação dos movimentos sociais, promovendo perda de espaço político diante do cenário de reestruturação capitalista.

Por outro lado, para as ONGs há uma tendência de ampliação destes espaços diante da conjuntura de reestruturação e, assim, proliferam-se e alteram sua função na sociedade, assumindo um papel estratégico, via negociação, na resposta à questão social.

Independente da seriedade das ações de algumas ONGs, do compromisso dos seus integrantes/profissionais e/ou da relevância das suas contribuições para o conjunto dos trabalhadores a centralidade das análises contidas neste estudo está na função social que estas organizações têm na conjuntura de superação da crise estrutural do capital.

Nesse sentido, avaliando ainda a relação ONGs e movimento social pode-se afirmar que a intervenção dessas organizações está limitada pela execução de projetos e pela funcionalidade que assumem na realidade contemporânea, o que as diferencia do significado sócio-político dos movimentos sociais⁹³. Vale ressaltar que o alvo das ações nas ONGs não é ultrapassar a ordem do capital e os seus pilares de sustentação, como o fim da propriedade privada, o controle dos meios de produção pela classe trabalhadora, a luta pelo trabalho emancipado⁹⁴, o fim da exploração do capital sobre o trabalho. Petras (1999) efetua uma reflexão interessante sobre os limites das ONGs na atualidade, diante da relação de dependência que estas mantêm com seus financiadores:

As ONGs dão ênfase a projetos e não aos movimentos; ‘mobilizam’ as pessoas para que produzam à margem, e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e de riqueza; elas concentram-se na assistência técnico-financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas.[...] estão ligadas à estrutura de colaboração com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento (PETRAS, 1999, p. 48).

É imprescindível ressaltar que as ONGs exprimem um espaço de contradição, assim como toda a realidade social é contraditória e complexa, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de

⁹³ Embora os movimentos sociais também sejam perpassados por contradições, aqui a referência é aos segmentos que apresentam vínculo com os interesses da classe trabalhadora.

⁹⁴ Trabalho livre das “amarras do capital”, sem a exploração dos homens sobre outros homens, trabalho no sentido de criação e recriação da natureza, voltado para o valor de uso e não direcionado pelo valor de troca na sociedade capitalista, ou seja, trabalho concreto e emancipado, na concepção de Karl Marx (1978).

reestruturação do capital, trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social. O que se enfatiza neste trabalho, porém, não são as organizações em si, mas a função social que exercem no contexto de reestruturação capitalista. O principal no debate é desvelar as relações, os nexos e as mediações entre o universo das ONGs e a conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora, com perda de direitos sociais e trabalhistas, promovida pela necessidade do capital de manter seus padrões de acumulação e hegemonia.

É nesse contexto contraditório que, em síntese, as ONGs, desde seus primórdios no mundo e no Brasil, parecem assumir certa funcionalidade à sociabilidade do capital, adquirindo em cada momento sócio-histórico menor ou maior adesão à lógica dos interesses dominantes, não desconsiderando a contradição de promover contribuições significativas para a classe trabalhadora. No capitalismo contemporâneo, as Organizações Não-Governamentais tendem a assumir uma função social decisiva e fundamental no processo de reestruturação do capital, já que assumem um lugar estratégico no tratamento das respostas às expressões contemporâneas da questão social, bem como por não assumirem papel definido na luta pela superação da ordem vigente.

Destaca-se que tal processo, que permite funcionalidade às ONGs na conjuntura de transformações sócio-históricas incentivadas pelo capital, implica repercussões para a materialização das respostas à questão social, via políticas sociais, bem como rebatimentos para o exercício profissional dos envolvidos no trabalho com as diversas expressões sociais, dentre estes o Assistente Social. Por isso, discutir-se-á, na próxima seção, a questão social, com destaque para a sua gênese e o seu enfrentamento contemporâneo, bem como os desafios e as exigências postos para o profissional de Serviço Social.

3 QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A partir dos fundamentos da seção 2 deste trabalho, que situa a lógica do processo de reestruturação do capital e as suas estratégias para recuperação das altas taxas de lucro e manutenção da hegemonia dominante, foi possível analisar as alterações nas relações entre o Estado e a sociedade, destacando as particularidades e as contradições do terceiro setor e das ONGs no enfrentamento da questão social. Vale considerar que tal dinâmica incide, também, no universo e no cotidiano das profissões, como, por exemplo, do Serviço Social, acarretando novas e velhas exigências e demandas, bem como modificações relevantes nas relações e condições de trabalho.

A presente seção busca retomar a gênese da questão social a partir do processo de produção e reprodução social na sociedade capitalista, assim como suas atuais estratégias de enfrentamento, condicionadas pelo movimento contemporâneo do capital, com destaque para as respostas estatais precárias e para a tendência de privatização das políticas sociais.

Num segundo momento, será problematizada a profissão de Serviço Social, situando-a historicamente, no cerne das relações sociais no modo de produção capitalista, com ênfase no projeto ético-político-profissional. O acúmulo teórico da profissão permitirá indicar elementos para a análise das tendências e particularidades do Serviço Social, vislumbrando em linhas gerais, limites, avanços e possibilidades.

Na perspectiva de continuidade da exposição da investigação, no terceiro momento desta seção será discutida a inserção do(a) Assistente Social nas ONGs associadas à ABONG, no município de Natal/RN, situando, inicialmente, o universo da pesquisa e a perspectiva dos sujeitos da pesquisa sobre o trabalho nestes espaços sócio-ocupacionais para, em seguida, enfatizar os aspectos exigências institucionais, limites e desafios para o conjunto das profissionais entrevistadas.

3.1 A QUESTÃO SOCIAL: GÊNESE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

O debate sobre questão social é fértil e pertinente, na conjuntura das transformações societárias necessárias à fase contemporânea do capitalismo. Entretanto, na maioria das vezes, este debate é desarticulado dos processos sociais que originam e determinam suas expressões e

particularidades. Numa perspectiva crítica e de totalidade, tal fenômeno se encontra conectado ao momento sócio-histórico de reestruturação do capital e, sobretudo, tem sua gênese no processo de produção e reprodução social.

Iamamoto (2001, p. 11) ressalta que a “questão social é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...]”. O processo de produção das condições materiais da vida humana desenvolve, paralelamente, um complexo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que produz um conjunto de contradições e conflitos entre as classes fundamentais: burguesia e trabalhadores.

Existe uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

O fato de o trabalhador não deter os meios de produção e ser apenas proprietário da sua força de trabalho, vendida ao capitalista, inicia um intenso processo de desigualdade. Por outro lado, por causa da acumulação e manutenção da dinâmica de reprodução social, o capitalista usufrui da força de trabalho das classes subalternas e explora o trabalhador na obtenção da mais-valia para aumento das taxas de lucro. Assim, a riqueza social é acumulada nas mãos de poucos: os detentores dos meios de produção. Esta é a gênese insolúvel da questão social nesta sociabilidade.

Desta forma, a questão social expressa o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 27). Ainda sobre a questão social, Iamamoto e Carvalho (1996, p.77) explicam: “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia”, cujo primeiro passa a exigir um outro tipo de intervenção que não seja a caridade e a repressão. A existência de tal fenômeno está relacionada diretamente à forma de organização da sociedade, cuja sociabilidade dominante é a do capital. Então, falar em questão social é discutir luta de classes e apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Para Netto (2001), a expressão questão social surge como fenômeno da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra, no final do século XVIII; mas a expressão começa a ser utilizada na metade do século XIX. Cabe destacar que era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que se generalizava nesse momento sócio-histórico.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente, produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 43).

A designação pela expressão questão social relaciona-se com os desdobramentos de tal contexto, pois os segmentos das classes subalternas passam a travar lutas por direitos que configuram uma ameaça às instituições existentes e ao poder da classe dominante. A ameaça à ordem vigente desemboca no reconhecimento político e social das classes trabalhadoras pelas classes dominantes, através da intervenção do Estado.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Na verdade, o reconhecimento e o enfrentamento da questão social têm relação direta com a conjuntura política e econômica e com a correlação de forças entre capital e trabalho, ou seja, as relações de poder, os processos de acumulação e crise do capital, bem como a luta e a reivindicação da classe trabalhadora.

Por isso, ao longo da história, as manifestações da questão social passam a ser naturalizadas e observadas como um “conjunto de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada, capaz de amenizá-las e reduzi-las” (NETTO, 2001, p. 44), sem, contudo, questionar a ordem estabelecida. Netto (2005a), em outro trabalho, complementa que a intervenção estatal sobre a questão social só se realiza fragmentando-a e parcializando-a, pois:

[...] tomar a questão social como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa (NETTO, 2005a, p. 32).

O enfrentamento histórico da questão social assume um significado conservador⁹⁵, na medida em que busca programas de reformas que preservem a propriedade privada dos meios de produção e não problematize a sociabilidade vigente, pois se torna impossível resolvê-la na ordem burguesa. Assim, as seqüelas sociais são fragmentadas e constituídas como problemáticas particulares e isoladas, sendo enfrentadas também de forma recortada e pontual através das políticas sociais; ou seja, se sua natureza totalizante fosse assumida seria impossível a intervenção coerente com a concepção histórica e de totalidade. Na reflexão de Netto (2001, p. 44), “trata-se de combater as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa”. É assim que a questão social é compreendida e assumida na contemporaneidade, maneira esta que conforma as alternativas do seu enfrentamento e os seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

No núcleo do debate está a discussão sobre “nova” ou “velha/antiga” questão social⁹⁶. Um dos autores que defendem a posição da “nova questão social” é Castel⁹⁷ (1999), pois, para ele, a “sociedade salarial” estaria em crise, produzindo uma “periferia precária” e a “desestabilização dos estáveis”. As alterações no mundo do trabalho (o emprego) desestabilizariam a coesão social, via “solidariedade” fundamentada na divisão social do trabalho, acarretando o que o autor considera uma crise nos relacionamentos de mútua ajuda na rede local (vizinhança, família e outros vínculos). Castel (1999) julga que uma “nova questão social” se apresenta pautada nas mudanças históricas contemporâneas: ausência de emprego formal, emergência das inovações tecnológicas e as conseqüentes relações de trabalho; o que caracteriza, para o autor, uma questão social diferenciada da questão que emergiu no século XVIII. A “nova questão social” seria uma

⁹⁵ “É próprio da vertente conservadora pensar a dinâmica da ordem social burguesa não apenas como permeável a mudanças, mas, sobretudo, como necessitada de reformas para a sua preservação” (NETTO, 1989, p. 92).

⁹⁶ Não se pretende aqui debruçar sobre a polêmica teórico-metodológica da “nova ou velha questão social”, mas apenas esclarecer o posicionamento, neste estudo, em torno do tema.

⁹⁷ Não é intuito deste trabalho detalhar e analisar a proposta do autor, mas, sobretudo destacar sua idéia de “nova questão social” e alguns argumentos que ele utiliza.

conseqüência da revolução tecnológica (algo inevitável e irreversível) que ultrapassaria um modelo industrial para adentrar numa sociedade “pós-industrial”, ou “pós-trabalho”⁹⁸.

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Há aí uma razão para levantar uma ‘nova Questão Social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 1999, p. 526-527).

Castel (1999) explica sua tese da emergência de uma “nova questão social” a partir de três pontos fundamentais, relacionados essencialmente à precarização e à perda do emprego formal: a) a desestabilização dos estáveis; b) a instalação na precariedade (precarização do emprego e aumento do desemprego); e c) um déficit de lugares ocupáveis⁹⁹ na estrutura social (“os inúteis para o mundo”). O fundamento da discussão está na “perda da centralidade do trabalho e na degradação da condição de assalariado”.

Na verdade, o autor parte de uma gênese da questão social descolada do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, ou seja, desarticulada da história, da economia e da política no contexto das três últimas décadas do século XX. Castel (1999) compreende o trabalho a partir da concepção de emprego formal e as discussões sobre as contradições do modo de produção capitalista, bem como os debates (ainda pertinentes) sobre a luta entre capital-trabalho não são problematizados. O capitalismo não é questionado do ponto de vista da contradição, do movimento da realidade, do desvendamento e da totalidade do real e a categoria trabalho não é pensada como elemento fundante da sociabilidade humana.

Em radical divergência de posição, Montaño (2003, p.187) aponta que a essência do debate continua inalterado, já que a questão social “expressa a contradição capital-trabalho nas

⁹⁸ “Tomando como ponto de partida o pretenso desaparecimento da relação de trabalho e apoiados nas oposições binárias emprego/desemprego e tempo de trabalho/tempo livre, alguns autores (dentre eles Robert Castel) afirmam que estamos vivendo uma nova era que será chamada de ‘pós-mercado’, ‘pós-trabalho’, ‘pós-industrial’, ‘pós-capitalista’, etc.” (PASTORINI, 2004, p. 24).

⁹⁹ O autor entende por lugares “as posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público” (CASTEL, 1999, p. 529). Aqui há uma evidente eliminação/descarte daqueles que não são úteis e lucrativos para o atual movimento do capital, ou seja, nas palavras críticas de Yamamoto (2001, p. 15), os “supérfluos para o capital”.

lutas de classes e a desigual participação na distribuição de riqueza social”. Para o autor, o que há são “novas manifestações da velha questão social”¹⁰⁰.

Na mesma perspectiva, Iamamoto (2001) considera que tal categoria na atualidade é o resultado das transformações societárias promovidas pelo grande capital, já que a gênese da questão social permanece no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada dos resultados da atividade humana (o trabalho).

[...] presencia-se hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

Iamamoto (2001) ainda chama a atenção para o perigo de uma dupla armadilha que pode envolver a análise da questão social, caso suas múltiplas expressões sejam desconectadas da “gênese comum”, ou seja, descoladas da dimensão de totalidade do real: a) o risco da pulverização e fragmentação que culpabiliza unilateralmente os indivíduos por suas dificuldades, perdendo a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais; e b) a armadilha de aprisionar a análise num discurso genérico (visão unívoca e indiferenciada) que desconsidera suas expressões específicas, contribuindo para que a questão social seja esvaziada de suas particularidades, com perda do movimento e da riqueza da vida social. Por isso, é necessário refletir a articulação entre questão social e processos de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Na realidade, “o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a questão social” (NETTO, 2001, p. 45), visto que diferentes estágios capitalistas ou momentos sócio-históricos produzem suas diferentes manifestações. Portanto, suas expressões são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. Neste sentido, Netto (2001) sustenta a tese de que inexistente qualquer nova questão social, sendo primordial a investigação para além da permanência de manifestações tradicionais, buscando a emergência de novas expressões inerentes ao estágio presente do capital.

No bojo do debate, Pastorini (2004, p. 12) explica que “a exaltação do novo, em oposição ao ‘antigo’, faz perder de vista a processualidade dos fatos; o que permite não compreender as

¹⁰⁰ Montañó (2003) avança na discussão quando afirma que a idéia de “nova questão social” tem o objetivo de justificar um novo trato à questão social, através do chamado terceiro setor.

continuidades e as rupturas”, não possibilitando capturar elementos que se repetem e permanecem ao longo da história e os que mudam acompanhando o ritmo das transformações societárias.

Portanto, na perspectiva que direciona este trabalho, a questão social continua a manter a essência dos traços constitutivos da sua origem¹⁰¹, sendo que a emergência de novos elementos/novas expressões imediatas tem relação estreita com o atual momento de desenvolvimento do capitalismo que amplia a exploração da classe trabalhadora e, assim, acirra a luta de classes. Como afirma Pastorini (2004, p. 102):

[...] só seria possível afirmar que existe uma ‘nova questão social’ se a antiga questão social não existisse mais, seja porque foi superada seja porque foi resolvida. Mas para que isso se torne real é necessário mudar os fundamentos da sociedade burguesa.

De acordo com Netto (2001, p. 48), o presente contexto societário “instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração do trabalho”. O estágio atual do capitalismo materializa-se em um processo de mundialização do capital, com mudanças nas esferas da produção e da reprodução social, constituindo-se em alterações sócio-históricas significativas para as relações sociais e o cotidiano das classes trabalhadoras. Assim sendo, há uma exacerbação do processo de exploração do trabalhador, atrelada a uma ampliação da acumulação de riquezas com minorias privilegiadas, o que se revela de maneira mais contundente no agravamento das expressões imediatas da questão social, via crescente vulnerabilidade social-política-econômica-cultural da classe trabalhadora. A pobreza e a miséria¹⁰² atingem níveis crescentes, determinadas pelas estratégias de respostas do capital ao seu processo de crise estrutural¹⁰³: alterações no mundo do trabalho, esgotamento do modelo

¹⁰¹ No dizer de Netto (1989, p. 91), “o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da questão social”.

¹⁰² Cabe ressaltar que tais fenômenos são compreendidos, nesta dissertação, como produto da opressão política, econômica, ideológica e cultural exercida, na ordem do capital, pelas classes dominantes sobre as classes subalternas. Segundo Yamamoto (2001, p. 16), “a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas referida à distribuição dos meios de produção – e portanto às relações entre as classes -, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais [...]”.

¹⁰³ Segundo Netto (2006, p. 15), na 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social (Santiago/Chile, 2006), “ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista – em qualquer quadrante e em qualquer período histórico – sem o fenômeno social da pobreza como contra-parte necessária da riqueza socialmente produzida”.

fordista-keynesiano, ascensão do modelo flexível e as consideráveis mudanças na relação entre o Estado e a sociedade, principalmente no que se refere ao trato da questão social.

O relevante no debate é que as alterações sócio-históricas amplificam, em progressão geométrica, as expressões imediatas da questão social e o descaso com “os supérfluos para o capital” (IAMAMOTO, 2001, p. 15), sendo tais expressões consideradas, na aparência, como decorrência natural, irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico.

Dessa forma, pode-se concluir que, para pensar nas manifestações imediatas e mais evidentes da questão social, hoje (desemprego crescente, aumento da pobreza e da miséria, ampliação das desigualdades sociais, violência urbana, dentre outras), é imprescindível analisá-las no estágio de desenvolvimento capitalista contemporâneo, o que nos remete às particularidades e às determinações do processo de reestruturação do capital pós-1970.

O que conforma e fundamenta a qualidade e o tipo de respostas conferidas às manifestações da questão social, no entanto, é a busca pela manutenção da ordem estabelecida, o que significa afirmar que implica em intervenção que garanta a passivização da classe trabalhadora. As reflexões de Mota (2000) permitem compreender que é impossível tratar a economia distanciada da política e, por isso, a necessidade de implementar as reformas econômicas aliadas a “consensos de classes”. Neste jogo pela manutenção da hegemonia da classe dominante, o tratamento da questão social passa a ter significativa utilidade.

As reformas implicam atenuar as contradições produzidas pelo próprio modelo de ajuste, como é o caso da defesa de *projetos focalizados na pobreza*, ou das chamadas *redes de proteção social*, plasmadoras de uma nova modalidade de intervenção na questão social, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos (MOTA, 2000, p. 84, grifos da autora).

É assim que, no relatório anual de 1990, do Banco Mundial, fica explícita a preocupação com reformas estruturais que se constituem em “novos consensos” que oferecem suporte ideológico às medidas econômicas fundamentais ao capital. Segundo Mota (2000), o mesmo documento indica duas principais estratégias do Banco Mundial:

A primeira delas é a utilização produtiva do bem de que os pobres mais dispõem: o trabalho. Para tanto, é preciso que as políticas de incentivos de mercado, de instituições políticas e sociais, de infra-estrutura e de tecnologia se adaptem para o combate à pobreza. A outra se refere à necessidade de prestação

de serviços sociais básicos para os pobres e à igual necessidade de privatizar os serviços destinados aos trabalhadores de melhor renda (MOTA, 2000, p. 85).

Nesse contexto, a questão social retoma importância nos debates dos organismos multilaterais. É fundamental responder minimamente às expressões da questão social para manter a população em situação de passividade frente às reformas da ordem do capital.

O tratamento às desigualdades, no Brasil, segue a lógica do Banco Mundial e do FMI, sob o prisma do discurso do enfrentamento da pobreza como essencial para o estabelecimento de novos condicionantes à concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. É em face deste processo, via organismos internacionais, que se vão conformar as estratégias de respostas às expressões da questão social.

Segundo os autores Iamamoto (2001) e Montañó (2003), a constituição de um “novo trato da questão social” se estabelece em função do processo de reordenamento do capital¹⁰⁴, conduzido, principalmente, a partir da contra-reforma do Estado.

A contra-reforma do Estado inaugura um novo quadro de respostas às expressões da questão social: **a precarização e a privatização**¹⁰⁵; esta última a partir da re-mercantilização e da re-filantropização. Este processo é o que Montañó (2003, p. 185) caracteriza como:

[...] alteração de um padrão de resposta social à questão social (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função.

As políticas sociais (universais) inseridas na concepção de direito social são acusadas de gerarem a crise dos fundos públicos e constituírem-se em “mau-investimento”, em atividades burocráticas e sem retorno. Vale salientar que o que fundamenta tal postura é a “cultura da crise”, na qual “a burguesia internacional necessita reciclar e alargar o seu domínio, mediante a construção de uma cultura política capaz de reelaborar as bases da sua hegemonia” (MOTA, 2000, p. 96).

¹⁰⁴ De acordo com Pastorini (2004), existem diferentes versões da questão social nos diferentes estágios capitalistas, e, portanto, diferentes respostas dadas a ela no decorrer da história. Entretanto, o denominador comum entre essas versões é a “busca da estabilidade e manutenção da ordem estabelecida, da preocupação com a reprodução dos antagonismos e contradições capitalistas, e da legitimidade social” (ibid., p. 12).

¹⁰⁵ A gênese desse debate está em: Iamamoto (2001, p. 24-26), que destaca a “privatização das ações governamentais públicas”; e em Montañó (2003, p. 186-200), que afirma a “alteração da orientação das políticas sociais estatais”, com a precarização e a privatização.

Esse é o discurso colocado para legitimar a **precarização** das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado. Como uma das soluções à crise capitalista, o neoliberalismo aponta o retorno ao mercado, reduzindo a intervenção estatal em áreas e atividades voltadas para o social.

Nessa perspectiva, a estratégia dos governos neoliberais, como o do Brasil, é alterar a orientação das políticas sociais, subordinando-as aos interesses econômicos e políticos, através da: a) privatização via mercado ou sociedade, representada, esta última, pelo terceiro setor; b) focalização, com políticas dirigidas exclusivamente aos grupos com carências pontuais (os mais “pobres” entre os mais “pobres”); e c) descentralização administrativa, ou seja, desconcentração financeira e executiva, mantendo o poder decisório centralizado. Este quadro define uma estratégia precária de enfrentamento da questão social por parte do Estado, em que se busca a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, já que tais concepções não atendem aos interesses contemporâneos do capital mundializado.

Há uma tendência de naturalizar a questão social, transformando suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de combate à pobreza¹⁰⁶ ou em expressões da impossibilidade dos indivíduos de superar seus desafios, isto é, a culpabilização do trabalhador. As respostas à questão social, via políticas sociais públicas, deixam de ser objeto de uma ação sistemática do Estado com ações universais que garantam direitos sociais, sendo, nas palavras de Iamamoto (2001, p. 16), “transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda”.

As propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são propostas reducionistas, onde a Assistência passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres, através de uma ação humanitária coletiva [...] Ou seja: é uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade (YAZBEK, 1996, p. 42).

Essas orientações conduzem a um processo de precarização e quase extinção das políticas sociais estatais, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade,

¹⁰⁶ Pode-se perceber que no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e no iniciado recentemente) há uma efetivação de respostas às manifestações da questão social através de programas de transferência de renda que seguem os critérios rígidos de seletividade de acesso, sendo apenas incluídos os setores “mais pobres entre os mais pobres”, com forte apoio dos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

qualidade e variabilidade. Tal processo permite que amplos segmentos da população sejam precariamente atendidos, expandindo o quadro de pobreza e miséria, bem como aprofundando a desigualdade social¹⁰⁷, uma vez que a demanda amplia em proporções gigantescas e as respostas são cada vez mais pontuais e seletivas.

Ao mesmo tempo, como já foi assinalado, há um movimento de **privatização** das respostas às expressões da questão social que se caracteriza, por um lado, na “progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 24), como por exemplo, nos serviços de saúde e nos planos de previdência social privados¹⁰⁸ e, por outro, na re-filantropização do social.

Na lógica da mercantilização, conforme Montaño (2003), os serviços são de qualidade para quem pode pagar e, por isso, são lucrativos para o capital, ou seja, constituem-se em um novo espaço de acumulação. No projeto neoliberal é necessário transformar o social em “espaço mercantil”, com destaque para a previdência, a saúde e a educação, para o financiamento da acumulação capitalista em mais um de seus momentos de crise.

A outra via de privatização das políticas sociais, mais precisamente com a política de Assistência Social (não rentável para o capital), é a re-filantropização a partir da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social para as organizações do chamado terceiro setor.

Para Yazbek (2004), a filantropia no Brasil não é uma novidade na trajetória das políticas sociais. Contudo, nos últimos anos, esta, “além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país” (YAZBEK, 2004, p. 17). A re-filantropização, mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade.

Não por acaso isso acontece. Constitui estratégia hegemônica do capital, uma vez que tal prática contemporânea retrata a desconstrução de direitos sociais e fundamenta-se na ideologia da

¹⁰⁷ Netto (2006, p. 8) afirma que “no Brasil, em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres. [...] apenas 5.000 famílias, num país de 180 milhões de habitantes, apropriam-se de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pela sociedade no período de um ano. Tais famílias embolsam o equivalente a 3% da renda nacional total, com o seu patrimônio representando cerca de 40% do PIB brasileiro”.

¹⁰⁸ Segundo Schmidt (2004), aproximadamente 3 milhões de pessoas possuem plano de previdência complementar privada; número significativo diante do contexto de mercantilização da previdência, com forte tendência de crescimento.

solidariedade e na proposta de aliança entre as classes, sem distinção de interesses sócio-políticos. Materializa-se na expansão do terceiro setor e na lógica de um conjunto de organizações e iniciativas privadas atuando em benefício público (a “publicização”); ações políticas e ideológicas que desconsideram direitos sociais e ocultam o conflito histórico entre capital e trabalho.

Segundo Montañó (2003), a privatização das políticas sociais (re-mercantilização e re-filantropização) caracteriza um trato descoordenado, pontual e pulverizado das expressões da questão social e não uma concepção de direito e de universalidade de acesso. Entende-se que a privatização das políticas sociais é um dos caminhos de reordenamento do capital para superação da sua crise de acumulação. Isto porque em tempos de “Reforma do Estado”, há a transferência das políticas sociais para a esfera privada, privatizando o acesso e o serviço, muito distante da concepção de políticas sociais como direito social para “cobrir” parte do que é retirado como mais-valia da classe trabalhadora. Por isso, este momento sócio-histórico alarga os limites da desigualdade social, o que se expressa, tanto pela dificuldade de acesso aos serviços sociais, como pela ampliação da pobreza e da miséria¹⁰⁹.

Assim, o tratamento contemporâneo da questão social¹¹⁰, funcional à reestruturação do capital, despolutiza seu reconhecimento na realidade brasileira como expressão das relações de classe nesta sociabilidade, já que retira do Estado a responsabilidade histórica com as seqüelas sociais originárias do modo de produção capitalista. Constituem-se em “ações minimalistas para enfrentar uma questão social maximizada” (NETTO, 2006, p. 45).

O modelo é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais (YAZBEK, 2001, p. 37).

A perspectiva de sociedade civil como homogênea, sem distinção de interesses, sem conflitos de classes, bem como a noção de solução dos problemas sociais a partir do restabelecimento dos vínculos e das relações sociais (ROSAVALLON, 1997) sustentam

¹⁰⁹ Nas palavras de Yazbek (1996, p.42) na “ampliação de uma população sobrando e descartável”.

¹¹⁰ Pode-se dizer que, na atualidade, tanto os protagonistas (Estado, classes trabalhadoras, instituições privadas), bem como as demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos que redefinem as estratégias de enfrentamento da questão social no século XXI.

ideologicamente o processo de transferência de responsabilidades do Estado e do capital com a questão social para a órbita do mundo privado e das suas instituições (incluindo o terceiro setor e as ONGs).

Na verdade, a discussão contemporânea sobre sociedade civil obscurece as diferenças entre classes e contribui para o domínio da classe dirigente, pois não ameaça a sua hegemonia.

A discussão da sociedade civil, como a do Estado, precisa especificar os contornos sociais das classes e as fronteiras impostas pela classe privilegiada. A forma como o termo (sociedade civil) é utilizado, como conceito acrítico, indiferenciado, serve mais para obscurecer do que para revelar a dinâmica da sociedade atual (PETRAS, 1999, p. 31).

A questão social, na atualidade, é mascarada na sua essência e as contradições da sociabilidade do capital não são problematizadas. É no cerne desse debate e da intervenção precária e privatizada das expressões imediatas da questão social que a profissão de Serviço Social se situa.

Pode-se inferir que, tanto a questão social, quanto o Serviço Social, enquanto profissão, são impensáveis fora da órbita da sociedade capitalista. A superação da questão social exige a ultrapassagem do modo de produção e reprodução social do capital e, por isso, o seu enfrentamento, pelos mais diversos profissionais, dentre eles o(a) Assistente Social, só pode se materializar a partir de reformas e ações nos limites da ordem estabelecida, sem alterar a essência do capitalismo. É neste contexto que o Serviço Social se legitima enquanto profissão e atua na realidade contemporânea. É possível, entretanto, imprimir uma direção social ao exercício profissional mais consciente, política e eticamente, com clareza dos limites e das possibilidades determinadas pela sociabilidade do capital, sendo necessários reflexão dialética e conhecimento profundo da realidade, bem como a consciência de atuar no limiar das contradições.

Conforme Netto (2001), na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a questão social é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual. O autor aponta duas razões sólidas para esta íntima relação: a) a pressão que a chamada “dívida social” exerce sobre o exercício profissional do(a) Assistente Social; e b) a necessidade de atualização da formação acadêmica, que ancorará um projeto formativo pautado na intervenção da questão social. Em função disso, o ponto de partida deste estudo (debate já acumulado na profissão) é que o Serviço Social define a questão social como elemento central na relação entre a profissão e a realidade

sócio-histórica nos marcos do capitalismo. O trabalho com a questão social, fenômeno inerente à sociabilidade do capital, é um desafio para os(as) Assistentes Sociais, principalmente pelas conformações das suas expressões na contemporaneidade.

Aquilo que não mudou, todavia, e responde pela permanência da pobreza e da desigualdade, é a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada na acumulação – por isto mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua lei geral, continuam operantes; por isto mesmo, nós, assistentes sociais – e não apenas nós – confrontamo-nos com os desafios de uma questão social que se apresenta hoje mais ampla e diversificada que em qualquer tempo anterior (NETTO, 2006, p. 36).

As “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” (1996), nos seus pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, ressaltam a centralidade do debate sobre a questão social no conjunto das profundas transformações do processo de produção e reprodução da vida social e sua relação inerente à profissão de Serviço Social.

- 1) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista;
- 2) A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho;
- 3) O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, resultando em novas requisições e repercussões no mercado profissional de trabalho;
- 4) O processo de trabalho do Serviço Social¹¹¹ é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

Diante do exposto, é indispensável contextualizar e problematizar o Serviço Social na contemporaneidade a partir das repercussões que as transformações sócio-históricas operam,

¹¹¹ Cabe salientar que o debate interno/coletivo na profissão já avançou para o reconhecimento de que não existe um processo de trabalho do Serviço Social; ele se insere em diferentes processos de trabalho; isso já foi revisto pela ABEPSS e os seus interlocutores no debate sobre trabalho e Serviço Social. Retomou-se aqui este item do documento das “Diretrizes Curriculares” pela relevância que o mesmo aponta na articulação do exercício profissional com as configurações e as formas históricas de enfrentamento da questão social na sociabilidade capitalista.

efetivamente, no fazer profissional e, particularmente, no espaço institucional das ONGs. É o que será discutido na continuidade deste trabalho.

3.2 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE

Compreender o Serviço Social na contemporaneidade exige um esforço em captar o significado social desta profissão na sociedade capitalista, como elemento partícipe do processo de reprodução das relações sociais¹¹², produto histórico que se insere no cerne das desigualdades engendradas pelas contradições das classes burguesa e trabalhadora.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1996), o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, pois responde a determinadas necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais, no ato de produzir e reproduzir socialmente os meios de vida e de trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 77).

O Serviço Social emerge como profissão a partir do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana, vinculada à fase monopolista do capitalismo¹¹³, contexto histórico que amplia o processo de acumulação privada de riquezas em detrimento da produção coletiva, o que acirra a desigualdade social e os conflitos dela decorrentes entre a burguesia e o proletariado. Institucionaliza-se a profissão como elemento imprescindível, já que o Estado¹¹⁴, diante das lutas

¹¹² “Embora a profissão não se dedique, de maneira preferencial, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos da produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 86).

¹¹³ Início do século XX firma-se a fase monopolista do capitalismo que “[...] conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada [...]” (NETTO, 2005a, p. 24).

¹¹⁴ O Estado não assume por coincidência ou porque é uma instituição neutra, acima dos interesses de classes. Na realidade, o Estado vê-se pressionado pelas lutas dos trabalhadores pelo reconhecimento de direitos sociais e devido à necessidade do capital de garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos para aquele estágio de expansão capitalista (capitalismo monopolista - pós-segunda guerra mundial). Netto (2005a, p. 26) faz uma reflexão de que “no capitalismo monopolista a preservação e o controle contínuos da forma de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem [...]”.

da classe trabalhadora, desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar a questão social via implementação de políticas sociais.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2005a, p. 30).

O Estado, nesta conjuntura, passa a atuar sistematicamente sobre as manifestações da exploração do trabalho, expressas nas necessidades sociais dos(as) trabalhadores(as), sendo o(a) Assistente Social considerado(a) o(a) profissional habilitado(a) para a intervenção social. Então, o reconhecimento como profissão se efetivou a partir do entendimento de que a questão social é determinada pelas relações sociais capitalistas, passando o Estado a intervir diretamente nos desdobramentos do antagonismo entre a classe trabalhadora e a burguesia, via políticas sociais, “à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade” (IAMAMOTO, 1996, p. 79).

Contraditoriamente, do ponto de vista teórico, a profissão emerge em sintonia com uma vertente conservadora que se fundamenta na perspectiva positivista¹¹⁵, determinando um modo de pensar e agir que não se pauta na historicidade, na contradição e na totalidade da realidade social, bem como despolitiza a questão social, gerando, na análise de Guerra (1995), um paradigma de racionalidade (formal-abstrata) que se adequa aos interesses da sociedade capitalista, legitimando a hegemonia do capital.

No período compreendido entre as décadas 60 e 70 do século XX, entretanto, a profissão passa por um processo de renovação no Brasil e na América Latina, conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social, em que as bases do tradicionalismo e do conservadorismo são questionadas. Conforme reflexões de Netto (2005b) no texto comemorativo dos 40 anos da Reconceituação, esse movimento assinala uma forte crítica ao chamado Serviço Social Tradicional:

[...] a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que de um ponto de vista claramente funcionalista,

¹¹⁵ Principalmente a partir do pensamento positivista de Durkheim (1858-1917), que fundamenta uma visão conservadora da sociedade, funcional aos interesses do capital.

visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005b, p. 6).

Tal movimento insere-se num contexto mais amplo de contestação à ordem burguesa. Para Netto (2005b, p. 7), “o que saltava à luz do dia era uma crise de fundo da ordem capitalista”, estando na raiz desta crise o esgotamento do seu modelo de produção e acumulação. Soma-se ao contexto histórico as expectativas de mudança desencadeadas com a Revolução Cubana, que alimentou a possibilidade histórica de construção de uma nova ordem societária (RAICHELIS, 2005).

Estão postas as condições sócio-históricas para a redefinição da profissão no Brasil, na qual a Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social Tradicional. Esse cenário mundial atravessou a profissão por meio de uma gama de mediações, com destaque para: a) “a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais”, gerando uma deslegitimação da fundamentação teórica do Serviço Social até o momento (a sociologia e a psicologia acadêmica); b) “o deslocamento sociopolítico de instituições, cujas vinculações com o Serviço Social são notórias” (as Igrejas, em especial a Católica); e c) “o movimento estudantil, cujo protagonismo foi decisivo na crítica ao tradicionalismo” (NETTO, 2005b, p. 8).

A partir da década de 1980, com a decadência do período de ditadura militar, as ressonâncias do Movimento de Reconceituação se fazem sentir no Serviço Social brasileiro. Vários acontecimentos marcaram este processo/momento histórico da profissão, como por exemplo, em 1979, o conhecido “Congresso da Virada” ou III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais¹¹⁶, realizado em São Paulo, no qual o Serviço Social discute, de forma mais contundente, sua função social frente ao contexto de retomada dos movimentos sociais e de luta geral da sociedade contra a ditadura. Outro acontecimento importante para a categoria foi a criação e a expansão da pós-graduação, com a implantação dos cursos de mestrado e doutorado, no início da década de 1970, com a PUC de São Paulo como pioneira neste processo.

¹¹⁶ Evento histórico de grande repercussão na categoria profissional, o que constituiu um marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais no Brasil (RAICHELIS, 2005).

Netto (2005b) afirma ainda que o Movimento de Reconceituação¹¹⁷ e os seus desdobramentos abriram novas possibilidades para os(as) Assistentes Sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo, investindo em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. É o desenvolvimento de uma perspectiva crítica no Serviço Social que lança uma nova forma de agir e pensar sobre a profissão, o seu exercício profissional e a sua matéria prima de intervenção, a questão social, articulando e fundamentando o cotidiano às variadas dimensões da realidade social. Na verdade, o Movimento de Reconceituação constitui-se na base da construção coletiva de um Serviço Social mais crítico e antenado com a totalidade social, bem como uma nova legitimidade social da profissão junto às classes subalternas, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tendo como auge a elaboração e a implementação do projeto ético-político profissional.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social, resultado de uma construção histórica e social, imprime sintonia com uma direção social pautada na recusa e crítica do conservadorismo e na aproximação com os interesses da classe trabalhadora, o que caracteriza o projeto como mais avançado e coerente com um entendimento progressista de profissão. Tal projeto é o resultado do acúmulo de reflexões desde o momento da Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, nas décadas de 60 e 70 do século XX, das lutas sociais pela redemocratização entre 1980 e 1990 e da “incorporação na profissão de matrizes teóricas e metodológicas (exemplo: vertentes críticas inspiradas na tradição marxista) compatíveis com a ruptura do conservadorismo político [...]” (NETTO, 1999, p. 102).

A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorre entre os anos 60 e 70 do século XX, no contexto do Movimento de Reconceituação, embora tenha sido de forma “enviesada” e em alguns setores da profissão, como aponta José Paulo Netto (1989, p. 97):

[...] aproximação muito peculiar de setores do Serviço Social à tradição marxista, singularizou-se por três traços interligados: 1) uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas; 2) decorrentemente, a

¹¹⁷ Netto (2005b), ao realizar um sumário balanço do movimento aponta quatro conquistas: a) a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; b) a explicitação da dimensão política da ação profissional; c) a interlocução crítica com as ciências sociais; e d) a inauguração do pluralismo profissional (diversificadas matrizes teórico-metodológicas). O autor enfatiza, porém, como conquista principal da Reconceituação, “a recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo”, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do(a) Assistente Social; propiciou “as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os ‘teóricos’) e Assistentes Sociais (os profissionais ‘da prática’)” (ibid., p. 12).

referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítico do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias (as indicações são de que a maioria esmagadora se aproximou de Marx pela via da prática política, exercitada ainda no âmbito do movimento estudantil); e 3) a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidade e níveis discutíveis.

O mesmo autor, contudo, afirma que os avanços e equívocos derivados dessa “aproximação enviesada”, desenharam nos anos seguintes (1980 em diante) uma base mais sólida para recolocar a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista¹¹⁸. É o que fundamenta o debate mais crítico na profissão nos anos de 1980, culminando com o projeto ético político do Serviço Social na década de 1990.

Assim, o projeto ético-político profissional do Serviço Social, (BRAZ, 2004; NETTO, 1999) constitui um conjunto de valores e concepções ético-políticas, que delimita e prioriza objetivos e funções, bem como baliza e direciona o exercício profissional, suas relações e a formação acadêmica, sendo este projeto reconhecido no coletivo da profissão. O referido projeto permeia e concretiza-se, do ponto de vista legal, no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº 8.662/1993), nas atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996) e em vários documentos e legislações não específicas, nas quais a profissão teve participação ativa no processo de elaboração para a garantia de direitos, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dentre outros. Este conjunto contribui e compõe um “alicerce” sólido e progressista para o Serviço Social, resultado da luta da categoria profissional aliada à luta mais ampla da classe trabalhadora.

Não significa dizer, entretanto, que este projeto é exclusivo, pois convive com o pluralismo de idéias e posturas teórico-metodológicas e ético-políticas no conjunto profissional, abrindo espaço para o debate e o confronto de idéias. É relevante salientar que o projeto está em processo, afirmando e reafirmando princípios e valores no seu cotidiano, vivenciando uma luta de idéias e posturas em que o(a) Assistente Social pode fortalecer, ou não, este projeto, “de acordo

¹¹⁸ Acredita-se, a partir do professor Netto (1989), que a tradição marxista pode oferecer elementos cruciais para: a) compreender o significado social da profissão (como no livro “Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico metodológica” – Yamamoto e Carvalho, 1982; marco histórico-teórico-político na profissão); b) iluminar a intervenção socioprofissional; e c) dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais.

com suas ações e sua apreensão ídeo-política¹¹⁹ e teórico-metodológica” (ASSIS, 2004, p. 81). Por outro lado, é imprescindível articular este projeto com as condições reais do exercício profissional, verificando limites e possibilidades, numa perspectiva de recusa ao conservadorismo e defesa intransigente de direitos. Assis (2004, p. 85) ressalta que “o grande desafio posto é tornar o projeto ético-político hegemônico para a categoria profissional, e fazer chegar as discussões para todos(as) os(as) Assistentes Sociais”.

Vale afirmar que esse projeto, que trata das particularidades da profissão de Serviço Social, está imbricado a interesses mais gerais da sociedade, por meio da sua articulação e compromisso com um projeto mais amplo, um projeto societário¹²⁰. É possível afirmar que o projeto ético-político profissional, na contemporaneidade, vincula-se a um projeto de sociedade transformador, já que suas acepções e valores o vinculam a projeções sócio-históricas de ruptura com a ordem societária vigente; o mesmo caracteriza uma mudança na direção social estratégica da profissão, cujo Código de Ética de 1993¹²¹ consolida através dos seus princípios fundamentais:

A liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; a eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade; a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; a articulação com outras categorias profissionais e a luta pela construção de uma nova ordem societária (CFESS, 2003, p. 9-11).

No cenário atual o projeto ético-político do Serviço Social encontra-se em confronto com o projeto neoliberal, já que as transformações sócio-históricas conduzidas pelo último geram obstáculos às políticas sociais e aos direitos. O projeto torna-se ameaçado por estar na contramão da conjuntura de reestruturação do capital, pois ratifica as conquistas sociais, por exemplo, as

¹¹⁹ “A ineliminável dimensão ídeo-política da profissão reside precisamente na articulação do seu significado social objetivo com os projetos sociais (postos pela vontade política dos sujeitos) que nele incidem” (NETTO, 1996, p. 116).

¹²⁰ Segundo Netto (1999), os projetos societários são projetos coletivos que se constituem em propostas para o conjunto da sociedade. O autor destaca, ainda, que os projetos societários são simultaneamente projetos de classe, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais atendem.

¹²¹ Netto (2006, p. 6) realiza uma reflexão essencial sobre o Código de Ética e diz que este: “[...] deixa explícito uma concepção de Serviço Social compromissado com a igualdade social – entendida não como a equalização homogeneizadora dos indivíduos, mas como a única condição capaz de propiciar a todos e a cada um dos indivíduos sociais os supostos para o seu livre desenvolvimento”. Ou seja, um desenvolvimento que permita o florescimento das diferenças e das peculiaridades da individualidade social, “porque a igualdade opõe-se à desigualdade, nunca à diferença; de fato, à diferença a que se opõe é a indiferença” (ibid., p. 6).

políticas sociais públicas de caráter universal com primazia do Estado, resultado da luta coletiva da classe trabalhadora (no qual se inclui o/a Assistente Social) nas décadas de 1980 e 1990. Nas reflexões de Netto (2004a), o Serviço Social é posto à prova na contemporaneidade brasileira, já que a conjuntura sócio-política atual do governo Luís Inácio Lula da Silva não se configura favorável à implementação do projeto ético-político da categoria: “[...] com a expressa e resoluta decisão de manter e aprofundar a macroorientação econômica da era FHC, o PT abdicou de exercer um governo orientado para mudar o Brasil numa direção democrático-popular [...]” (NETTO, 2004a, p. 13).

Avanços teóricos, políticos, éticos e profissionais foram muitos na profissão, ao longo do processo sócio-histórico brasileiro e, por isso, confirma-se neste estudo que o Serviço Social apresenta sua gênese nas contradições das relações capitalistas de produção e reprodução social, visto que a utilidade social desta profissão está no seu imbricamento com a questão social, via desigualdade e luta de classes.

A partir do acúmulo da produção teórico-crítica das últimas três décadas, pode-se inferir que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que responde a determinadas demandas sociais e encontra seu reconhecimento e legitimidade vinculados a sua utilidade social, sob a égide da sociabilidade do capital. Os(as) Assistentes Sociais inserem-se no mercado de trabalho como trabalhadores(as) assalariados(as), que vendem sua força de trabalho às instituições. Nicolau (2005) afirma que o(a) Assistente Social, enquanto força de trabalho, tem sua relação com o mercado mediada por um contrato de compra e venda, como qualquer mercadoria¹²², apresentando, assim, um valor de uso e um valor de troca¹²³.

A sua força de trabalho passa a ter um valor de uso no processo de trabalho das instituições contratantes, sendo, portanto consumida em função do atendimento

¹²² A sociabilidade do capital transforma tudo em mercadoria, ou seja, em coisas, inclusive os seres humanos. Marx (1975, p. 81) afirma que “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos”.

¹²³ Segundo Marx (1975, p. 42-43), “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, revelando-se assim no valor natural das coisas “que consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana”. O autor afirma, ainda, que “os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca”. Isto porque o valor de troca caracteriza o valor de uma determinada mercadoria: “[...] revela-se na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (ibid., p. 43)

a uma determinada necessidade humana, cujo efeito é ser útil como trabalho ou atividade, em sua forma de consumo privado (NICOLAU, 2005, p. 163).

Na verdade, o(a) profissional de Serviço Social “vende um conjunto de instrumentos técnicos operativos, conhecimentos e habilidades, histórica e socialmente construídos e reconhecidos como parte da sua força de trabalho [...]” (NICOLAU, 2005, p. 162), visto que o jogo de forças das classes sociais objetivam possibilidades e limites à profissão.

A relação profissional do(a) Assistente Social com a questão social se estabelece nos espaços sócio-ocupacionais. Neste sentido, Iamamoto (2001) salienta que o perfil predominante da profissão ainda é o estatal, mas não é exclusivo. Pode-se afirmar que, na atualidade, várias áreas, além do Estado se configuram como espaço de trabalho para o Serviço Social: empresas, institutos, fundações, ONGs, instituições filantrópicas, entre outras. Destacam-se particularmente as ONGs que assumem responsabilidade direta com a questão social, constituindo-se como espaço sócio-ocupacional de intervenção para o Assistente Social, dentre outros profissionais. É importante lembrar que:

Os espaços ocupacionais correspondem às instâncias socioinstitucionais por meio das quais a prática do Assistente Social se objetiva como parte das respostas a determinadas requisições colocadas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social (ABREU, 2002, p. 31).

As problemáticas de atuação são variadas nesses espaços, tais como educação, meio ambiente, gênero, raça, etnia, orientação sexual, saúde, habitação, entre outras, como resultado do agravamento das expressões da questão social em tempos de reestruturação do capital, sendo, portanto, necessário fazer a leitura crítica da realidade para ocupar qualificadamente os espaços profissionais e responder as crescentes demandas.

Para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade, não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas ao contrário, para iluminá-las com mais nitidez (IAMAMOTO, 1998, p. 20).

Assim, nos planos político, teórico e prático, a questão social é a base de justificação desse tipo de profissional especializado e, por isso, as diretrizes curriculares de 1996 estabelecem que: “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 5).

Embora o(a) Assistente Social não seja o(a) único(a) profissional cuja atuação se efetiva no âmbito da questão social, pode-se afirmar que, certamente, é o(a) mais próximo(a) das suas expressões imediatas, pois, conforme reflexões de Tavares (2006, p. 1), “uma das particularidades do Serviço Social é que a composição dos seus usuários é constituída tão somente de assalariados, na sua maioria, os mais precarizados”.

De certa maneira, o Serviço Social se constitui como uma das estratégias do capital de garantia da sua hegemonia política, econômica, cultural e ideológica, na busca do controle e da adesão da classe trabalhadora via políticas sociais¹²⁴, ainda que tais políticas atendam a algumas necessidades dos trabalhadores. O(a) Assistente Social concretiza seu exercício profissional na tensão entre as requisições do capital (seu contratante) e as necessidades da classe trabalhadora. Tavares (2006) enfatiza que a atuação profissional está permanentemente subordinada às determinações do capital, seja pela condição de assalariado(a) do(a) Assistente Social, seja por sua intervenção no planejamento e na execução de políticas sociais que não buscam enfrentar a questão social no sentido da sua eliminação radical (isto seria impossível dentro dos limites do capitalismo), ainda que esta intervenção seja estritamente necessária à classe trabalhadora. Assim, a compreensão do significado social da intervenção do(a) Assistente Social é condição primordial para o seu exercício profissional e, segundo Netto (2006, p. 54, grifos do autor), “este significado só é inteligível se se elucidarem as condições em que as relações sociais se processam (vale dizer: se produzem e se reproduzem) na sociedade contemporânea”.

É por tudo isso que se acredita na contradição latente que perpassa o exercício profissional do(a) Assistente Social que, ora atende interesses do capital, ora responde a algumas necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora por meio do enfrentamento da questão social via políticas sociais, ainda que no momento atual o capital detenha o domínio. A atuação

¹²⁴ Isto ocorre desde seus primórdios como profissão, no pós-segunda guerra mundial/“os anos gloriosos do capitalismo” (fase considerada de grande expansão do capital nos países centrais, com o modelo fordista/taylorista de produção à frente deste estágio de dominação burguesa) até os dias atuais de acumulação flexível, apenas diferenciando-se nas formas de atuação, conforme os limites e as possibilidades de cada momento histórico. Salienta-se, ainda, que a adesão ao projeto ético-político profissional do Serviço Social contribui para a clareza teórica e possibilita efetuar mediações que contribuam com estratégias coerentes com o projeto das classes subalternas.

profissional se realiza no âmbito da luta de classes, embate este que, em última instância, conforma as respostas às manifestações imediatas da questão social em determinada conjuntura sócio-histórica, como expressão das possibilidades de resistência dos trabalhadores às estratégias da burguesia para a manutenção da sua hegemonia.

O capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos (NETTO, 2005a, p. 29).

Diante do jogo de forças, “com protagonistas e demandas atravessados por contradições, confrontos e conflitos” (NETTO, 2005a, p. 33), é necessário reconhecer que no fazer profissional do(a) Assistente Social, de acordo com Mota (2003, p. 11), estão presentes diversas dimensões: “a política, a ética, a técnico-operativa, perpassadas pela natureza teórica, que fundamentam as ações, e a natureza ídeo-política, que expõe a visão de mundo dos sujeitos profissionais”.

Nessa perspectiva, Mota (2003) indica na contemporaneidade duas tendências no exercício profissional que têm relação estreita com direções opostas: a “naturalização da ordem vigente”, com ações voltadas para o clientelismo e o assistencialismo¹²⁵, pautada numa direção social conservadora ou o “trato crítico e qualificado das ‘exigências da modernidade’”, esta última pautada numa direção social progressista, a partir de um conjunto de princípios éticos e políticos presentes no ideário da construção de outra sociabilidade que ultrapasse a sociedade capitalista, em sintonia com o projeto ético-político profissional.

A conjuntura de transformações sócio-históricas, conduzidas pelo projeto neoliberal no processo de produção e reprodução social, incluindo as alterações no âmbito do trabalho e na relação Estado e sociedade, via contra-reforma do Estado, acarreta uma série de modificações que repercutem de maneira decisiva no cotidiano dos sujeitos e nas relações sociais, bem como nas práticas profissionais como as do(a) Assistente Social. Mota e Amaral (1998, p. 24, grifos das autoras) afirmam:

¹²⁵ Práticas sociais conservadoras que obscurecem a noção de direito social e as contradições da sociedade capitalista. Muito frequentes num determinado momento sócio-histórico da profissão (meados da década de 60 do século XX – anterior ao movimento de reconceituação). Não significa, contudo, que tais práticas tenham sido extintas completamente na atualidade, ou seja, ainda convivem com ações progressistas no Serviço Social, dependendo do projeto profissional de cada Assistente Social, dos valores institucionais, bem como de um conjunto de outras tantas mediações.

A atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos *nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho*, onde se inclui a experiência profissional do Assistente Social.

O contexto sócio-histórico indica um momento desfavorável para as políticas sociais públicas¹²⁶, cujas “alterações nas orientações e funcionalidade das últimas corroem a base de sustentação funcional-ocupacional da profissão do Assistente Social”¹²⁷ (MONTAÑO, 1997, p. 116), acarretando desafios para o Serviço Social. Esse cenário indica consideráveis repercussões para as demandas, as condições e relações de trabalho, bem como para o tipo de respostas profissionais do(a) Assistente Social na contemporaneidade.

[...] as mudanças nas funções e responsabilidades sociais do Estado, por via de alterações nas políticas sociais, rebatem direta e radicalmente na coluna vertebral da profissão e no tipo e quantidade da demanda dirigida ao profissional, nas condições de trabalho do Assistente Social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (MONTAÑO, 2003, p. 246).

Como explicam Mota e Amaral (1998, p. 39), “ao redefinir socialmente o modo de produzir mercadorias, o capital também determina um conjunto de situações que dizem respeito às manifestações contemporâneas da questão social no Brasil”. Por isso, o trato ou o enfrentamento da questão social na contemporaneidade adquire novos contornos e dimensões com rebatimentos para a profissão de Serviço Social, tensionando as dimensões da prática profissional e imprimindo particularidades a sua direção social.

Dessa maneira, é fundamental elucidar que para o Serviço Social esse processo de reestruturação do capital desenvolve-se em dois planos:

[...] um, *mais visível e imediato*, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho do profissional; o outro, *mais amplo e complexo*, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser

¹²⁶ “[...] os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes” (NETTO, 1999, p. 94).

¹²⁷ Para Montañó (1997), as políticas sociais compõem a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, no qual radica sua funcionalidade e legitimidade enquanto profissão.

mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas (MOTA; AMARAL, 1998, p.25, grifo nosso).

Então, pode-se assegurar que o processo de reestruturação do capital determina o exercício profissional do(a) Assistente Social na atualidade, particularmente em três aspectos, cujos rebatimentos se articulam e se encontram associados às alterações na relação Estado e sociedade, a saber:

- a) As estratégias de enfrentamento ou o “novo” trato às expressões da questão social, com a precarização e a privatização dos serviços e políticas sociais, acarretam sérios desdobramentos técnicos e políticos para o(a) Assistente Social, não só como profissional, uma vez que este é seu objeto de ação, mas também como trabalhador(a) assalariado(a) que vivencia alterações nas condições reais de trabalho;
- b) O surgimento e a expansão do chamado “terceiro setor” com suas contradições, compreendido na lógica dominante como “sociedade civil organizada”, o qual assume funções em relação às políticas sociais que cabiam anteriormente ao Estado, conformando-se, assim, como mercado de trabalho para o(a) Assistente Social, com ênfase nas ONGs;
- c) Como desdobramento dos aspectos anteriores, o quadro de exigências e de demandas vivenciam consideráveis alterações, articuladas às respostas profissionais e às relações e às condições de trabalho contemporâneas do(a) Assistente Social.

Como foi discutido no item anterior desta seção, o cenário da redução de investimentos em áreas sociais, através da contra-reforma do Estado, efetiva a precarização/degradação paulatina dos serviços sociais, focalização e seletividade no acesso a esses serviços, bem como incentiva o processo de privatização das políticas sociais (com ênfase na saúde, na educação e na previdência), restringindo ainda mais o referido acesso e contribuindo para o crescimento do abismo das desigualdades sociais, da pobreza e, conseqüentemente, da miséria. Esses traços da atualidade exemplificam o movimento ao avesso do projeto ético-político profissional predominante no conjunto do Serviço Social: “para os neoliberais, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de atraso, é marchar na contramão da história” (NETTO, 1999, p. 107), visto que o “moderno” e viável é ser flexível, não sobrecarregar um “Estado ineficaz” e

repassar responsabilidades sociais para a sociedade civil. O discurso sustenta a prática conservadora e contribui para o processo de adesão e consenso da classe trabalhadora, garantindo a manutenção da hegemonia do capital e, de certa maneira, corroendo as bases de um projeto societário para além do capitalismo.

No centro dessa realidade, pode-se concluir que o(a) Assistente Social, como força de trabalho e sujeito/profissional ético-político, vivencia duplamente as conseqüências do acirramento da política neoliberal no seu cotidiano profissional: primeiro nas tendências de precarização e flexibilização das condições de trabalho¹²⁸; e, em segundo lugar, no adensamento de demandas e exigências e nas sensíveis dificuldades de intervenção, com os cortes de recursos, a precarização dos serviços sociais públicos, a privatização de políticas sociais, na desconstrução da noção de direito social e na versão atualizada da filantropização, conseqüentemente, do assistencialismo e do clientelismo (práticas que co-existiram e ainda co-existem).

A degradação/mercantilização/privatização dos serviços sociais públicos, com redução de direitos sociais e transferência dos mesmos para o chamado “terceiro setor” e as ONGs limita o exercício profissional, particularmente no que se refere à defesa da primazia de responsabilidade do Estado com as manifestações da questão social e à universalização dos direitos sociais, ou seja, obscurece a tensão entre as classes sociais e a possibilidade do(a) Assistente Social fazer a crítica às exigências do capital, compreendendo e articulando as diversas mediações da totalidade social. Iamamoto (2001, p. 26) chama a atenção, no debate sobre a privatização dos serviços e políticas sociais, que há um rebatimento direto no trabalho do Assistente Social, na medida em que as organizações privadas “não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais [...] segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores”. A autora em questão adiciona:

[...] ainda que o trabalho concreto do Assistente Social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento – o sentido e os resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e a do direito público, alterando-se, pois, o

¹²⁸ Iamamoto (2002) define algumas dificuldades quanto às condições de trabalho do(a) Assistente Social na contemporaneidade, como por exemplo, a baixa remuneração, o aumento e a diversificação de atividades, a redução de pessoal, a carga horária excessiva, a ausência de reconhecimento profissional, a terceirização e a perda de direitos trabalhistas.

significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência (IAMAMOTO, 2001, p. 26).

É fundamental considerar que as respostas contemporâneas às expressões da questão social atingem diretamente o usuário dos serviços sociais, no âmbito do acesso, da garantia da qualidade e variabilidade, na perspectiva do direito social, sendo fundamental a compreensão deste aspecto pelo(a) Assistente Social. Por isso, constitui-se em uma das necessidades do profissional perceber nas demandas imediatas dos usuários as dimensões universais e particulares que estas demandas contêm. Ou seja, é importante articular a intervenção nas expressões da questão social aos determinantes da conjuntura sócio-histórica o que “[...] possibilita apreender e revelar novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário” (IAMAMOTO, 2002, p. 31).

Sendo ainda relevante, na atualidade da profissão de Serviço Social, salientar que a redução do Estado conduz a restrições de investimentos públicos não só nos espaços de intervenção, mas também na capacitação e na formação profissionais das universidades, afetando “a base teórica-acadêmica” (BRAZ, 2004), especialmente nos recursos para pesquisas, nas dificuldades de condições de trabalho dos docentes, na privatização das escolas de ensino superior e em expressões da atual reforma universitária, como por exemplo a emergência de cursos privados de graduação à distância. Isto interfere, sobretudo, nas bases do projeto profissional e na direção social sintonizada com a possibilidade de superação da ordem estabelecida.

Nesse itinerário perverso promovido pelas transformações do capital e executado pelo projeto neoliberal está também a desarticulação política da classe trabalhadora. As alterações no mundo do trabalho atingem a objetividade e a subjetividade dos(as) trabalhadores(as), dentre estes os(as) profissionais de Serviço Social; dificultando-lhes as possibilidades de fazerem a crítica, articularem o cotidiano com a totalidade social e se organizarem coletiva e politicamente¹²⁹, gerando um distanciamento de um horizonte revolucionário. Caracteriza-se na atualidade um trabalhador mais frágil e subordinado aos ditames do capital.

¹²⁹ O “salve-se quem puder” (Braz, 2004), contribui para a desmobilização dos profissionais nos espaços de organização política; no caso do(a) Assistente Social, isto ocorre principalmente nos Conselhos Regionais da categoria e nos demais espaços, como participação em sindicatos e conselhos de direitos, conforme dados da pesquisa realizada nesta dissertação (subseção 4.1. – perfil das Assistentes Sociais entrevistadas).

Desta forma, Mota e Amaral (1998) ratificam que os desafios são postos à profissão a partir das novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho, as quais, mediadas pelo mercado de trabalho profissional, passam a exigir a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas, assumindo o estatuto de demandas ao Serviço Social.

Cabe ressaltar que as demandas na sociedade capitalista são necessariamente diferentes das necessidades sociais. Na realidade, as necessidades extrapolam os limites das demandas: nas demandas perpassam os interesses de classe, principalmente dos sujeitos que atendem às mesmas. Por isso, compreende-se que “as demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 25).

Como o processo das transformações sócio-históricas afeta o Serviço Social para além da fábrica, exigem-se nos mais variados espaços institucionais “novas” funções, competências e qualificações, sintonizadas com as metamorfoses do mundo do trabalho e a maior exploração da classe trabalhadora: atuação na formulação e avaliação de políticas, planejamento e gestão, trabalho com assessoria e consultoria, coordenação e representação, filantropia empresarial, trabalho com equipes interprofissionais e atividades voluntárias. Requisitam-se ainda “novas habilidades técnicas” (IAMAMOTO, 2002, p. 40), tais como: facilidade de comunicação, capacidade de lidar com mudanças, capacidade de adaptação, criatividade, dinamismo e iniciativa.

Nesse cenário, determina-se ainda um conjunto de dificuldades relacionadas às condições de trabalho¹³⁰, as quais, para fins deste estudo, destacam-se: o aumento e a diversificação de atividades; a polivalência; a redução de pessoal; a terceirização; a carga horária excessiva; a ausência de participação política coletiva, principalmente em função da rotina desgastante de trabalho; a instabilidade permanente do contrato de trabalho; e a conseqüente perda de direitos trabalhistas.

O conjunto de elementos condicionados pelas transformações societárias possibilita, ao mesmo tempo em que limita, a objetivação do trabalho do(a) Assistente Social. Isto porque a profissão é resultado de uma construção sócio-histórica e se insere na órbita das relações sociais

¹³⁰ Neste estudo, consideram-se como elementos indicativos das condições de trabalho: questão salarial, forma de contrato, carga horária, acesso a direitos trabalhistas, rotina de trabalho.

na sociedade capitalista. O desafio maior é articular o cotidiano voraz do exercício profissional à totalidade da vida social, bem como compreender o conjunto de mediações, os fundamentos da profissão e da sociedade em que esta se insere. Pode-se dizer, entretanto, que os limites da sociabilidade do capital não invalidam a ação profissional.

O limite parece claro: nenhuma ação profissional (não só dos Assistentes Sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade na ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar e esta variação é absolutamente significativa – e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o messianismo, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e o fatalismo, que condena ao burocratismo formalista (NETTO, 2006, p. 56).

Considerando estas reflexões de Netto (2006), a seguir serão analisadas algumas dimensões relacionadas à inserção do(a) Assistente Social no âmbito das ONGs associadas à ABONG no município de Natal, com ênfase no universo da pesquisa, na concepção das entrevistadas sobre o trabalho nestas organizações e destaque para as exigências, os limites e os desafios contemporâneos para a profissão, num momento de prevalência do projeto societário do capital.

3.3 A INSERÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ONGS

Para analisar a inserção do(a) profissional de Serviço Social nas ONGs considera-se importante situar o universo da pesquisa, ou seja, as Organizações Não-governamentais estudadas neste trabalho, destacando os aspectos: área de atuação e missão, financiamentos de projetos/“parcerias” e referências sobre a ABONG. Em seguida, a partir da perspectiva das entrevistadas, será evidenciado o trabalho profissional nas ONGs. Elucidadas estas informações sobre o “mundo das ONGs estudadas” serão ressaltadas as exigências, os limites e os desafios profissionais para o(a) Assistente Social.

3.3.1 As ONGs estudadas: o universo da pesquisa

O universo da pesquisa é composto pelas quatro ONGs associadas à ABONG no município de Natal/RN. Estas organizações têm atuação bastante relevante, não só em nível local, mas também em nível estadual.

Em relação à área de atuação (ver quadro 1), identificou-se uma particularidade em três ONGs estudadas: o viés direto ou indireto em questões voltadas para demandas do campo, com foco na organização de grupos comunitários (assessoria¹³¹) e ênfase nos aspectos gênero e juventude, sendo que uma destas organizações tem origens e vínculos religiosos. O motivo para a constatação de que a maioria das instituições pesquisadas tem vínculos com o “campo” encontra-se mesmo na história de luta local dos trabalhadores rurais, gerando demandas reconhecidas pelo Estado, principalmente com os assentamentos rurais no interior do Rio Grande do Norte¹³².

Apenas uma organização atua em área distinta da questão agrária/rural, trabalhando com duas temáticas: a) a defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente no âmbito da violência, representando as ações majoritárias da ONG; e b) o desenvolvimento de um projeto consolidado sobre geração de renda, com destaque para a questão de gênero.

ONG	Nº ASSIST. SOCIAIS	ÁREA DE ATUAÇÃO	MISSÃO	PROJETOS
1	Duas	-Questão agrária/rural, gênero e juventude – ênfase na economia solidária, agroecologia e gênero.	- Gerar processos de aprendizagem e autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras, visando uma sociedade sustentável.	- Agroecologia; - Economia Solidária; - Recursos Hídricos; - Juventude -Mulheres transformadoras; -Sociedade e representações; - Agenda 21.
2	Uma	-Questão agrária/rural,	- Potencializar os	-Assessoria, assistência

¹³¹ Sobre o trabalho com os grupos, uma entrevistada declara: “O meu papel é muito mais de coordenar, de contribuir, de provocar, porque a gente compreende que as pessoas que estão nos assentamento, elas é que devem fazer com que as coisas aconteçam” (HORTÊNCIA). Embora a Assistente Social não demonstre reflexão crítica, sua fala demonstra os limites do trabalho de assessoria aos grupos comunitários; o trabalho de assessoria é provisório e pontual, pois depende da duração de projetos, o que não garante continuidade das ações e real atendimento das necessidades da parcela da população selecionada pela ONG e pelos seus financiadores; é uma intervenção que possibilita contribuições, mas que não toca nas questões mais profundas que geram as demandas sociais.

¹³² Neste estudo, devido às limitações de tempo, não foi possível aprofundar este motivo e suas relações com a realidade social do Estado do Rio Grande do Norte. Aqui se realiza uma breve indicação de análise que sugere novas investigações.

		gênero e juventude – ênfase na educação e capacitação de jovens e adultos.	sujeitos políticos coletivos, contribuindo para o fortalecimento de seus movimentos e organizações da sociedade civil, empenhados na consolidação da democracia com justiça social e equidade de gênero, construindo a cidadania, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade, dentro de uma visão holística.	técnica e ambiental a assentamentos rurais; - Diagnóstico de sistemas agrários; - Agenda 21: diagnóstico de comunidades rurais.
3	Uma	-Questão agrária/rural, gênero, juventude e organização comunitária – ênfase na educação e capacitação de jovens e adultos.	- Promover a universalização e o acesso aos direitos sociais do homem e da mulher da zona urbana e rural, motivando o exercício da cidadania individual e coletiva, fundamentado na evangelização libertadora.	-Organização comunitária; - Formação de jovens, mulheres e lideranças locais.
4	Cinco	- Criança e adolescente: atendimento sociopsicoeducativo a crianças e adolescentes entre 07 e 18 anos e que estão submetidos a situações de violência; - Gênero: profissionalização e geração de renda das famílias atendidas pela ONG e comunidades do município de Natal/RN.	- Realizar um trabalho com crianças, adolescentes e mulheres em situação de risco pessoal e risco social, na perspectiva de gênero. Com o objetivo de monitorar e propor diante das políticas públicas, a fim de contribuir com o fortalecimento da cidadania e de uma sociedade democrática e igualitária.	-Unidade de atendimento; - Profissionalização; -Articulação institucional.

Quadro 1 - Área de atuação e missão das ONGs estudadas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado – fonte secundária.

Os dados do quadro anterior demonstram que as missões são audaciosas e buscam, através dos projetos sociais, alcançar objetivos voltados para os direitos sociais, para o fortalecimento da cidadania e da democracia, bem como para a ampliação da “sociedade civil organizada”. A análise dos documentos institucionais possibilita verificar que, na concepção de sociedade civil, presente nas missões das ONGs, não aparecem elementos que a caracterizam como heterogênea e contraditória; também não se elucida o conflito de classes. Na verdade, seus projetos e missões seguem os padrões atuais de intervenção social, através de recortes específicos da realidade, atuando em determinadas expressões da questão social, sem a garantia da universalidade e sem articular as demandas à totalidade; atuam mesmo com grupos específicos e em espaços limitados, sendo sua abrangência extremamente restrita e distinguindo, no discurso, sua ação da intervenção estatal. Nestes termos, a função social das ONGs, neste momento histórico, termina por contribuir com a “idéia neoliberal da responsabilidade privada pela questão social e a importância dos recursos privados para resolver esses problemas” (PETRAS, 1999, p. 48), o que não significa desconhecer possíveis contribuições dadas no tratamento de algumas temáticas no âmbito das expressões da questão social.

No que se refere à sobrevivência financeira, as ONGs pesquisadas mantêm-se através de recursos do Estado e, principalmente, por meio de recursos da cooperação internacional, como afirma uma das entrevistadas:

Da cooperação internacional, nesse caso específico é da cooperação internacional, mas a gente [...] (nome da instituição¹³³) recebe recursos e nós temos parceria com o Governo Federal, com o Governo Estadual e também com a cooperação internacional (HORTÊNCIA¹³⁴, grifo nosso).

Os financiadores ou “parceiros” se constituem no Estado em nível municipal, estadual e federal, em empresas e em fundações nacionais e internacionais, como se verifica no quadro 2. Há não só recursos financeiros destinados por estas “parcerias”, mas transferência de recursos humanos do Estado para as ONGs, funcionando como um tipo de terceirização dos serviços sociais, conforme a fala a seguir:

¹³³ O conteúdo deste parêntese será utilizado em toda a dissertação para os fragmentos das entrevistas que contenham o nome da ONG. O nome da organização será omitido para preservar a identidade das entrevistadas.

¹³⁴ Conforme foi informado na introdução deste trabalho, os nomes utilizados para todas as Assistentes Sociais entrevistadas são fictícios, tendo como critério, para sua definição, nomes de flores e pedras preciosas brasileiras.

[...] a Secretaria de Educação é parceira nossa também nesse projeto, já que a gente tá realizando em duas escolas. Então, a gente tem uma parceria com a Secretaria Municipal, já tem dois profissionais aqui [...] que são cedidos pela, é convênio com a Prefeitura. Então, a gente tem essa, essa parceria e aí quando a gente vai realizar alguma atividade na escola a gente não vai diretamente à escola, a gente vai por intermédio da Secretaria de Educação, seja do Estado ou do município, né? Pra que ele faça a mediação junto à escola, junto com a gente (JADE).

Nesse campo dos financiamentos ou, como os profissionais das ONGs preferem chamar, “dos parceiros”, há uma instabilidade muito intensa, pois estão sempre em busca de renovação de um projeto, a procura de um novo “parceiro”, ou na renegociação para manutenção de um financiador, principalmente no que se refere à cooperação internacional. São “parceiros” da Alemanha, Holanda, Estados Unidos, dentre outros, que investem recursos nessas ONGs por um tempo limitado, mesmo que por um período relativamente longo. Estes recursos mantêm o funcionamento das atividades por um determinado momento, sendo condição essencial de sobrevivência da instituição a captação permanente de recursos, a curto e/ou médio prazo.

ONGS	FINANCIAMENTO / “PARCEIROS”
1 (Financiadores fixos estrangeiros e governo federal e estadual)	NACIONAIS: INCRA, Ministério do Meio Ambiente INTERNACIONAIS: Fundação Ameropa, Fundação Kellogg, Fundação Konrad Adenauer, Fundação Volkarte, Genevé Tiers Monde
2 (Somente governo federal e estadual; em processo de negociação com a cooperação internacional para novos projetos)	NACIONAIS: INCRA, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário INTERNACIONAIS: no momento não há
3 (Instituição internacional que mantém a ONG e alguns apoios governamentais)	NACIONAIS: Governo municipal INTERNACIONAIS: Misereor.
4 (Dois ou três financiadores fixos e o resto muito pulverizado)	NACIONAIS: SEBRAE, Ministério da Cultura, Instituto Telemar, Criança Esperança (Rede Globo), SESI, COSERN, dentre outros. INTERNACIONAIS: Misereor, KNH, DKA, UNICEF, UNESCO

Quadro 2 – Financiamentos das ONGs pesquisadas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado – fonte secundária.

Na rotina de trabalho nas ONGs há uma preocupação cotidiana com a manutenção das atividades, havendo, inclusive, profissionais contratadas especificamente para a função de “captador de recursos” ou “assessor”. O trecho abaixo, da entrevista de uma das Assistentes Sociais, revela tal preocupação, uma vez que ela se encontra na função de “assessora para captação de recursos”.

Uma outra instituição da Alemanha, [...], que também é uma instituição que a gente deve fechar uma parceira agora até 2011; então, sempre eles apóiam cinco, seis, sete anos, que há uma certa regularidade; não é um montante financeiro alto, mas é aquela coisa que a gente sabe que até lá a instituição não fecha as portas, né? Porque mesmo que fique precariamente, mas dá pra ter pelo menos uma pessoa aqui de guarda. Então, nós temos, sempre nós procuramos ter umas instituições como se fossem âncoras. Aí, nós vamos tentando captar projetos de seis meses... (ROSA).

É importante considerar que a “parceria financeira” envolve uma série de exigências e condições por parte do financiador, particularmente o estrangeiro, pois este solicita relatórios aos nos seus moldes, realiza visitas esporádicas nas instituições e até mesmo pode solicitar alterações nos projetos, tanto no planejamento como na execução, conforme seus interesses. Assim, os financiadores acabam determinando e delimitando aspectos importantes da execução das atividades e do funcionamento das ONGs, como por exemplo, a área de atuação e abrangência, o público alvo, a quantidade e a aplicação dos recursos, as ações e a continuidade dos projetos. Petras (1999, p. 29) afirma que as ONGs atuam com “grupos limitados, em circunstâncias locais, dependendo dos caprichos e interesses dos doadores estrangeiros”; é o que fica bastante evidente no fragmento de entrevista que se segue:

Então, fixo, nós temos dois parceiros, que é aqueles parceiros que a gente tem que acompanhar, tem que enviar relatórios, tem que dar satisfação. E, tem outros que aí vai se aglutinando; é aquele parceiro que nos apoiou seis meses e pode ser que nunca mais nos apóie, né? Pela natureza dele, justamente porque não importa pra ele, sei lá, na sua pauta, que apoiou 1.000 instituições, que existe algumas agências assim. Então, ele não tá preocupado que aquela instituição que ele apoiou tenha um trabalho consolidado. Então, a gente tem muita clareza nisso. Então, a gente procura alimentar as parcerias que a gente tem, mas procuramos também ter financiadores (ROSA).

Torna-se primordial refletir, segundo Petras (1999), que mudanças nas prioridades dos financiamentos por parte das instituições da cooperação internacional, ou mesmo uma possível

má avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições financiadas pode resultar no sucateamento, desorganização, desarticulação, bem como ausência absoluta de proteção social de grupos, comunidades e indivíduos: “tudo e todos são cada vez mais disciplinados para cumprir com as exigências dos doadores e de seus avaliadores de projetos” (PETRAS, 1999, p. 51).

Na verdade, a análise do significado e das ações dos “parceiros” suscita reflexões sobre os interesses que os envolvem e a forma de atendimento das demandas sociais¹³⁵. A partir do debate sobre o enfrentamento contemporâneo da questão social, via privatização e precarização, pode-se dizer que os financiadores dos programas e projetos sociais viabilizam o processo de desconstrução da perspectiva de universalidade de acesso aos direitos sociais. As instituições financiadoras contribuem para o movimento de precarização das políticas públicas, pois operacionalizam a transferência de responsabilidades com o social do Estado para o terceiro setor e as ONGs, bem como possibilitam a privatização, quando assumem de forma pontual e fragmentada as respostas às seqüelas sociais, fora do campo dos direitos e selecionando demandas e sujeitos atendidos conforme os seus interesses.

Em síntese, é possível afirmar que o perfil das ONGs pesquisadas não difere muito do perfil das Organizações Não-Governamentais nacionais e estrangeiras. A particularidade deste estudo está: a) no âmbito da atuação, pois a maioria das organizações intervém na questão agrária/rural, com destaque para os debates sobre gênero e juventude; e b) no vínculo consolidado das instituições com a ABONG.

A filiação à ABONG demonstra seriedade na gestão e na atuação em defesa dos direitos sociais, pois as ONGs estudadas seguem as orientações e os critérios da entidade nacional, mesmo estando inseridas na lógica da reestruturação do capital. Vale notar que os critérios (ABONG, 200_a) para se associar a tal entidade são: a) possuir CNPJ e personalidade jurídica própria, como associação civil sem fins lucrativos, ou fundação; b) ser autônoma frente ao Estado, às igrejas, aos partidos e aos movimentos sociais; c) manter compromisso com a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo, bem como a constituição e a expansão dos direitos fundamentais e da justiça; d) ter

¹³⁵ Neste estudo não foi possível aprofundar as reflexões sobre os financiadores dos projetos sociais das ONGs estudadas, devido as limitações do trabalho. Há apenas indicações para aprofundamentos futuros sobre o significado e a relevância das agências financiadoras, na gestão e no funcionamento destas organizações, numa conjuntura de perda de direitos sociais.

caráter público em relação aos seus objetivos e ação; e e) ter, pelo menos, dois anos de experiência comprovada.

Cabe ainda, verificar o entendimento da expressão ONG pela sua entidade representativa, em nível nacional. Conforme o Estatuto Social, a ABONG (200_b) considera Organizações Não-Governamentais (ONGs):

[...] as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Nessa compreensão sobre ONGs faz-se pertinente uma breve reflexão para situar o contexto em que tais organizações se inserem.

É lógico que este trabalho não pretende avaliar a atuação das ONGs pesquisadas, até por entender que todas elas se constituem como espaços contraditórios que permitem intervenções importantes no campo da defesa dos direitos sociais. Pode-se assegurar que não estão em discussão a seriedade e o compromisso das organizações (associadas à ABONG ou não) e dos seus profissionais, mas sua vinculação à totalidade social, bem como as particularidades que situam tal fenômeno, chamado popularmente de ONG. O intuito é desvelar sua função social no quadro contraditório do capitalismo contemporâneo.

No entendimento de ONG defendido pela ABONG está implícita a tendência de “sociedade civil homogênea/ampliada”, com organizações e movimentos sociais situados num mesmo campo de luta, distante do debate e do conflito de classes na sociedade capitalista. Mais uma vez se ratifica que os interesses de classe não são elucidados, nem é discutida e questionada a função social assumida pelas ONGs no presente contexto, função esta em sintonia com a direção dada pelo capital, a partir de 1970.

De acordo com o que já foi visto neste estudo (especialmente na subseção 2.2.), o conceito de sociedade civil “ressurge com a aura de ser não apenas a nova chave teórica que permitirá desvelar os mistérios do funcionamento social, mas também – e acima de tudo – o ‘abre-te sésamo’ para todos os problemas” (ACANDA, 2006, p. 16). Acanda (2006, p. 174), porém, deixa claro que “o conceito de sociedade civil é uma noção política, não um instrumento

neutro e que, para adquirir significado real, é necessário ser situado num contexto sócio-histórico”. Vale retomar que a sociedade civil é o espaço em que o capital se assenta, desenvolve suas relações de produção e exploração, onde há luta de classes e desigualdade social: “É na sociedade civil que se produzem mercadorias e que se reproduzem ricos e pobres [...]” (YACOUB, 2001, p. 97).

Na contemporaneidade, o entendimento de sociedade civil nos moldes neoliberais é útil para o movimento do capital, com a retirada do Estado das responsabilidades com a questão social e a transferência para a chamada “sociedade civil”, aqui, sinônimo do terceiro setor, ou o campo do favor e da disponibilidade, da não garantia do direito, da filantropia e até mesmo da mercantilização.

A “sociedade civil” é uma forma de abstração das profundas divisões sociais geradas pela sociedade capitalista, divisões sociais que foram acentuadas pelo neoliberalismo. Há tanto conflito entre as classes na sociedade civil quanto entre a ‘sociedade civil’ e o Estado (PETRAS, 1999, p. 30).

A contradição, a totalidade e as relações conflituosas inerentes ao modo de produção capitalista, com seu campo de mediações na busca da maior exploração do trabalho em prol do acúmulo de riquezas, não se encontram em pauta, pelo menos no discurso de definição de tais organizações pela ABONG e no discurso das ONGs estudadas: “[...] as diferenças entre classes são obscurecidas e o domínio da classe dirigente não é desafiado” (PETRAS, 1999, p. 31), pelo menos diretamente. Através das suas ações e discursos cotidianos propagam idéias e valores que compõem um espaço de concepções ideológicas que parece contribuir para sedimentar a hegemonia do capital¹³⁶. Vale lembrar que “a hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. O componente essencial da hegemonia é justamente a sociedade civil” (ACANDA, 2006, p. 178).

Não se vê no espaço das ONGs, associadas à ABONG ou não, este teor de profundidade no debate, não se vê uma reflexão e uma atuação mais contundente em torno dos rumos da sociedade contemporânea; por exemplo, da política econômica e social no Brasil e/ou no mundo; sobre a fragmentação da classe trabalhadora; sobre o movimento sindical fragilizado pelas

¹³⁶ Concepções como, por exemplo, a idéia de democracia, cidadania e solidariedade, como foram discutidas na seção 2 desta dissertação, são apropriadas pelos interesses do capital, não sendo desvendados os seus reais significados na atualidade.

alterações nas relações de trabalho, estas últimas complexificadas ao longo dos últimos trinta anos; sobre a construção de uma contra-hegemonia da classe trabalhadora, pela luta de uma outra sociabilidade para além do capitalismo. Há muito que aprofundar e discutir no campo do terceiro setor e, particularmente, das ONGs, mas a dinâmica societária contemporânea aponta para tendências de contribuição de tais espaços de intervenção com a lógica e o domínio do capital internacionalizado em tempos de reestruturação.

Neste momento, julga-se relevante inserir no debate sobre as ONGs estudadas as concepções das Assistentes Sociais entrevistadas sobre a intervenção profissional em tais espaços sócio-ocupacionais; ou seja, quais as reflexões dos sujeitos da pesquisa sobre as particularidades do trabalho nestas organizações na atualidade? É o que será indicado a seguir.

a) A particularidade do Serviço Social nas ONGs na perspectiva das entrevistadas

As profissionais entrevistadas estabelecem diferença entre o trabalho na ONG e em outra instituição, comparando as atividades realizadas nas organizações com a intervenção no âmbito das instituições do Estado. Como se o trabalho nas ONGs fosse distinto do realizado em outros espaços e acima de limites e dificuldades, as Assistentes Sociais enfatizam, na sua maioria, o compromisso e a autonomia profissional como aspectos implícitos à intervenção nas Organizações Não-Governamentais.

Eu faço assim uma relação com as instituições governamentais, no sentido mesmo assim de um compromisso, um compromisso com as suas ações, compromisso com o seu trabalho que está sendo desenvolvido, eu acho que tem um diferencial. Eu não tive ainda a experiência de trabalhar em organização governamental, mas como a gente trabalha sempre articulado com as outras instituições, os outros programas, então eu percebo essa falta de comprometimento, que eu acho que aí existe um diferencial (JASMIM).

Na percepção da Assistente Social Jasmim, os profissionais das ONGs demonstram possuir maior compromisso com as ações desenvolvidas no cotidiano de trabalho, isto quando comparados com a realidade das organizações governamentais. O próximo depoimento, da Assistente Social Violeta, explicita a concepção de compromisso nas ONGs e a idéia de transformação social, esta última desarticulada das condições objetivas de trabalho, manifestando

nítida aproximação, às vezes, uma certa confusão, entre militância política e “trabalho qualificado”.

[...] a começar pelo compromisso político, ideológico, ético com a população, com a profissão, com tudo. Vamos ao mundo das ONGs (risos da entrevistada)! Quando eu falo das ONGs, eu tô tomando por base a experiência (nome da instituição) e também das ONGs ligadas à ABONG por causa dos seus princípios, né? Têm um princípio que não tá, que ele é subjetivo, ele tá nas entrelinhas e ele tá escrito de forma diferente nas missões, nas missões dessas diversas instituições, que é o princípio, que eu digo que é político-ideológico, de compromisso com a transformação da realidade e compromisso com a população que tá mais empobrecida, ou, em outra linguagem, das classes subalternas, ou, em outra linguagem, dos pobres e miseráveis, né? Existe um compromisso muito... muito... que vai do pessoal pro profissional e pro institucional e vice-versa, não é? [...] intervenção propositiva na realidade e junto aos órgãos que têm poderes pra gerir, pra implementar as políticas públicas e sociais, esse eu acho que é o diferencial de quem tá nos órgãos públicos, por exemplo (VIOLETA, grifos nossos).

Não se pode confundir o trabalho profissional com a militância política e/ou com aspectos pessoais. Como afirma Montañó (2003, p. 270), as ONGs devem estar “com os e não no lugar dos movimentos sociais”, ou seja, as organizações devem conceder apoio aos movimentos sociais, pois só estes últimos têm possibilidades de enfrentar a luta política entre os interesses do trabalho e do capital.

Assim, ONG não é movimento social e nem busca objetivamente transformação social, isto não é competência de uma instituição e, sim, da organização política de toda a classe trabalhadora. As ONGs necessitam, não de um militante, mas de um “trabalhador qualificado”, ou melhor, um profissional que tenha competência para gerenciar projetos, que tenha capacidade de negociar financiamentos e seja dinâmico, que mostre eficiência e resultados com uma utilização mínima de recursos.

De acordo com outra entrevistada, destaca-se, ainda, a possibilidade, nas ONGs, de se constituírem relações mais estreitas e menos hierarquizadas, com menor burocracia que nas instituições do Estado, o que facilitaria e agilizaria o andamento das atividades. Vale considerar que esta concepção tem em si o germe do discurso hegemônico da classe dominante que enfatiza o argumento neoliberal de ineficiência e incapacidade do Estado, em oposição à proximidade, à agilidade e à dinamicidade das Organizações Não-Governamentais.

Algumas ONGs, na atualidade, constituem-se de forma semelhante às empresas privadas, na busca da eficiência, da otimização das ações, do alcance de objetivos e metas com uso reduzido de recursos, ou seja, no reordenamento organizacional; além de comporem instituições de pequeno e médio porte, com estruturas mais simplificadas. Na maioria das vezes, no entanto, atendem, de forma pontual e fragmentária, longe da noção de direitos sociais proposta pela Constituição Federal 1988 (BRASIL, 1998). Petras (1999, p. 48) constata que a natureza local das atividades das ONGs significa que a “delegação de poderes” (pelos doadores estrangeiros e nacionais, inclusive órgãos governamentais) “nunca ultrapassa pequenas áreas da vida social, com recursos limitados dentro das condições permitidas pelo Estado e pela macroeconomia neoliberal”.

Então, é esse caráter “privado”, local e pontual que, possivelmente, fundamenta e dissemina a idéia de ausência de burocracia, eficiência e agilidade na elaboração e execução das ações nas organizações; nas palavras de Assis (2004, p. 139), “o discurso hegemônico do capital faz parecer os critérios de gerenciamento como uma forma mais eficaz de atendimento às demandas sociais”. Na verdade, a idéia que se segue, de uma das Assistentes Sociais entrevistadas, obscurece que a qualidade do trabalho passa pela competência teórico-metodológica do(a) Assistente Social e de outros(as) profissionais, bem como anula os limites institucionais, como a sobrevivência da ONG a partir de projetos específicos e pontuais com financiamentos temporais.

Eu acho que a nossa... a diferença que aí a gente começa a diferenciar, não é? o trabalho do assistente social, está muito em função é... do tipo de hierarquização que existe, né? em uma ONG, por mais que ela tenha uma hierarquia, mas eu penso que é uma hierarquia, é... menos pesada, do que uma instituição, não é? de, de governo, enfim, uma instituição do Estado. Então, eu penso que é uma diferenciação importante. Então, você tem uma sensibilidade maior. Então, o, o, a pessoa que trabalha, no, no, numa instituição pública, geralmente, né? a, a, as possibilidades com o chefe nem sempre é imediata, né? quanto maior for a instituição... não é? E, isso vai tendo mais dificuldade nas possibilidades. Isso é diferente na ONG, então todo mundo se conhece, então têm relações de trabalho mais estreitas, não é? Então, você tem, você consegue é... resolver as coisas mais rápido (ROSA).

Outra profissional verbaliza, de forma crítica, que a instabilidade é um ponto que diferencia as ONGs das outras instituições, particularmente as públicas¹³⁷. Seu depoimento conduz à reflexão das precárias condições de trabalho engendradas nestes espaços sócio-ocupacionais. A mesma Assistente Social, entretanto, não contextualiza o “lugar” de tais organizações no processo de produção e reprodução social, pois afirma que as ONGs têm recursos materiais e didáticos (“condições”) e possibilita autonomia profissional que as diferencia do setor público, desconsiderando que tais aspectos, desarticulados de outras mediações, conduzem à aparência de positividade e deixam escapar a análise da totalidade das organizações.

Se diferencia pela questão da, da, das questões trabalhistas, né? Que infelizmente a gente, as ONGs elas não, de um modo geral, não têm uma estabilidade de funcionamento, depende de projeto. Então, o profissional que trabalha aqui ou em qualquer outra ONG, trabalha com essa instabilidade, ela é presente, né? ela está sobre as cabeças (risos da entrevistada) de todos, né? Uma outra questão que eu acho é que a ONG, ela permite uma maior autonomia no exercício. Eu acho que permite, né? Pelo menos, a partir, do que eu posso falar (nome da instituição); a gente tem condições, né? de trabalho, né? Tem uma estrutura muito bem montada e que permite, né? o trabalho, o que a gente não vê em algumas instâncias a nível governamental (JADE, grifos nossos).

É necessário elucidar que o trabalho, ou melhor, a intervenção realizada no campo das ONGs é no cerne dos conflitos e das contradições que fundamentam as relações de classes, capital e trabalho, relações estas que engendram a desigualdade social inerente à sociedade capitalista. Por isso, em qualquer instituição, seja ela pública ou privada, com destaque para o terceiro setor e nele as ONGs, a atuação profissional do(a) Assistente Social é perpassada pelos interesses de classe e se efetiva sob o domínio do capital, nos limites do conflito, da tensão, da contradição. O profissional de Serviço Social, “atenado” com o seu tempo presente, a partir do acúmulo teórico-metodológico e ético-político, buscando apreender a totalidade social, não deve estar distante do debate, da crítica qualificada e séria sobre seu espaço sócio-ocupacional e sobre o seu fazer profissional.

Pode-se inferir que o espaço sócio-ocupacional das ONGs é perpassado por contradições que determinam as condições objetivas do exercício profissional do(a) Assistente social, proporcionando-lhe um cotidiano marcado por limites e possibilidades. As ONGs são espaços

¹³⁷ Cabe salientar que tal Assistente Social tem dois vínculos empregatícios: um, temporário, na ONG e um estável, já que é concursada do Estado, na esfera municipal.

sócio-ocupacionais inseridos na conjuntura de transformações sócio-históricas e, por isso, demarcam exigências, limites e desafios articulados ao tempo presente.

De acordo com a pesquisa, serão enfatizados a seguir alguns elementos sobre a inserção do profissional de Serviço Social nas Organizações Não-Governamentais associadas à ABONG no município de Natal/RN, particularizando as exigências, os limites e os desafios profissionais. Para tanto, foram analisados os aspectos: identidade profissional (a partir do cargo/função assumido), exigências institucionais e autonomia.

3.3.2 Exigências, limites e desafios para o Serviço Social

a) Tendências quanto à identidade profissional

Na pesquisa realizada, foi possível identificar que há certa confusão entre cargo ou função com profissão, o que engendra um processo de desgaste da identidade profissional¹³⁸. Verificou-se que as profissionais se reconhecem como: “educadora social”, “assessora”, “coordenadora (de projetos ou pedagógica)”, “técnico social”, “assistente de coordenação”, ficando mais evidente o cargo que ocupam ou a função que desempenham; o que quebra os vínculos de identidade profissional, como se pode observar no relato de uma das entrevistadas:

Assessor, é... técnico social que é a mesma coisa de assessor, na minha opinião. Coordenação de projeto e coordenação institucional (HORTÊNCIA).

O que ocorre no campo das ONGs é que o trabalhador se declara como profissional da área social, sem especificidade, sujeito que responde, com determinadas habilidades, às exigências do contratante/empregador; é o que pode ser confirmado no fragmento da entrevista a seguir:

E hoje em dia, tem alguns projetos da área rural que já exige, tá lá o projeto exigindo que se tenha alguém da área, que eles colocam área social, que pode ser assistente social, pedagogo, pode ser das ciências sociais... (SAFIRA).

¹³⁸ Neste estudo, compreende-se que a identidade profissional é um dos elementos importantes no debate sobre o fazer do(a) Assistente Social, possibilitando uma adesão e, assim, uma atuação mais coerente com os princípios norteadores do projeto ético-político profissional.

Na dinâmica atual do mercado de trabalho, configura-se a tendência do empregador de não respeitar as profissões regulamentadas e, neste sentido, não reconhecer a profissão e o seu conjunto de especificidades, mas sim uma gama de habilidades e competências, atreladas a uma condição extrema de adaptabilidade e produtividade do trabalhador. Tais elementos são valorizados pelo capital como estratégias para o aumento da produtividade e das taxas de lucro, bem como para a fragilização e controle da classe trabalhadora; isto porque, além de garantir a maior exploração, diminui a capacidade de resistência ao processo de reestruturação. Na realidade, um trabalhador que não se reconhece como um profissional com formação específica torna-se mais vulnerável aos ditames do empregador, pois se desarticula das discussões e das lutas da categoria profissional. É um movimento de desconstrução da identidade profissional.

Este contexto que abala a identidade se materializa na tendência contemporânea de desregulamentação e desprofissionalização no mercado de trabalho, útil e funcional à lógica de reordenamento do capital. Yamamoto (2002) ressalta que é comum os profissionais se identificarem com os cargos nomeados pelas organizações, por exemplo, analistas de recursos humanos, coordenadores de projetos, assessores, revelando um discurso desprofissionalizante que pode desdobrar-se em um esvaziamento da reflexão e em uma crise de identidade profissional.

No tocante ao Serviço Social, a tendência de desprofissionalização se impõe no espaço das ONGs e se coloca como um desafio ao reconhecimento e à identidade profissional. Isto porque, segundo Assis (2004), a desprofissionalização se desdobra: na não-identificação com a profissão; no afastamento das discussões que perpassam a qualificação profissional específica do Serviço Social; na fragmentação e perda do poder de luta da profissão; na não-diferenciação de funcionalidades para as profissões sociais; dentre outras questões. É um movimento perverso que dilui a luta e o reconhecimento profissional em tempos de perda de direitos sociais e de hegemonia do capital, momento sócio-histórico contra-revolucionário¹³⁹.

Outro aspecto relevante é que a desprofissionalização promove uma ausência de reflexão mais ampla das atribuições assumidas frente às legislações da profissão, assim como possibilita certo distanciamento de documentos legais específicos do Serviço Social, como, por exemplo, a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social - nº 8.662/1993 – (BRASIL, 2003), as

¹³⁹ Contra-revolucionário, no sentido da classe trabalhadora encontrar-se fragmentada e fragilizada pelas alterações na órbita do trabalho, sendo mais difícil a articulação e a luta em torno de um projeto societário para além do capitalismo vigente.

resoluções editadas pelos CRESS e pelo CFESS, dentre outros. Por isso, Iamamoto (2002, p. 40) esclarece:

Não é a função atribuída pelo empregador que define a qualificação profissional, as competências e atribuições que lhe são inerentes. A profissionalização depende da formação universitária que atribui o grau de Assistente Social e do conselho profissional que dispõe de poder legal para autorizar e fiscalizar o exercício, a partir das atribuições e competências identificadas historicamente e reguladas por lei.

Há também uma tendência de consolidação da atuação profissional em equipes multidisciplinares em ONGs, visto que é comum, nestes espaços, o(a) Assistente Social partilhar atividades com outros profissionais (psicólogo, sociólogo, cientista político, agrônomo, pedagogo, historiador, advogado, dentre muitos outros). Em alguns casos, esse trabalho coletivo contribui para a perda de identidade profissional do(a) Assistente Social, principalmente quando este se distancia das discussões e reflexões da categoria. Uma das entrevistadas, em seu depoimento (exposto a seguir), demonstra perda de identidade e da noção de particularidade profissional nas ONGs, em função das atribuições assumidas no trabalho em equipe:

É porque eu não sei, às vezes, eu até tenho dúvida, assim, claro que tem toda uma atuação na área social e isso que é ser assistente social, mas eu não sinto que a ação que eu desenvolvo hoje é uma ação de assistente social, não. Acho que ela pode ser uma ação de assistente social, uma cientista social, socióloga, de um agrônomo ou de uma agrônoma que tem sensibilidade com a questão social. Eu não me vejo assim, não me sinto... porque quando eu comecei a pensar num assistente social, quando eu comecei a pensar no assunto, quando eu terminei que eu me formei, assistente social era muito aquela idéia de fazer serviço social de caso, de intermediar conflitos. Não vejo como aquela proposta, faz tempo que eu não estudo o Serviço Social, não leio nem a revista de “Serviço Social e Sociedade”, não sei como é que tá o currículo hoje [...] você é assistente social então você está lá pra resolver conflitos, você tá lá pra intermediar programas sociais. Não tem isso na ONG; na ONG nós trabalhamos na perspectiva de multidisciplinaridade. Então, meu trabalho é tão importante na área social como é um de um agrônomo (HORTÊNCIA).

Como afirma Iamamoto (2002), é necessário desmistificar, especialmente neste espaço sócio-ocupacional chamado ONG, que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre os participantes, a qual conduz à diluição de suas particularidades profissionais, pois:

São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Neste contexto, o Assistente Social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações [...] Cada um dos especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar as ações propostas (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

A instituição pode até não ter essa clareza, mas para o(a) profissional de Serviço Social é fundamental compreender e internalizar que o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais, “ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

Nas entrevistas fica nítido que há uma particularidade ao atender demandas e exigências institucionais, principalmente na interpretação das situações e na competência diferenciada no encaminhamento das atividades desenvolvidas pelo(a) Assistente Social, em relação aos outros profissionais das equipes multidisciplinares.

É incondicional a necessidade de resgate das legislações da profissão, bem como um debate e análise crítica sobre o exercício profissional em ONGs, a fim de aproximar os(as) Assistentes Sociais das discussões contemporâneas da profissão, desmistificar o trabalho desprofissionalizante em tais organizações e retomar a dimensão da identidade profissional em sua plenitude.

b) Exigências institucionais (im)postas

Nas Organizações Não-Governamentais pesquisadas, as entrevistadas apontaram como exigências:

EXIGÊNCIAS	QUANT. (Nº) ¹⁴⁰
Conhecimento permanente	5
Gestão e coordenação institucional/assessoria/consultoria	3
Articulação e representação institucional	2
Questão de gênero	2
Ampliação de atividades e atribuições	1
Pesquisa	1
Monitoramento, planejamento e avaliação de grupos comunitários	1

Quadro 3 – Exigências Institucionais

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado – fonte primária.

O “conhecimento permanente” aparece como resposta majoritária, sendo ressaltada a necessidade de leitura, informação e estudo sobre a área de atuação, o público alvo atendido e as questões administrativo-financeiras da ONG. Aqui não se incluem os debates referentes à profissão, ao projeto ético-político profissional, às questões mais gerais que norteiam o Serviço Social. A ênfase está na área de atuação, bem como na gestão e coordenação da instituição ONG e dos seus projetos sociais, o que poderia ser explicado a partir da tendência crescente, em tais espaços sócio-ocupacionais, da atribuição: assessoria e consultoria.

Coordenar ou gerir uma instituição é além do que coordenar um projeto, e tem muitas Assistentes Sociais hoje em cargos de coordenação e gestão de instituições e aí você pode vê, aí tanto instituição pública quanto instituição da sociedade civil (VIOLETA).

Como tendência crescente no mercado de trabalho das ONGs identifica-se a “gestão e a coordenação institucional”, consideradas também pelas entrevistadas como assessoria e consultoria. Tal exigência vem ganhando espaço e gerando um grupo de profissionais extremamente habilitado na organização e gestão de ONGs, com conhecimentos específicos sobre projetos sociais, captação de recursos, prestação de contas e administração de pessoal.

[...] sou uma das pessoas que elabora projeto pra Instituição; eu coordeno projetos, atualmente não tô coordenando nenhum, mas já coordenei vários, ao longo desses [...] anos, já coordenei vários projetos, já fui coordenadora administrativa-financeira por dois anos. Então já, eu sou uma pessoa que tenho

¹⁴⁰ Aqui se considera a quantidade de vezes que cada resposta aparece, visto que as Assistentes Sociais informaram mais de uma nova exigência.

condições de exercer cargos de chefia de coordenação de projetos, né? Cargos de maior confiança da diretoria da instituição (VIOLETA).

A “articulação e representação institucional”, assim como o debate sobre “gênero” sobressaem também como exigência. A articulação e representação se referem ao contato com grupos profissionais, com instituições públicas e privadas, reconhecidas como parceiras, em âmbito municipal e estadual. Vale observar que esta exigência promove desdobramentos de atividades, o que proporciona, no cotidiano profissional, um acúmulo de trabalho para as Assistentes Sociais, que muitas vezes não é reconhecido pela organização.

Há uma presença maior (dos Assistentes Sociais) nessas articulações (institucionais), que existe aí [...], são articulações que surgiram e que a gente até então não participava, que agora entra como uma demanda e sem ser [...] (HORTÊNCIA, grifo nosso).

O debate sobre gênero aparece como uma das temáticas abordadas com ênfase nas ONGs e, por isso, emerge como uma exigência; o que representa dois aspectos: o avanço das lutas feministas no final do século XX e o interesse das agências financiadoras em projetos voltados para tal temática. Identifica-se, ainda, outro tema em destaque: a economia solidária; resultado do discurso capitalista da sustentabilidade¹⁴¹. Pode-se inferir que a fragmentação da realidade e os discursos ideológicos, que tendem a reforçar os interesses do capital, como é o caso da “participação da sociedade civil”, estão presentes nas áreas de atuação das ONGs, não sendo identificada a possibilidade de uma visão de totalidade da realidade social para compor uma intervenção mais crítica.

A “ampliação/concentração de atividades e atribuições”¹⁴² (mais demandas), a “pesquisa” e o “monitoramento, planejamento e avaliação de grupos comunitários” aparecem de forma minoritária e pontual; contudo, não menos importantes, uma vez que são verbalizados pelas profissionais e percebidos no todo das entrevistas realizadas.

¹⁴¹ É o discurso do desenvolvimento sustentável que busca o crescimento econômico das regiões com respeito aos recursos naturais. Aqui há uma contradição, pois a história da humanidade mostra que não há possibilidade de equilíbrio entre mecanismos de mercado e respeito à natureza; o capital é voraz no seu desejo pelo lucro, não respeitando pessoas, países, nem recursos naturais.

¹⁴² As reflexões a respeito da sobrecarga de trabalho nas ONGs serão expostas nas subseções 4.2. (condições de trabalho) e 4.3 (demandas e respostas profissionais) desta dissertação.

Outra exigência bastante presente na fala das Assistentes Sociais, durante as entrevistas (embora isso não apareça diretamente nas respostas), é a necessidade do trabalho em equipes multiprofissionais, em que as atividades são planejadas e avaliadas pelo grupo de profissionais da ONG, mesmo que a execução seja individualizada.

Analisando as exigências impostas ou postas para o(a) Assistente Social, no espaço sócio-ocupacional das ONGs, verifica-se que estas se encontram atravessadas por aspectos da realidade institucional e, principalmente, pela totalidade das relações sociais contemporâneas; isto porque:

[...] a forma e a natureza das relações sociais determinam as tendências das práticas sociais ao priorizar necessidades que, no âmbito da experiência profissional, assumem o estatuto de objetos de intervenção, materializando as exigências do mercado de trabalho e o lugar da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho (MOTA; AMARAL, 1998, p. 42).

Pode-se dizer que as exigências atuais para o profissional de Serviço Social não estão desarticuladas das necessidades do capital de maior exploração da classe trabalhadora, em função da ampliação da produtividade e, sendo assim, estas exigências profissionais têm sintonia com a conjuntura de alterações no mundo do trabalho. É importante considerar que “as requisições, exigências, demandas e os espaços sócio-ocupacionais que as mediatizam não esgotam as possibilidades da intervenção profissional” (ABREU, 2002, p. 190), mas oferecem pistas essenciais sobre as contradições que perpassam o exercício profissional do(a) Assistente Social, em face dos interesses de classes em conflito.

A intensificação da exploração em busca do aumento de produtividade expõe os trabalhadores às situações de polivalência e ao acúmulo de atividades e funções (concentração de atribuições), aos serviços terceirizados (assessorias e consultorias), à incessante atualização permanente de conhecimentos e informações, para atender “novas e velhas” demandas. Isto é pertinente, também, para a categoria profissional do Serviço Social nos variados espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas ONGs. Exige-se também, no campo das ONGs, um trabalhador polivalente e plenamente adaptado à reorganização da produção e da reprodução social, no mundo regido pelo capital. Neste sentido, a funcionalidade das ONGs ao processo de reestruturação capitalista encontra-se exposta nas consideradas “novas” exigências profissionais, em plena sintonia com as estratégias de reordenamento do capital.

Por tudo isso, percebe-se que “novas” exigências estão atreladas a “velhas” exigências e o conjunto destas exigências têm relação direta com as demandas postas pelo capital nas diversas instituições, não só nas ONGs, em função do processo de reestruturação capitalista e da busca incondicional da manutenção da sua hegemonia. Na verdade, “velhas” exigências se atualizam, em razão das necessidades atuais de exploração da classe trabalhadora e, desta forma, são consideradas como “novas” na contemporaneidade. É nesse debate que se concentra a importância de articular as exigências nas ONGs às mediações que vinculam o cotidiano profissional ao processo de reestruturação do capital, pois só assim será possível vislumbrar possibilidades de intervenção em sintonia com os princípios e os valores do projeto ético-político profissional.

c) Autonomia profissional: uma questão de confiança?

A autonomia profissional constitui um dos desafios contemporâneos postos ao(à) Assistente Social, embora esta questão seja garantida como um dos seus direitos no artigo 2º alínea h do Código de Ética de 1993: “[...] ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções” (CFESS, 2003, p. 13).

Não se podem negar as possibilidades de autonomia profissional, mas é necessário considerar as condições objetivas em que esta se realiza. De acordo com Mota e Amaral (1998, p. 42):

Não se pode omitir, na trajetória de uma profissão, a existência de uma relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercitada pelo profissional – sob determinadas condições objetivas – ao atuar sobre uma dada realidade, problematizando-a com o aporte dos conhecimentos sistematizados e dos princípios que formaram a sua identidade ocupacional.

Na pesquisa, as entrevistadas relatam, com unanimidade, que há autonomia no exercício profissional, pois afirmam possuir maior liberdade e flexibilidade na execução das atividades. Alguns depoimentos comprovam esta afirmação:

Eu acho que de todas as privadas que eu já tive, aqui foi a que tive mais autonomia, mais liberdade pra poder fazer (SAFIRA).

Então, eu tenho a liberdade de me movimentar dentro da instituição, de ir pra onde eu quiser, se eu quiser trabalhar com quem eu quiser [...] eu trabalho. Não tem assim, vamos dizer, uma superior a mim (HORTÊNCIA).

As Assistentes Sociais identificam a possibilidade de autonomia com o tipo de relações estabelecidas nas ONGs, ou seja, relações consideradas mais horizontalizadas, que permitem o diálogo e a participação dos diferentes profissionais. Inclusive, em uma das falas, a Assistente Social considera a questão da autonomia elemento inerente às ONGs:

[...] como ela é uma organização não-governamental, ela tem por princípio construir a autonomia nas comunidades e também construir a autonomia interna [...] (VIOLETA).

Cabe ressaltar que a autonomia não é percebida como direito garantido no Código de Ética, mas como elemento condicionado pela instituição; assim sendo, seria a instituição que determinaria o nível de autonomia e a sua forma de expressão.

As análises das entrevistas revelam que é a confiança que a instituição deposita no trabalhador que engendra o entendimento de autonomia no exercício profissional. A confiança para a execução das ações por parte das Assistentes Sociais é parte da dinâmica institucional das ONGs e possibilita a idéia de liberdade, visto que não é necessária autorização para o desenvolvimento das atividades.

Outro aspecto relevante é que a concepção de autonomia, na ONG, está diretamente relacionada ao compromisso profissional e ético com os princípios e objetivos institucionais e com os projetos das organizações. Assim, princípios, objetivos e projetos institucionais terminam por constituir limites para a efetivação da autonomia.

[...] tenho total autonomia pra desenvolver o meu trabalho dentro dos princípios da instituição, dentro dos objetivos e dentro da missão institucional. Eu não posso é ferir os princípios, a missão e os objetivos institucionais; a partir disso eu tenho liberdade de atuação, total liberdade; não tenho nenhum chefe mandando e desmandando, ou se eu fizer uma ação eu vou sofrer represália da direção, não. [...] (VIOLETA).

Autorização não, assim, nós sempre pensamos em equipe as atividades, mas não seria autorização, mas, ele é pensado a partir dessa direção do projeto, da linha e a partir da equipe (MARGARIDA).

É pertinente salientar que a confiança é conquistada, na ONG, a partir de um processo contínuo de competência e qualidade do trabalho executado, atendendo aos interesses da instituição.

Olhe, eu acho que é... Primeiro, eu penso que *a questão da confiança* que eu gozo, né? Tanto por parte do Conselho Diretor como também da equipe que trabalha comigo, né? Eu acho que isso é fundamental, então eu penso que a equipe e aquelas pessoas que estão comigo há, há uma confiança. [...] Outra coisa que eu acho, que considero importante, é a apropriação do meu fazer, então é... eu me apropriei, não é? Então, aquilo que eu faço, eu sei que eu faço com *competência*, não é? Eu sei que aquilo que eu faço, eu faço consciente, não é? [...] eu acho que é esse conjunto de coisas, eu penso que me garante essa autonomia [...] - (ROSA; grifos nossos).

Na realidade, as condições objetivas disponíveis para viabilizar os projetos atravessam a questão da autonomia profissional. Diante disto, os recursos, garantidos pelos financiadores para a execução dos projetos sociais nas ONGs, incide como obstáculo no processo da autonomia. Apenas duas Assistentes Sociais, entretanto, de forma mais articulada com as contradições e os limites institucionais, ressaltam a disponibilidade de recursos como entrave para a autonomia profissional, como se pode observar nos fragmentos de entrevistas que se seguem.

Agora, alguma coisa que precise de recurso financeiro, aí eu tenho que passar pra saber se realmente há aquele recurso disponível pra aquele, pra realizar aquela ação [...] A questão mesmo é que a gente depende de recursos, se não... [...] o Serviço Social não tem como administrar essa questão de recursos, é o limite: o recurso (JASMIM).

Não (não precisa de autorização para execução das ações). Salvo por exemplo, aquelas que demanda recursos, né? E que os recursos são poucos pra atingir a demanda que está posta, né? E, aí, eu preciso, mostrando a prioridade, o que é que precisa ser feito, pra que [...] (RUBI, grifo nosso).

A análise dos dados sinalizam que há uma margem de limitações que comprometem a autonomia profissional nas ONGs, como por exemplo: os princípios institucionais, os recursos disponíveis, as delimitações dos projetos, dentre outros; estes aspectos culminam por caracterizar tal autonomia como uma autonomia relativa, em função de determinadas condições objetivas de trabalho. Como afirma Assis (2004, p. 124, grifos nossos):

[...] a liberdade de execução é dada desde que sejam seguidos os *princípios ideológicos da instituição*; sem falar que também se percebe que muitos dos *projetos/programas vêm com delimitações* no âmbito da execução e gerenciamento. Então, não se trata de uma liberdade e de uma autonomia propriamente dita, mas da criação de espaços de diálogo na forma de desenvolver o fazer profissional.

Em síntese, a inserção do(a) Assistente Social no espaço sócio-ocupacional das Organizações Não-Governamentais pesquisadas é marcada por exigências institucionais, limites e desafios, estes últimos relacionados à identidade e à autonomia profissional. Podem-se destacar como principais limites: a tendência de desprofissionalização, em que a confusão entre cargo/função e profissão contribui para os interesses dominantes; a sintonia das exigências institucionais à conjuntura de reestruturação, o que acaba por determinar entraves ao cotidiano profissional; e a noção de autonomia caracterizada por aspectos como compromisso e confiança, desconsiderando os elementos objetivos do exercício profissional nas ONGs, uma vez que estas organizações se integram à lógica do capital.

Como afirma Netto (2006, p. 58), “o desafio profissional central com que nos defrontamos é a própria ordem social contemporânea”. Por isso, faz-se imprescindível problematizar e analisar o cotidiano do exercício profissional nas ONGs com a totalidade da realidade social, para assim superar limites e criar possibilidades concretas de intervenção, em conformidade com os princípios e valores do projeto ético-político. É um imenso desafio para a profissão de Serviço Social na contemporaneidade desvendar as exigências e os limites institucionais, atravessados pelas requisições e necessidades do capital em tempos de crise e reestruturação, para além das aparências, particularmente nas ONGs.

Na seção seguinte, serão sistematizados outros aspectos da pesquisa que objetivam dimensões relevantes do exercício profissional nas ONGs associadas à ABONG, em Natal/RN, tais como: o perfil das Assistentes Sociais entrevistadas, as condições de trabalho vivenciadas, bem como as demandas e as respostas profissionais em tais organizações, articulando-os dialeticamente com a totalidade da realidade social.

4 O SERVIÇO SOCIAL NAS ONGS EM NATAL/RN: A OBJETIVAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

As análises sobre a conjuntura societária contemporânea, pautada pela crise do capital a partir de 1970, permitem apreender que as transformações na órbita do trabalho e o redesenho da forma de intervenção do Estado incidem sobre o exercício da profissão de Serviço Social no âmbito das ONGs, caracterizando contradições, limites e desafios cotidianos.

Conforme indicado na introdução deste trabalho, foram realizadas nove entrevistas semi-estruturadas¹⁴³, gravadas, com as profissionais de Serviço Social das quatro ONGs associadas à ABONG, na cidade de Natal/RN. Vale lembrar que, a princípio, seriam dez entrevistas, mas por motivos que expressam as próprias condições de trabalho nestas organizações, como a rotatividade de profissionais vinculada ao tempo de duração dos projetos sociais, um dos sujeitos de pesquisa foi demitido e, assim, só foi possível trabalhar com o quantitativo de nove Assistentes Sociais.

A presente seção prima pelas dimensões diretamente vinculadas ao exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, voltando-se para aspectos que objetivam o cotidiano nas organizações. Para fins de exposição, obedece a uma subdivisão que se expõe da seguinte maneira: perfil; condições de trabalho; demandas e respostas profissionais; e perspectiva das entrevistadas sobre a relação questão social/ONGs/Estado.

A primeira parte da seção deter-se-á ao perfil profissional das Assistentes Sociais entrevistadas, o qual foi elaborado a partir de um questionário, tendo como intuito fornecer informações valiosas sobre os sujeitos da pesquisa.

Na segunda parte, a ênfase será nas condições de trabalho, com destaque para: o tipo de contratação; a carga horária contratada e real; e o volume de atividades (sobrecarga).

Na terceira parte, será discutido o conjunto demandas e respostas profissionais, direcionando o debate para atribuições e funções das entrevistadas, aspectos técnico-operativos e a relação conhecimento e vivência do Código de Ética de 1993.

Na quarta e última parte da seção, serão abordadas as concepções teórico-metodológicas que perpassam o entendimento que as profissionais detêm sobre a relação questão social, ONGs e Estado, na conjuntura atual.

¹⁴³ Ver roteiro de entrevista no apêndice A.

4.1 PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS¹⁴⁴

Nesta subseção serão enfatizadas informações sobre o perfil profissional das Assistentes Sociais, com destaque para: a) ano e local de conclusão da graduação em Serviço Social, articulados à faixa etária das entrevistadas; b) capacitação continuada, considerando a formação atual e a participação em eventos promovidos pelas entidades representativas da categoria e/ou eventos específicos da área de atuação de cada profissional; c) experiência e conhecimento institucional através do tempo de exercício profissional; d) forma de inserção na instituição; e) participação política coletiva, a partir de dois eixos: partido/sindicato/movimento social e conselhos de direitos. O objetivo deste item é situar quem são os sujeitos entrevistados.

a) Ano e local de conclusão da graduação/Faixa etária

NOME FICTÍCIO	ANO CONCLUSÃO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA
Safira	2004	UFRN	Entre 25 e 29 anos
Hortência	1994	UERN	Entre 36 e 41 anos
Violeta	1990	UFRN	Entre 36 e 41 anos
Margarida	2002	UFRN	Entre 36 e 41 anos
Jasmim	2002	UFRN	Entre 30 e 35 anos
Esmeralda	1983	UFRN	Mais de 50 anos
Rubi	1996	UFRN	Entre 36 e 41 anos
Rosa	1999	UFRN	Entre 25 e 29 anos
Jade	2002	UFRN	Entre 25 e 29 anos

Quadro 4 - Ano e local de conclusão graduação/faixa etária

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado – fonte primária.

Conforme o quadro anterior, das nove Assistentes Sociais entrevistadas, quatro concluíram a graduação a partir de 2001, o que nos permite ventilar a possibilidade de que estas profissionais tiveram parte do seu processo formativo orientado pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC em 1996¹⁴⁵, sendo que três delas estão situadas na

¹⁴⁴ O apêndice B condensa algumas informações da pesquisa, por sujeito entrevistado, sobre o perfil profissional e as condições de trabalho.

¹⁴⁵ Em relação às Diretrizes Curriculares de 1996, consideram-se aqui as discussões coletivas e a dinâmica para a elaboração do projeto pedagógico em cada instituição de ensino, culminando com a implantação de tais diretrizes no estado do Rio Grande do Norte a partir de 2001 (na UFRN e na UERN).

faixa etária de 25 a 30 anos e apenas uma delas está com idade entre 36 e 41 anos. O período de conclusão da graduação destas profissionais conduz a apreender que no processo de formação elas tiveram acesso às discussões sobre o projeto ético-político profissional, resultado da luta da categoria, inserida no debate ampliado da classe trabalhadora nas últimas duas décadas do século XX, culminando com o Código de Ética de 1993, a Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996.

As outras cinco profissionais se formaram sob a orientação do currículo de 1982, com três Assistentes Sociais entre 36 e 41 anos de idade, uma profissional entre 25 e 29 anos e outra com mais de 50 anos. É ainda significativo destacar que, do total das entrevistadas, em relação ao local de conclusão da graduação, apenas uma se formou na UERN e as demais concluíram na UFRN.

Desta forma, o estudo possibilita inferir que a formação profissional das entrevistadas está dividida em dois grupos: um que não acompanhou e outro que acompanhou, através da formação profissional, o processo de revisão curricular e as alterações teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão, ao longo dos últimos vinte anos. Tais considerações serão importantes, principalmente para a análise posterior das condições de trabalho, das demandas e das respostas profissionais.

b) Capacitação continuada

Dentre as dimensões que estão presentes no exercício profissional do(a) Assistente Social, a dimensão intelectual é uma das que nos permite “(re)conhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa e as suas necessidades sociais, as quais, por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em requisições à prática profissional” (GUERRA, 2005, p. 10). O exercício profissional é mais que o simples manuseio de técnicas e instrumentos, pois, segundo Guerra (1995), a instrumentalidade da profissão de Serviço Social constitui-se na capacidade, propriedade e particularidades historicamente construídas pela profissão para alcançar os objetivos/finalidades propostos.

Por isso, há a necessidade latente de capacitação continuada na profissão de Serviço Social, o que contribui para uma direção social coerente com o projeto ético-político profissional. É importante, entretanto, ressaltar que interfere, ainda, nesta direção social um conjunto de princípios e valores que norteiam o exercício profissional e que têm relação estreita com a

perspectiva ídeo-política e com as escolhas de cada Assistente Social, pautadas na visão de mundo dos sujeitos profissionais (MOTA, 2003) e na consciência de classe de cada um.

Observa-se na pesquisa uma preocupação majoritária com a capacitação continuada por parte das Assistentes Sociais entrevistadas, pois uma profissional encontra-se apenas com a graduação, enquanto as demais apresentam pós-graduação em nível *lato-sensu* e *strito-sensu*, em andamento ou concluída. Esta constatação demonstra sintonia com duas dinâmicas: a) as exigências atuais de qualificação do mercado de trabalho em tempos de reestruturação capitalista; e b) o incentivo das entidades representativas do Serviço Social (exemplos: CFESS/CRESS e ABEPSS), visto que também é uma das exigências do projeto ético-político-profissional¹⁴⁶. Assim, considera-se uma conquista das profissionais entrevistadas a capacitação continuada possibilitada pelas pós-graduações, principalmente diante dos limites e desafios contemporâneos que perpassam o cotidiano objetivo nas instituições. Este debate é ilustrado no gráfico a seguir:

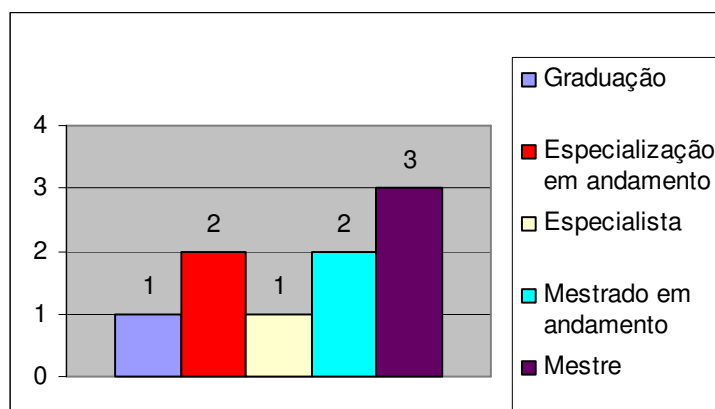


Gráfico 1 – Formação atual

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado – fonte primária.

A preocupação com a capacitação continuada materializa-se, ainda, na participação em eventos voltados para a atuação profissional, com destaque para os específicos da área de intervenção. Das nove assistentes sociais entrevistadas, embora seis afirmem participar, tanto de “eventos específicos da área de atuação”, quanto de “eventos diretamente articulados pela

¹⁴⁶ No Código de Ética de 1993, a exigência de capacitação perpassa vários momentos da sua redação, como por exemplo, no artigo 2º alínea f, sobre os direitos e as responsabilidades gerais do(a) Assistente Social: “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código” (CFESS, 2003, p. 12).

categoria profissional do Serviço Social”, tais como os promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS, ficou evidente nas entrevistas que apenas 50% delas participam de ambos os eventos, havendo uma ênfase nas suas falas para os acontecimentos específicos do campo de atuação profissional, como se pode verificar nos trechos que se seguem:

Do CRESS, eu participo pouca coisa do CRESS, é verdadeiro isso. Participo de algumas coisas na Universidade, quando tem.sabe, eu tenho uma participação muito grande em eventos.... Criança e adolescente eu participei de todas as conferências estaduais, participei de conferência nacional, participei da avaliação dos 10 anos do estatuto em Brasília. Então, eu participei de alguns encontros do fórum do DCA, que é sociedade civil, né? Não é só do DCA. Eu tenho participado demais até, eu acho que eu já participei bastante (ESMERALDA).

Participo, mas esse ano foi o que participei menos (eventos promovidos localmente pelo CRESS). Eu participo, assim, aquele evento que tem do CRESS, é de aniversário... Agora, eu participo... têm umas oficinas que são oferecidas no CCSA (UFRN); tem Semana de Humanidades (UFRN/CCHLA)... Mas, fora isso, um evento ou outro. Os outros eventos são mais da instituição (voltados para a área de atuação) - (SAFIRA, grifo nosso).

As outras três entrevistadas afirmam claramente não participarem de momentos promovidos pelas entidades representativas da categoria profissional do Serviço Social, envolvendo-se apenas em eventos direcionados para a área de atuação profissional, o que fica evidente nos próximos fragmentos:

Como eu estou terminando o Mestrado, agora eu tenho condição de retomar minha formação mais pra instituição (área específica de atuação), com certeza é essa a questão. Minha área de atuação é essa que eu estou te falando, não tenho uma área de atuação da assistente social e sim de educadora (HORTÊNCIA, grifo nosso).

O CRESS sempre me manda, sempre me manda (convite). Não tenho participado (eventos promovidos pelo CRESS), não. Olha, eu tenho até mesmo a questão voltado pras leituras, é muito focado na questão economia solidária, geração de renda... (RUBI, grifos nossos).

A ausência de participação nos eventos organizados pelas entidades representativas do Serviço Social, de certa maneira, explica-se na necessidade real das profissionais de priorizar eventos, com privilégio dos acontecimentos voltados para a missão ou a política social de

intervenção em cada instituição, uma vez que o volume de atividades assumidas pelas profissionais limita o envolvimento em momentos externos à ONG.

A priorização da participação em eventos somente da área de atuação reforça a tendência de desprofissionalização e perda de identidade dos(as) Assistentes Sociais, no âmbito das ONGs, o que fica bastante evidente na fala anteriormente citada, da Assistente Social Hortência. Os Assistentes Sociais não reconhecem claramente suas particularidades profissionais, pois há uma tendência a que todos os profissionais das organizações devam estar aptos e disponíveis para as diversas “necessidades institucionais”, desde planejamento, execução e avaliação, sendo imprescindível o conhecimento acerca da política social específica em que atuam.

Outro elemento apontado na pesquisa refere-se ao aprofundamento de questões e debates por meio da “participação em grupos de estudo”, sendo que apenas duas profissionais declararam participar de tais momentos de capacitação: uma na área específica de atuação e uma no debate articulado com a profissão; inclusive, a totalidade das entrevistas demonstra pouco tempo disponível das Assistentes Sociais para o estudo coletivo.

c) Tempo de exercício profissional na instituição

A pesquisa revela uma situação peculiar, em relação ao tempo de exercício profissional na instituição: por um lado, apresenta quatro Assistentes Sociais que estão atuando há bastante tempo na organização, com variação entre sete e dez anos e, por isso, acumulam certa experiência sobre ONGs e terceiro setor; por outro lado, há três profissionais com pouco tempo de atuação institucional, variando entre um e três anos, e ainda duas Assistentes Sociais recém-contratadas, com menos de um ano; conforme gráfico 2.

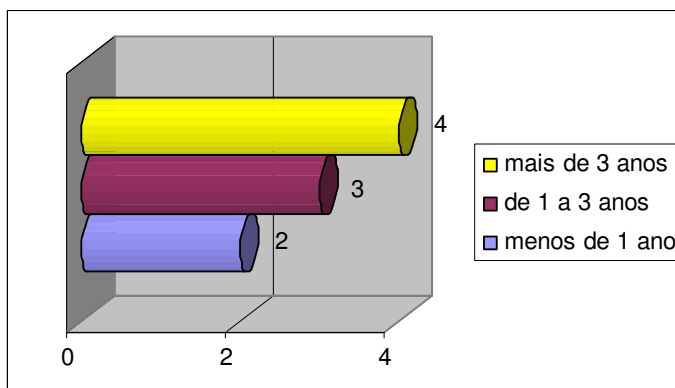


Gráfico 2 - Tempo de trabalho na instituição

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Os dados indicam que, nos últimos anos, tem aumentado a rotatividade dos profissionais, provavelmente em face da contratação por tempo determinado, por motivo da duração dos projetos.

O tempo de exercício profissional na instituição, portanto, está vinculado, também, à questão do tempo de financiamento dos projetos sociais nas ONGs; fato este que varia muito e promove esta oscilação de tempo de exercício profissional na organização, colaborando para a perda de continuidade das atividades.

d) Forma de inserção na instituição

Em relação à “forma de inserção na instituição”, as entrevistadas destacam, majoritariamente, dois tipos: indicação e seleção. A seleção, declarada pelas profissionais, segue padrões que a mesclam com a indicação; isto porque esta seleção ocorre a partir da sugestão prévia de alguns nomes, por parte de outros profissionais da organização, sendo critério fundamental para a participação do(a) “candidato(a)” a experiência na área de atuação da ONG contratante.

Então, assim, o meu primeiro contato com (nome da instituição) foi em 96 (século XX), quando eu estava terminando minha graduação, na UFRN, né? Eu tinha um contato aqui com (nome de componente anterior da ONG), que nessa época ela trabalhava, ela era prestadora de serviço na instituição. E aí eu fui convidada (RUBI, grifos nossos).

O outro tipo de inserção que aparece, de forma minoritária, no caso de duas Assistentes Sociais entrevistadas, é o “estágio obrigatório” realizado anteriormente na instituição. Uma das profissionais relata ter participado de uma “seleção apenas para estagiárias”, o que conduz a entender que a realização de estágio anterior definiu sua contratação na ONG.

É, porque foi uma seleção só pra ex-estagiárias. Que é até uma das coisas, né? É que tinha que ser mulher, porque como se trabalha com grupos de mulheres, em alguns casos... É, assim, fica melhor, se for uma mulher que tiver trabalhando com os grupos... se você for trabalhar violência... né? (SAFIRA)

É, cheguei aqui como estagiária, fiz meu estágio curricular aqui, né? Terminei em 99 (século XX) e fiquei prestando serviços... Desde quando eu terminei o meu estágio curricular eu fiquei com vínculo com a instituição. Agora, não era, vínculo muito é... Tinha um planejamento, então me chamavam pra fazer, né? a sistematização e tal. Então, desde 99 (século XX, grifo nosso) que eu mantenho um vínculo. (ROSA, grifos nossos).

Apenas uma das entrevistadas revelou uma forma diferente de inserção que foi a condição de “fundadora”: “Aqui? Não, eu sou uma das fundadoras, sou uma das fundadoras” (VIOLETA). Tal fato explica a presença contínua desta Assistente Social na instituição por um tempo considerável (dez anos).

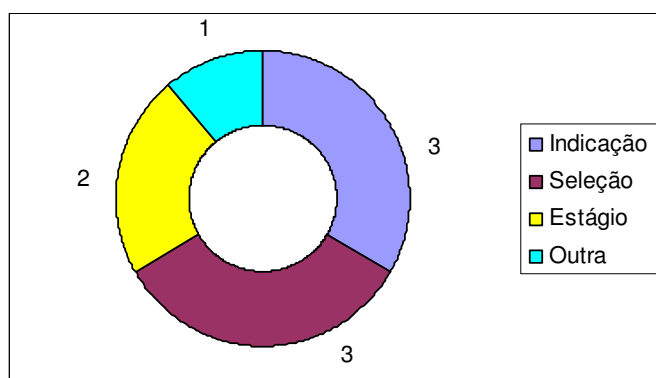


Gráfico 3 – Forma de inserção na instituição

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

As respostas indicam que a forma de inserção nas ONGs obedece a situações variadas, como se verifica no gráfico 3, tais como: indicação, seleção, estágio obrigatório anterior, condição de fundadora. Tal variação termina por limitar as possibilidades de contratação. Em se

tratando de organizações que trabalham na perspectiva de defesa de direitos e de interesses coletivos, seria indicada uma ampla divulgação das vagas, por exemplo, através de um edital de seleção.

Ainda se percebe que o estágio e o conhecimento prévio sobre a área de atuação da ONG são considerados critérios determinantes para a contratação, o que revela que um grupo específico tem acesso aos processos de seleção em tal espaço sócio-ocupacional, particularmente nas pesquisadas.

Na realidade, as ONGs são instituições contraditórias, que têm limitações condicionadas, principalmente, pelas suas condições objetivas de funcionamento e gestão, em função de projetos e de financiadores. Assim, viabilizam poucas seleções e contratações. Vale lembrar que estas organizações se inserem na conjuntura de reestruturação geral do capital e, por isso, não se distanciam da dinâmica atual do mundo do trabalho (desemprego, trabalho precarizado, dentre outros aspectos).

e) Participação política coletiva

A participação política coletiva das Assistentes Sociais entrevistadas foi considerada a partir de dois eixos: a) participação em partido político, sindicato, movimento social; e b) participação em conselhos de direitos/políticas sociais.

O próximo gráfico ilustra o envolvimento das Assistentes Sociais no primeiro eixo de participação política coletiva, com destaque para as opções: partido político e movimento social. Das entrevistadas, cinco alegam ter alguma forma de participação política, sendo que destas: uma é filiada a partido político (PT); uma, simultaneamente, participa de partido político (PT) e movimento social (mulheres); outra declara também ser filiada a partido (PT), mas está, no momento, efetivamente afastada; duas afirmam participar ativamente de movimento social (meninos e meninas de rua; mulheres).

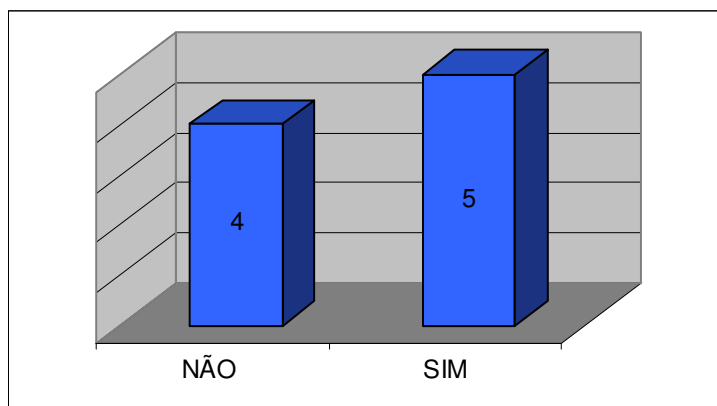


Gráfico 4 – Participação em partido político, sindicato, movimento social

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

O vínculo das entrevistadas ao tipo de movimento social tem estreita relação com a política social que a ONG em que trabalham intervém. Já o vínculo ao partido político tem relação direta com o momento de formação profissional, pois as Assistentes Sociais afirmam que a filiação ocorreu ainda durante a graduação, caracterizando-se, não como uma demanda institucional e sim, como uma escolha pessoal, fundamentada em determinada concepção político-ideológica. É o que se verifica nos trechos que se seguem, sobre a participação política coletiva, nos quais as entrevistadas revelam que participam:

Mais movimento social. Partido também, se bem que eu tô afastada, mas eu sou filiada a um, né? Ao PT. (HORTÊNCIA).

Eu sou filiada, mas depois que eu entrei no mestrado eu tenho me afastado, assim, não tenho estado... Também com essa crise toda, né? do partido, mas não é nem por isso, é questão de tempo mesmo. Quando eu entrei na UFRN (no momento da graduação) eu já era filiada... Participava ativamente [...], é eu sou filiada, mas como dizia (...) eu tô meio desviada do partido, mas pretendo voltar (MARGARIDA, grifo nosso).

As outras quatro Assistentes Sociais que declararam não ter nenhum tipo de participação política coletiva alegaram a “ausência de tempo” como o elemento que justifica tal resposta, pois desempenham várias atividades e mantêm envolvimentos diversos na vida pessoal e profissional.

Não, não. Assim, tipo filiado a partido, movimentos sociais só enquanto representação da instituição, na representação institucional. (risos) Eu,

enquanto cidadã, não tenho tido muito tempo (risos da entrevistada) – (JADE).

O gráfico 5 indica a participação política coletiva através dos Conselhos de Direitos/Políticas Sociais. Do total de sete Assistentes Sociais que afirmaram não participar de conselho de política social, cinco declararam nunca terem tido qualquer contato, demonstrando certo desconhecimento sobre tal instrumento de controle social, garantido na Constituição de 1988. As outras duas Assistentes Sociais dizem não mais acompanhar tais espaços por falta de tempo no momento atual, deixando explícito que o envolvimento anterior foi em função da área de atuação, ou seja, na representação institucional.

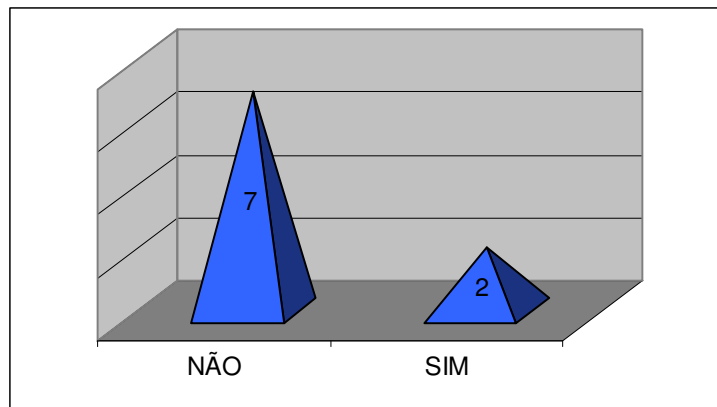


Gráfico 5 – Participação em Conselho de Direitos

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Em relação às duas Assistentes Sociais que participam de conselhos de direitos, ambas enfatizaram que representam a ONG em tais espaços, sendo uma Conselheira Estadual da Assistência Social e a outra Conselheira Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fica nítido o vínculo institucional como condição para a inserção em tais espaços de controle social e discussão das políticas públicas.

A participação, tanto nos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, quanto nos espaços de controle social, tais como os conselhos, são momentos que possibilitam intervenção efetiva nas políticas sociais, no embate direto dos interesses de classe e na luta por direitos sociais e por políticas públicas.

O tempo presente dificulta a mobilização e a organização política e coletiva dos sujeitos, principalmente por dois aspectos: a) as metamorfoses no mundo do trabalho atingem os trabalhadores na sua forma de ser, de perceber-se e de organizar-se enquanto classe, reforçando a fragmentação e a desmobilização; e b) a sociabilidade capitalista, neste momento, precisa, para garantir o processo de reestruturação, incentivar posições individualistas e competitivas, em detrimento de posturas que visem à coletividade. Isto implica na tendência dos trabalhadores se fixarem na busca do atendimento de suas necessidades imediatas, comprometendo as possibilidades de participação e organização política. Esta conjuntura tem se intensificado e interferido também na participação dos Assistentes Sociais nos espaços políticos de luta por interesses mais coletivos, como se identificou na pesquisa realizada.

4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO NO UNIVERSO DAS ONGS: PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO¹⁴⁷

Neste estudo, consideram-se como elementos indicativos das condições de trabalho: a forma de contrato, o acesso a direitos trabalhistas, a questão salarial, a carga horária e a rotina de atividades desenvolvidas. Tais elementos estão articulados às modificações que atingem a objetividade do trabalho na contemporaneidade. Desta forma, nesta subseção, serão analisados os seguintes pontos: a) tipo de contratação, ou seja, os vínculos empregatícios com as organizações (CLT e temporário) e os seus desdobramentos no cotidiano; b) o conjunto remuneração em salários mínimos e a carga horária em contrato e efetiva; c) a rotina de trabalho, destacando as viagens como elemento importante do exercício profissional; e d) a instabilidade como questão de insatisfação das entrevistadas. Aqui são elucidados aspectos objetivos do exercício profissional nas ONGs estudadas.

a) Tipo de contratação

Um dos pontos que objetivam as condições de trabalho a que um profissional está submetido é o tipo de contratação efetuada, ou seja, o vínculo empregatício com a instituição contratante; é o que se verifica no próximo gráfico:

¹⁴⁷ Vale lembrar que o apêndice B contém algumas informações sistematizadas, por sujeito entrevistado, sobre as condições de trabalho, além de condensar dados sobre o perfil profissional.

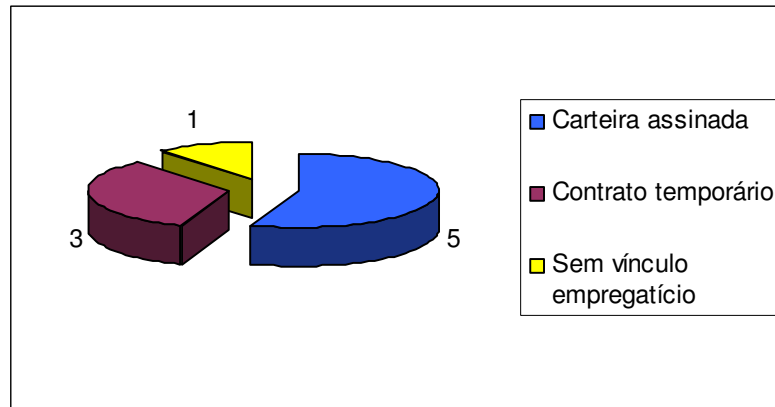


Gráfico 6 – Tipo de contratação

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

No caso particular desta pesquisa, cinco ou 56% das entrevistadas têm carteira assinada, tendo acesso a todos os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este tipo de contratação “celetista”, entretanto, não garante segurança para o(a) profissional, ou melhor, um vínculo estável e ilimitado de tempo de serviço. Isto porque o vínculo empregatício está diretamente condicionado ao tempo de vigência dos projetos da Organização Não-Governamental; ou seja, o que determina a permanência da Assistente Social na organização é o tempo de duração dos projetos institucionais aos quais ela está vinculada. A instabilidade no desenvolvimento das ações está nitidamente presente no cotidiano do(a) trabalhador(a), o que caracteriza uma situação de precariedade e provisoriade. Os fragmentos de entrevistas que se seguem retratam as incertezas e angústias geradas pela condição de precariedade:

É, o meu (contrato) tá vinculado ao tempo do projeto. Assim, sempre tem a chance de renovar, ou tentam outro projeto. É assim mesmo, ONG vive disso, né? Tentar fazer projeto, tentar passar (SAFIRA, grifo nosso).

Assim, a carteira é assinada, mas quando termina o projeto, se não tiver outro projeto, eu já sei que vou sair da instituição, não tenho “vínculo empregatício” (segurança no trabalho), mas é carteira assinada (MARGARIDA, grifo nosso).

Um tempo de um ano, com possibilidade de ser renovado, porque como se iniciou agora, até então não era, começou agora em julho carteira assinada, né? E, aí, o projeto é de um ano, então já foi acertado no início que seria um ano, com possibilidade de renovação do projeto, primeiro dá baixa e depois renova (JASMIM).

A estratégia utilizada pelas ONGs são as demissões, readmissões e os contratos temporários, a partir da renovação ou da aprovação de um novo projeto que garanta o pagamento dos salários e dos encargos; esta é a condição de permanência, ou não, na instituição, para todos os profissionais. É mesmo uma situação de instabilidade e incerteza que envolve o exercício profissional nestas organizações, o que é compatível com o contexto do mundo do trabalho na atualidade.

Eu fui demitida uma vez, mas por um acordo coletivo que nós fizemos com a instituição por problemas, dificuldades financeiras, todo mundo entrou no mesmo processo e nós continuamos trabalhando como contrato e a nossa carteira foi dado baixa. Então, depois que a instituição foi incorporando outros projetos, a gente foi sendo incorporado, à medida que foi surgindo outras oportunidades pra a instituição. Eu passei um ano e meio sem carteira assinada, mas trabalhando ainda, aí com um ano e meio depois eu fui recontratada. Agora eu tô com carteira assinada. O projeto que eu tô hoje tem duração de três anos. Um projeto numa instituição varia de um a quatro anos (HORTÊNCIA).

Uma situação bem particular é o caso de uma Assistente Social que estava, no momento da entrevista, sem contrato de trabalho, porque o projeto ao qual estava vinculada foi concluído e não havia nenhum outro projeto, na instituição, que a possibilitasse assumir as responsabilidades trabalhistas com a profissional. O agravante desta situação é que a Assistente Social permanecia trabalhando normalmente na ONG, sobrevivendo de um benefício social do Estado (seguro desemprego) e aguardando a aprovação de um novo projeto.

Até junho de 2006 eu era carteira assinada, agora eu estou... Estou, de acordo com o Ministério do Trabalho, desempregada, estou recebendo seguro desemprego, até dezembro. [...] eu continuo trabalhando normalmente [...] Foi porque o projeto que eu estava contratada acabou em julho de 2005 e nós ainda não conseguimos a renovação. Nós demitimos todas as pessoas desse projeto, eu e mais três pessoas, as pessoas continuam trabalhando e a gente tá negociando novos projetos com a cooperação internacional; quando a gente firmar novos convênios com a cooperação internacional recontrata as pessoas (VIOLETA).

As outras três Assistentes Sociais entrevistadas afirmaram ter contrato temporário; entretanto, a condição de vínculo destas profissionais com a instituição também estava atrelada à duração dos projetos sociais, com o agravante de as Assistentes Sociais não terem acesso a nenhum direito trabalhista e aceitarem esta condição sem resistência ou reflexão mais crítica,

uma vez que, “aceitar a condição de ficar à disposição significa uma estratégia de sobrevivência [...]” (NICOLAU, 2005, p. 174).

[...] quando a gente trabalha o tempo todo tratando a questão da cidadania, buscando esse resgate, discutindo com o público os direitos e os deveres, dentro disto está a cidadania, né? Entendendo que, muitas vezes, dentro desses direitos a gente abre mão de nossos próprios direitos. Mas, muitas vezes, na maioria das vezes, vamos dizer assim, a gente renuncia alguns direitos, em prol de uma causa maior, não é por uma causa qualquer, né? E a compreensão também passa, muitas vezes, no sentido de que você não pode... não é possível dentro do projeto ter uma carteira assinada. Então, há perdas de direitos [...] Por exemplo, eu tô aqui, eu sei os direitos que eu estou abrindo mão, eu não estou inocente. Mas, eu estou consciente, né? E tenho um compromisso muito grande com a instituição. Então, eu não vou cobrar isso porque eu sei que a instituição... se não as portas fecham, né? (RUBI).

Cabe ressaltar que se percebe uma tendência de alteração no tipo de contratação dos trabalhadores nas ONGs associadas à ABONG, no município de Natal: a transição dos contratos temporários para a condição de carteira assinada. Considera-se esta tendência um avanço e, ao mesmo tempo, uma conquista dos profissionais nas ONGs, uma vez que garante alguns direitos trabalhistas. Por outro lado, mesmo com a transição, provavelmente permanecerá o tempo de duração dos projetos sociais (aprovados e/ou renovados) como condicionante do tempo de serviço em tais organizações, perpetuando, assim, a condição objetiva de precarização do trabalho.

Tal situação está em sintonia com as transformações no mundo do trabalho, que estimulam precarizações nas relações contratuais e empregatícias, com terceirizações e subcontratações em função das necessidades do capital. As ONGs seguem as orientações do capital mundializado e adequam-se a elas, reorganizando suas relações e condições de trabalho, tal como os grandes e pequenos empregadores. Neste sentido, Alves e Tavares (2006, p. 432) fazem uma reflexão interessante:

Como forma de racionalização econômica, as grandes empresas reorganizam o trabalho de modo a flexibilizá-lo de inúmeras formas, mudando a jornada de trabalho, a remuneração, os cargos e também aumentando a responsabilidade do trabalhador. Dessa forma, criam-se e recriam-se novas relações e formas de trabalho.

Segundo Nicolau (2005, p. 170), “a realização da atividade profissional implica objetivamente a apreensão da certeza do salário como condição para a reprodução da sua força de trabalho [...]”, o que gera possibilidades concretas de planejamento da vida pessoal e profissional. Se há dúvidas e incertezas quanto à execução e à continuidade das atividades, instaura-se uma situação de provisoriedade, o que, mais uma vez, caracteriza a precarização.

A precarização, portanto, desdobra-se nos campos subjetivo e objetivo da vida dos sujeitos, com repercussões na organização política, na capacidade de apreensão da totalidade social e, conseqüentemente, na possibilidade de fazer a crítica qualificada aos processos sociais.

Assim, no contexto atual de expressivas mudanças (trabalhadas na seção 2 deste estudo), as entrevistas indicam certa dificuldade dos indivíduos, seja com contrato de trabalho “celetista” ou temporário, identificarem as determinações sócio-históricas que incidem na vida cotidiana, caracterizando um tempo de forte propensão à passivização e à adesão ideológica dos segmentos do trabalho, diante dos reordenamentos do capital.

b) Remuneração¹⁴⁸/Carga horária e suas articulações

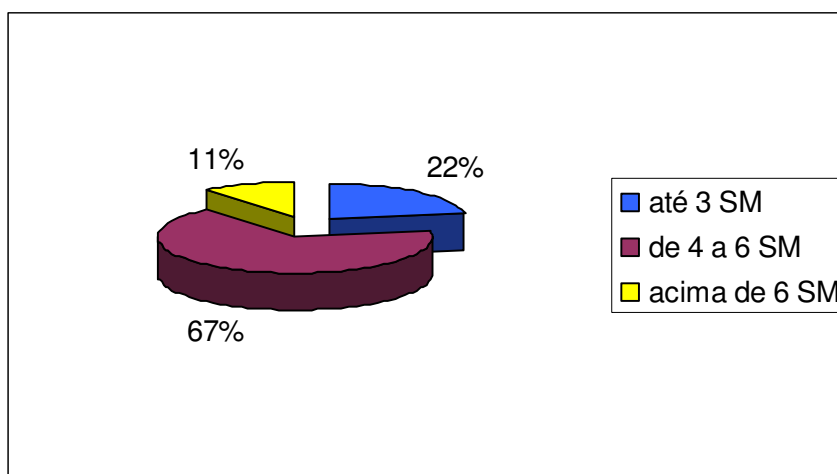


Gráfico 7 – Remuneração (salário mínimo)

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

¹⁴⁸ No momento sócio-histórico que foi realizada a pesquisa e a análise dos dados, o salário mínimo no Brasil correspondia ao valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

A partir do gráfico 7, identifica-se que, majoritariamente, das Assistentes Sociais entrevistadas, 67%, ou seis delas, recebem entre 4 e 6 salários mínimos. Um dado em destaque é que uma parcela significativa das profissionais, 22%, recebem salários até 3 mínimos¹⁴⁹.

Acredita-se que os aspectos remuneração e carga horária formal de trabalho, articulados, são relevantes e podem oferecer valiosas contribuições no estudo das condições de trabalho vivenciadas pelas Assistentes Sociais nas ONGs pesquisadas. Por isso, os resultados destes dois aspectos foram cruzados, sendo identificado que: a) das profissionais que recebem entre 4 e 6 salários mínimos, cinco declararam 40 horas semanais de trabalho e uma, 20 horas; b) entre as que recebem até 3 salários mínimos, todas afirmaram, formalmente, trabalharem 20 horas semanais; e c) a única Assistente Social que recebe acima de 7 salários afirma constar, na sua carteira profissional, 40 horas semanais.

FAIXA SALARIAL (salário mínimo)	DISTRIBUIÇÃO POR CARGA HORÁRIA E FUNÇÃO							
	Execução		Coordenação Pedagógica		Coordenação Institucional		TOTAL	
	20 h	40 h	20 h	40 h	20 h	40 h	20 h	40 h
Até 3 salários	1	--	--	--	1	--	2	--
De 4 a 6 salários	--	3	1	--	--	2 ¹⁵⁰	1	5
Acima de 7 salários	--	--	--	--	--	1	--	1
TOTAL	1	3	1	--	1	3	3	6

Quadro 5 – Faixa salarial, carga horária e função

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Para complementar essa análise, o quadro 5 articula à remuneração, a carga horária formal de trabalho e a função assumida pelas entrevistadas. Note-se que, na função exclusiva de

¹⁴⁹ Segundo pesquisa realizada por Carneiro (2005) nas instituições (vinte e uma) do terceiro setor em Natal/RN que possuíam o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, 43% das entrevistadas, num total de dezesseis, recebiam entre 1 e 3 salários mínimos; o que revela um salário baixo para os(as) Assistentes Sociais que trabalham em tais espaços sócio-ocupacionais.

¹⁵⁰ O salário de uma das Assistentes Sociais em questão refere-se ao valor que a mesma recebia quando estava com a carteira assinada na instituição. Vale ressaltar que esta profissional encontrava-se, no momento da entrevista, sem contrato de trabalho, recebendo o benefício do seguro-desemprego.

execução, majoritariamente, encontram-se Assistentes Sociais com a carteira assinada, trabalhando 40 horas e recebendo entre 4 e 6 salários, com exceção de uma delas que tem contrato de trabalho temporário, carga horária de 20 horas e recebe até 3 salários mínimos.

Em relação à função de **coordenação pedagógica**, esta é uma atividade assumida recentemente, na qual a profissional foi contratada em caráter de experiência, estando há menos de um ano na instituição e, por isso, com carga horária de 20 horas e sem carteira assinada.

Percebe-se ainda que as Assistentes Sociais, em sua maioria, na função de **coordenação institucional** têm carga horária de 40 horas, razoável tempo na instituição (mais de três anos) e recebem entre 4 e 6 salários. Cabe ressaltar que duas destas entrevistadas (com 40 horas) acumulam as funções de coordenação institucional e execução, engendrando uma sobrecarga de trabalho sem adicional de valor nos salários, com exceção da profissional que recebe acima de 7 salários (recebe um valor adicional por ocupar função de coordenação)¹⁵¹.

Outro fato interessante é que as Assistentes Sociais que trabalham 20 horas não apresentam carteira assinada, com exceção de uma delas que, recentemente, assumiu a função de coordenação institucional (antes estava apenas na execução e já tinha carteira assinada). Vale ainda considerar que duas das profissionais que trabalham 20 horas têm outro vínculo institucional, nos respectivos casos com o Estado (uma na esfera municipal e a outra na esfera estadual).

Os dados revelam que a articulação entre o salário, a carga horária e as funções assumidas geram e indicam sutilezas que necessitam ser aprofundadas, como por exemplo, ser analisada a rotina efetiva de trabalho. Isto porque o viés da precarização e da exploração aponta para o descompasso entre o tempo de trabalho estabelecido no contrato e o reconhecido, pelas entrevistadas, como efetivamente consumido.

c) Rotina de trabalho: excesso de atividades e realidade de viagens

Segundo análise dos depoimentos, a definição da carga horária de 20 horas ou 40 horas é algo meramente formal, visto que o trabalho efetivo das Assistentes Sociais nas organizações

¹⁵¹ Uma das ONGs estudadas, no período de realização da pesquisa, estava em processo de revisão dos valores dos salários de 20 e 40 horas, buscando oferecer um valor adicional para as profissionais que estivessem assumindo funções de coordenação/assessoria institucional.

supõe que o tempo delimitado no contrato seja excedido. Em todas as entrevistas, com as singularidades de cada uma, está presente o descompasso entre a carga horária formal de trabalho e o tempo efetivamente consumido no cotidiano profissional para a realização das atividades e funções, como se pode observar nos trechos destacados:

Calcule aí... tem dias que é dez horas de trabalhos, tem dias que é 12 horas. É acima de 40 horas semanais. Noite, final de semana, feriado, não tem dia nem tem hora (VIOLETA).

Formalmente 40 horas, mas no real acaba sendo mais de 40 horas (JASMIM).

É umas 20 horas, mais ou menos, porque a gente sabe que quem trabalha com o social e, principalmente, aqui, que a demanda é muito grande [...] (JADE).

Alguns aspectos que caracterizam uma jornada de trabalho intensiva estão presentes nas entrevistas, possibilitando identificar a exploração e a precarização, tais como: a rotina de viagens; o acúmulo de funções e atividades (planejamento, execução, monitoramento e avaliação; coordenação e assessoria; atividades externas de representação institucional); a captação de recursos; a agenda de atividades junto aos financiadores, dentre outros. Esta situação proporciona, concretamente, a elasticidade do horário comercial de trabalho que se estende para o horário de almoço, o final de semana e à noite (em alguns casos), com desdobramentos nas residências das Assistentes Sociais, pois o tempo passado na instituição é insuficiente para atender ao volume de atribuições e responsabilidades. Na prática, para realização efetiva das atividades, é exigido um tempo de trabalho excedente que não é pago às profissionais, explicitando as estratégias atuais de exploração. O fragmento a seguir caracteriza, de forma privilegiada, a rotina de uma das profissionais que realiza trabalho de campo (nas comunidades) e, assim, ocupa as funções simultâneas de execução e coordenação institucional, retratando a realidade de exploração dos trabalhadores no espaço das ONGs.

Olha, quando é semana que eu estou no escritório eu tenho que dar conta dos encaminhamentos das viagens. Eu acompanho hoje nove assentamentos e uma comunidade rural, né? São dez comunidades e essas dez comunidades me trazem muitas demandas, principalmente demandas de elaboração de projetos, elaboração de correspondências, contatos com órgãos públicos, é organização de prestação de contas das comunidades, organização de documentação, estudar pra preparar atividades, articular outras pessoas que não são (nome da instituição) pra participar das atividades nestas áreas, né? Então eu, quando eu

estou no escritório eu encaminho todas as coisas que ficaram pendentes das viagens, e quando eu estou no campo, eu desenvolvo as atividades já planejadas [...] minhas atividades se centram mais em oficinas, cursos, seminários, reuniões de mediação política, interlocução com órgãos públicos [...] federais, estaduais e municipais, então eu me centro muito nestas atividades. [...] eu chego pela manhã, eu geralmente chego aqui entre oito e nove horas da manhã e fico direto, almoço, retomo o trabalho e saio seis e meia, sete horas da noite, quando eu chego em casa, que dou uma relaxada, vou pro computador fazer várias coisas no computador que não deu tempo fazer aqui durante o dia. Por isso que o meu trabalho não termina às sete horas da noite quando eu saio daqui do escritório (VIOLETA, grifo nosso).

Do total de nove Assistentes Sociais entrevistadas, sete se submetiam à rotina de viagens como parte do seu trabalho nas ONGs: a) quatro Assistentes Sociais realizam trabalho de campo na área rural e, por isso, viajam com uma frequência intensa: até três vezes por semana, em função das atividades e/ou por obrigatoriedade dos projetos, com retorno no mesmo dia, o que torna o trabalho bem mais desgastante (vale destacar que duas delas ainda acumulam a função de coordenação na organização); b) duas realizam viagens de forma mais esporádica, pelo menos uma vez por mês, ausentando-se, no mínimo, dois dias para distâncias mais longas, com o objetivo de representar a instituição e/ou por exigência dos projetos da organização (cabe enfatizar que estas profissionais desempenham também a função de coordenação institucional ou assessoria técnica); e c) uma Assistente Social que atua exclusivamente no âmbito da execução e realiza viagens também esporádicas, com frequência relacionadas à necessidade das atividades desempenhadas, conforme planejamento do projeto que acompanha. Apenas duas entrevistadas desenvolvem um trabalho totalmente interno, já que uma delas realiza atendimento e a outra desenvolve atividades voltadas para a função de coordenação pedagógica.

A partir das análises, considera-se que as Assistentes Sociais que desenvolvem trabalho de campo nas comunidades rurais têm uma rotina de trabalho exaustiva, devido ao desgaste físico e emocional proporcionado pela frequência de viagens e o simultâneo trabalho interno realizado nas instituições. Como indica a entrevistada a seguir, é uma rotina cansativa de atividades junto aos grupos, nos municípios acompanhados:

São cinco municípios, cada município nós temos três grupos de jovens, três de mulheres e um de lideranças, que é o que a gente chama de políticas públicas que é as lideranças. Sendo que dos jovens, é um grupo no centro, no centro da cidade e dois grupos na zona rural, mulheres a mesma coisa, um grupo no centro e dois grupos na zona rural. Ao todo hoje a gente acompanha trinta e

cinco grupos. Somos cinco educadores, pra dá (risos da entrevistada) conta dessa demanda aí (MARGARIDA).

Ainda em relação à rotina das viagens, é relevante considerar as condições em que ocorrem os deslocamentos: a) quanto ao transporte: as que realizam trabalho nas comunidades fazem uso do carro da ONG e as que viajam para distâncias mais longas, como é vivenciado pelas Assistentes Sociais da coordenação institucional, utilizam avião; e b) quanto ao pagamento das despesas: nenhuma das profissionais recebe diária, mas são ressarcidos os gastos com alimentação e hospedagem (caso necessite voltar no dia seguinte), visto que esses gastos são previstos nos projetos das ONGs.

Tem cooperantes que eles pagam toda essa parte de hospedagem, né? De passagem, tudo. E há situações em que o projeto que a gente, né? O projeto ele tem uma verba que cobre esse tipo de atividade, então depende do proj... Ou a própria instituição ou os cooperantes, depende, que não deixa de ser o cooperante, né? Porque tá inserido no projeto (JADE).

Recurso para alimentação, para transporte e se tiver dormida, pra hospedagem. Não é diária, o que a gente recebe presta conta, o que sobra devolve (VIOLETA).

O exercício profissional das Assistentes Sociais que se submetem à realidade das viagens também depende dos recursos destinados e aprovados pelos financiadores. Outro depoimento retrata os limites e a precariedade das condições do trabalho no local das comunidades acompanhadas, particularmente, quanto à alimentação em função dos recursos delimitados pelo financiador:

Hoje como é que se dá isso? Esse recurso... A instituição faz compra... a gente tem pouco dinheiro, esse novo projeto ele veio assim super-limitado, né? Aí, a gente tem pouco dinheiro, tanto pra viagem... pras atividades. Aí, o quê que acontece? Nós levamos um kit, que a gente chama de kit, a gente leva o arroz, a verdura, a carne... a mistura, e uma pessoa da comunidade faz essa comida pra gente, a gente come na casa do pessoal que a gente trabalha. E aí, quando precisa dormir, se tiver atividade de dois dias, quando é seminários, cursos e essas coisas que precisa de mais horas, aí é por conta da instituição. Porque o projeto garante; quando eu estou falando da instituição é o projeto que financia (MARGARIDA).

Também é evidente, a partir da análise do conjunto do material empírico, que as Assistentes Sociais que viajam a trabalho não recebem horas extras ou valor adicional nos seus salários.

Por outro lado, é difícil e conflitante falar sobre o processo de exploração vivenciado nas instituições e, por isso, algumas Assistentes Sociais tentam reduzir o conflito entre trabalho excedente e valor pago, justificando que as ONGs permitem “flexibilidade”¹⁵² nos horários de trabalho¹⁵³, satisfação pessoal e profissional, dinamismo, ou mesmo que trabalham nas organizações por compromisso, ou por uma “questão de perfil”, dentre outras explicações. Os trechos de entrevistas que se seguem enfatizam algumas destas explicações:

[...] é uma questão da *flexibilidade*; claro, amanhã à tarde (um sábado) a gente vai estar aqui numa reunião, mas eu sei que, se eu tenho uma consulta, uma coisa, eu sei que eu posso... Então, há uma flexibilidade por parte da instituição nesse sentido. Então, eu acho que ela é compensado, né? (ROSA; grifo nosso).

[...] é o *meu perfil* também, né? Tem essa história do perfil de cada um, porque lá... (outro emprego) eu sempre trabalho além do meu horário lá, questão de relatórios em casa, é muito do perfil também, talvez seja o meu perfil e não o... (risos da entrevistada) – (JADE; grifos nossos).

Porque na ONG, como (nome da instituição) e como outras que eu conheço, você tem que ter *compromisso*, há uma precarização do trabalho porque, dado o compromisso, a gente trabalha dez, catorze, eu já, eu já tive um momento aqui (nome da instituição) que eu fiquei quarenta e oito horas dentro do escritório. Isso é compromisso, é uma precarização do trabalho, é compromisso! Num órgão público você não vê isso, você não vê isso, são diferenças gigantescas, gigantescas (VIOLETA; grifos nossos).

Mecanismos de convencimento ideológico da exploração são reforçados pelo capital para controle e adesão da classe trabalhadora, como por exemplo: a criação do chamado “banco de horas”, em que as horas extras trabalhadas são pagas com possíveis folgas; e o enaltecimento de concepções subjetivas a favor dos interesses capitalistas, como as idéias de compromisso,

¹⁵² Na articulação com as transformações no mundo do trabalho, pode-se dizer que a palavra flexibilidade é excessivamente utilizada, na contemporaneidade, como algo positivo para o trabalhador, mas apenas na sua aparência, porque a real flexibilidade só beneficia ao capital e aos seus representantes.

¹⁵³ Isto porque as profissionais têm a possibilidade de compensar suas horas de trabalho dedicadas às viagens ou simplesmente as horas extras na instituição, com folgas, a partir das necessidades pessoais de cada uma.

competência e dinamismo no universo das ONGs, elementos que terminam por contribuir com a hegemonia dominante. Nicolau (2005, p. 192) chama a atenção de que os profissionais:

Ao tentarem reduzir o conflito no qual se concretiza a relação trabalho x salário, deslocando numa pretensa positividade, os sujeitos diluem o conteúdo do trabalho [...] num contexto de relações sociais concretas de produção. O trabalho deixa de existir no concreto de seu processo de objetivação, e passa a existir no plano ideologizado e abstrato do gostar, do identificar-se, da satisfação. Em conseqüência, os sujeitos, em seu dizer, deslocam o eixo social do trabalho, para o eixo individual do gostar, do prazer, da realização profissional.

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que a rotina de trabalho nas ONGs, caracterizada pelo excesso de atividades, pela polivalência de funções assumidas e pela realidade exaustiva e precária das viagens às comunidades acompanhadas nos projetos, revela que o sistema de exploração do capitalismo contemporâneo incide decisivamente sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais nas Organizações Não-Governamentais.

d) A questão da instabilidade na ONG

Nesta subseção analisa-se que a realidade institucional das Organizações Não-Governamentais é marcada por uma instabilidade contundente que revela a precariedade e a exploração contemporânea da classe trabalhadora, tanto pelo tipo de organização que se constitui nos limites do terceiro setor, como pelas condições de trabalho vivenciadas pelos profissionais, incluindo os(as) Assistentes Sociais.

Conforme discussões efetuadas na seção 3 (item 3.3.1.), as ONGs mantêm uma dependência orgânica dos financiamentos dos “parceiros” no plano concreto da realização do trabalho e do funcionamento institucional, ou seja, na condução das ações (execução e planejamento), na aplicação dos recursos, na situação da infra-estrutura (equipamentos, espaço físico, recursos materiais e didáticos), nas condições de trabalho dos profissionais, inclusive determinando o tipo de contrato, a carga horária e a continuidade das ações.

Num discurso, ora organizado e crítico, ora desarticulado e ingênuo, as profissionais expressam, através das suas singularidades, as contradições e os limites do trabalho efetivado no espaço das ONGs. Com maior ou menor facilidade em articular as informações, as Assistentes

Sociais apontaram nas entrevistas um conjunto de dificuldades vivenciadas nas suas condições de trabalho, com falas majoritárias que reproduzem o sistema de exploração e precariedade que envolve as Organizações Não-Governamentais. Segue quadro que sistematiza as respostas voltadas para “os aspectos negativos do trabalho na ONG”:

ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO¹⁵⁴	
TIPO	INCIDÊNCIA ENTRE AS ENTREVISTADAS
A- Instabilidade profissional	5
B- Aspectos do cotidiano profissional	4
C- Volume de demandas	3
D- Dependência da ONG de recursos dos financiadores	2
E- Descontinuidade nas atividades	2
F- Perda de direitos trabalhistas	2

Quadro 6 – Aspectos negativos do trabalho

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

Note-se que os aspectos verbalizados se articulam e têm um ponto em comum: as condições particulares de existência e funcionamento das ONGs inseridas na conjuntura do capitalismo contemporâneo. A instabilidade profissional é o aspecto majoritariamente apreendido nas falas das entrevistadas que destacam a provisoriedade na instituição, bem como a incerteza e a angústia de não saberem por quanto tempo haverá demanda para sua força de trabalho ou mesmo se terão algum tipo de vínculo institucional.

Para algumas Assistentes Sociais os aspectos A, D, E e F estão intrinsecamente relacionados¹⁵⁵, o que não se distancia da realidade concreta das ONGs e do contexto do capital mundializado: uma profissional articula a instabilidade à dependência de recursos da instituição; outra vincula a instabilidade, também, à dependência de recursos, mas complementa com a descontinuidade das ações; e uma terceira entrevistada relaciona a instabilidade à falta de continuidade do trabalho e, ainda, à perda de direitos trabalhistas¹⁵⁶.

¹⁵⁴ É relevante destacar que todas as profissionais entrevistadas citam mais de um aspecto negativo do seu trabalho na instituição.

¹⁵⁵ Cabe ressaltar que a análise e os comentários serão direcionados, primeiramente, para este bloco de aspectos citados (A, D, E e F), sendo em seguida discutidos os demais pontos (B e C).

¹⁵⁶ As outras Assistentes Sociais que indicam o aspecto “instabilidade” articulam-no, respectivamente, ao volume de atividades e ao cotidiano do fazer profissional.

Nos depoimentos a seguir ficam explícitas a angústia e a incerteza engendradas pela rotatividade dos profissionais no universo das ONGs, com ênfase na quebra da continuidade do trabalho com os usuários e na insatisfação pessoal e profissional das entrevistadas: a) no primeiro fragmento, a preocupação da Assistente Social extrapola o campo pessoal e se estende para o compromisso com os usuários da organização, pois a ausência da durabilidade das ações promove incerteza e descontentamento por parte dos usuários e compromete a qualidade dos serviços prestados; b) no segundo trecho, a insegurança é enfatizada como elemento que norteia a subjetividade e que perpassa o mercado de trabalho também nas ONGs, eliminando a possibilidade de planejamento pessoal e profissional.

[...] uma *ONG depende sempre do financiamento das financiadoras*. Então, nós nunca sabemos se ano que vem vamos ter o mesmo número de profissionais na instituição, se vamos continuar dando assessoria àquele grupo que era por aquela financiadora. Então, ano que vem pode ser que não tenha mais ou então, é... uma financiadora pode encerrar agora em dezembro e abrir de novo no mesmo ano que vem, aí a gente pode continuar com o grupo, por exemplo; só que quando a gente vai contratar o profissional de novo, eu posso sair, aí quando forem me contratar de novo eu já tô em outro canto, então vai ter outra Assistente Social. Então, o grupo vai ficar com uma Assistente Social um ano, depois na outra metade do ano é outra profissional e depois... Então, isso é muito ruim pros grupos e pra instituição. Por quê? E *não tem continuidade*, os grupos acham isso muito ruim e é ruim [...] Então, isso é muito confuso pro grupo e muito ruim pra instituição (SAFIRA; grifos nossos).

Aqui é essa coisa do contrato, uma das coisas, *contrato provisório*, né? Então eu acho... é terrível! Por que eu vejo isso como um aspecto negativo? Por quê? Porque você tem um contrato, nós já tivemos pessoas aqui, profissionais extremamente capacitados, competentes, em um ano você começa, você vai plantando as sementes, plantando, mas profissionalmente você vai criando a sua base de trabalho, né? Então, assim, quando você começa a colher isso, você sai da instituição. Aí, vem um outro, aí há uma quebra. Um ano passa muito rápido, uma realização no caso (nome da instituição), o que é um ano de trabalho, né? Então, assim, essa coisa, sabe? Permuta, chega um passa um ano, às vezes, um contrato até de menos tempo, entendeu? Menos de um ano. Então, é uma coisa negativa, né? [...] *você não tem como uma coisa segura na sua vida*. Então, você vai planejar, você tem receio de planejar depois de um ano, sabe? Então, *essa coisa é meio que provisória* (RUBI; grifos nossos).

A segunda fala citada anteriormente ressalta, ainda, uma estratégia do capital utilizada pelas ONGs: o contrato temporário de trabalho. Contrato este que reduz despesas com o pagamento de direitos trabalhistas (considerados encargos) e vulnerabiliza o trabalhador, mas

mantém a sobrevivência financeira da instituição. A forma de sobrevivência da instituição articula-se com o mundo do capital e fragiliza os profissionais, promovendo a perda de direitos trabalhistas. O depoimento a seguir exemplifica tal estratégia, visto que é concedido por uma Assistente Social que exerce a função de coordenadora/gestora da instituição, o que revela uma apropriação mais profunda da dinâmica de manutenção de tal espaço.

Eu acho que esse aspecto negativo que eu coloco ele tá presente em todas as ONGs, que são os direitos, a perda de direitos trabalhistas; isso é um aspecto do mundo das ONGs [...] Hoje a gente tem que sustentar a ONG funcionando, sustentar uma equipe de trabalho; pra sustentar a equipe de trabalho a gente tem que pagar encargos sociais, pra gente pagar os encargos sociais a gente fali a instituição. Então, você tem uma precarização dos direitos trabalhistas, uma precarização do trabalho do Assistente Social, esse é um aspecto negativo do mundo das ONGs. [...] quem financia o trabalho de ONGs não quer pagar encargo social, quer pagar hora de trabalho, hora técnica. Isso significa que, no volume do projeto de hora técnica, você tem que ter uma parte pra salário e uma parte pra pagamento de encargo no regime de contrato por prestação de serviço por tempo determinado. E os encargos diminuem nesse regime de trabalho. Então, a gente faz esse tipo de contrato, prestação de serviço por tempo determinado, e o recurso que vem dentro do projeto, parte paga o salário e parte paga os encargos trabalhistas (VIOLETA).

Outra Assistente Social que exerce a função de coordenação institucional (gestão), no fragmento abaixo, expõe com nitidez a dependência dos recursos advindos dos financiadores dos projetos, perpassando no seu discurso o envolvimento emocional com o processo e a exigência da captação de recursos¹⁵⁷.

Uma outra, um outro aspecto, né? [...] é essa coisa mesmo da dependência dos recursos, né? E quem tá na gestão, no meu caso, a gente sente muito, porque tem momento que o recurso atrasa, então você, você... além do trabalho que você tem, você passa por um processo de angústia, não é? Quem tá na gestão isso é muito forte. Então, você adocece, né? Então, eu já ganhei três nódulos na tireóide (risos da entrevistada), porque justamente é o estresse, não é? É o cansaço físico, é exaustão. Então, eu acho isso negativo. Então, eu queria que tudo que é bom da ONG, sem esse estresse, não é? Então, é bem negativo essa coisa de você ficar sem dormir, então, às vezes você amanhece o dia, porque sabe que não chegou o projeto tal pra pagar, tem que pedir apoio e você sabe que tem aquela pessoa, não é? a cozinheira, o motorista que depende daquele salário pra sustentar a família. Então, aí você, muitas vezes, tem que falar com o outro parceiro pra possibilitar um empréstimo pra aquele projeto ou falar até

¹⁵⁷ Essa exigência foi analisada no 3.3.2. desta dissertação.

com uma outra instituição que você conhece e você fica pensando: “quais as possibilidades que eu posso fazer pra pagar essa pessoa, porque eu sei que se eu não pagar ela... não vai ter como passar realmente o mês?” Então, é algo que é muito angustiante, é muito angustiante (ROSA, grifo nosso).

O ponto “aspectos do cotidiano profissional” (B no quadro anterior) é citado por quatro Assistentes Sociais, com destaques para o fazer profissional e para as relações institucionais. Em relação ao fazer profissional, três entrevistadas priorizam particularidades da área de atuação; quanto às relações institucionais, apenas uma Assistente Social aborda a questão, salientando contradições e limites¹⁵⁸.

O aspecto “volume de demandas” (C no quadro anterior) refere-se à intensidade de atividades e exigências institucionais que sobrecarregam o cotidiano das Assistentes Sociais nas ONGs.

Outra coisa que eu acho negativa são demandas que surgem sem planejamento, sem tá no nosso cotidiano, são demandas que surgem que você tem que assumir, que você tá com agenda cheia e você não pode... Então, você tem que desmarcar atividade. As demandas, quando elas surgem e que não são esperadas e que a gente tem que assumir, e na ONG tem isso não, como a gente também sempre busca a sobrevivência institucional, então, a gente tá numa coisa e diz “não, tá precisando de uma pessoa pra elaborar um projeto?”. Então, tudo o que você tá fazendo, pára tudo e fica sem trabalhar a não ser elaborando projeto. Então, aquilo ali já vai tomando uma parte do seu tempo, né? (HORTÊNCIA)

No fragmento anterior há uma relação direta com o debate já realizado (discutido na “remuneração/carga horária de trabalho” desta seção 4.2.) sobre o descompasso entre as horas previstas em contrato e as horas efetivamente trabalhadas para atender às demandas postas.

Outro ponto relevante é que, mesmo com oito das Assistentes Sociais entrevistadas preocupadas com a capacitação contínua e quatro delas tendo seu processo formativo orientado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 (elementos discutidos na subseção 4.1. desta dissertação), ou seja, profissionais com possibilidades de acesso às discussões sobre a profissão e a dinâmica societária contemporânea, há dificuldade dos sujeitos da pesquisa de articular o fazer cotidiano na instituição às dimensões da conjuntura atual. Pode-se inferir que há muitos limites, contradições e

¹⁵⁸ Aqui, a entrevistada se refere às relações internas na instituição, ou seja, às dificuldades de relacionamento pessoal e profissional.

mediações nesta articulação, que vão além do aspecto intelectual. Como uma destas mediações, pode-se apontar o contexto atual de precarização e exploração, que se revela em todos os espaços sócio-ocupacionais e não só nas ONGs, impondo obstáculos à reflexão crítica e à organização política dos trabalhadores.

Por isso, apesar dos aspectos verbalizados sobre as dificuldades enfrentadas no exercício profissional nas ONGs, ou seja, nas condições de trabalho vivenciadas e sentidas, emerge um discurso de satisfação e valorização das ações no espaço das organizações¹⁵⁹.

Então, há um acordo político (para aceitação da perda de direitos via contrato temporário), pelo tipo de trabalho que vai desenvolver e pelos ganhos, porque tem mais ganhos do que perda, então a gente ganha, perde alguns direitos trabalhistas mantém um salário razoável e se realiza como profissional. Eu sou extremamente realizada como profissional, eu sou uma Assistente Social muito feliz, muito feliz mesmo, amo minha profissão e amo a área rural (VIOLETA, grifo nosso).

O depoimento acima, de certa forma, individualiza a questão das condições de trabalho e, assim, camufla os questionamentos e os conflitos existentes na relação capital e trabalho nas ONGs. A partir das análises, verifica-se que valores aceitáveis socialmente como a realização profissional, o gostar, a satisfação, a identificação com a área de atuação e as ações efetivadas inviabilizam o debate ampliado dos processos sócio-históricos que conformam a exploração e a precarização que se evidencia nas condições objetivas de trabalho nessas instituições. Tais manifestações individuais, por não articularem com a necessidade concreta de sobrevivência e, por isso, com a venda da força de trabalho do Assistente Social,

[...] permitem a exploração e alienação no seu trabalho efetivo, esse enquanto expressão da atividade do gênero humano. A contradição acirra-se pela ausência de perspectiva histórica e social, o que ratifica a individualização da questão (NICOLAU, 2005, p. 195).

Na próxima subseção, será enfatizado o aspecto das demandas e das respostas profissionais em tais organizações, dando continuidade às discussões anteriores desta seção, as

¹⁵⁹ Este debate será aprofundado na subseção 4.3 deste trabalho, no qual serão discutidas as demandas e as repostas profissionais.

quais conduzirão a novas reflexões e nexos que podem desvendar o exercício profissional em tais organizações.

4.3 DEMANDAS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS: O COTIDIANO PROFISSIONAL

Na discussão sobre as demandas e as respostas profissionais serão ressaltados os elementos: a) atribuições profissionais, a partir da Lei 8.662/1993 (BRASIL, 2003), evidenciando as funções de execução e coordenação/gestão; b) as respostas profissionais, segundo aspectos técnico-operativos da rotina de trabalho (plano de intervenção, relatórios, avaliação de atividades); e c) os princípios ético-políticos, sendo destacados o conhecimento do código de ética de 1993 e sua relação com o exercício profissional. Neste momento da seção o objetivo é verificar o que e como as entrevistadas realizam a intervenção nas ONGs.

a) Atribuições profissionais

No espaço sócio-ocupacional das ONGs pesquisadas, às Assistentes Sociais são delegadas responsabilidades e atribuições direcionadas para dois aspectos: a) a execução de atividades que operacionalizam os projetos da organização; e/ou b) a gestão/coordenação tanto dos projetos como da própria instituição.

No trabalho com os dados, deparou-se com uma relação extensa de atribuições assumidas pelas profissionais, bem como uma margem de variedade nas formas de identificação. Por isso, tomou-se como parâmetro, para a exposição da pesquisa, os artigos 4º e 5º¹⁶⁰, respectivamente,

¹⁶⁰ Em conformidade com a Lei 8.662/1993 (BRASIL, 2003), em seu **artigo 4º**, constituem competências do(a) Assistente Social: I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III- encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; IV- (vetado); V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; VII- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII- prestar assessoria e consultoria à órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste Artigo; IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X- planejamento, organização e administração de serviços sociais e de Unidade de Serviço Social; e XI- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Na mesma lei, em seu **artigo 5º**, estabelece as atribuições privativas: I- coordenar, elaborar, executar,

sobre as competências profissionais e atribuições privativas do Assistente Social, presentes na Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão em território nacional. Em seguida, procurou-se agrupar as atribuições: a) pela incidência/repetição (quadro 7); e b) a partir das principais funções assumidas pelas entrevistadas, a execução e a coordenação/gestão (quadro 8).

ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS	INCIDÊNCIA ENTRE AS ENTREVISTADAS¹⁶¹
- Articulação/representação institucional	7
- Elaboração de projetos	6
- Assessoria, acompanhamento/monitoramento e fortalecimento de grupos (jovens, mulheres e lideranças)	5
- Elaboração de relatórios	5
- Realização de oficinas educativas, seminários, cursos	4
- Coordenação de projetos: planejamento e monitoramento	3
- Realização de reuniões (grupos ou famílias)	3
- Captação de recursos	3
- Planejamento de atividades nas comunidades	2
- Mobilização dos grupos para encontros/eventos	2
- Coordenação, organização e participação em eventos voltados para a área temática da ONG	2
- Gestão institucional	2
- Realização de entrevista social	2
- Acompanhamento dos usuários e famílias	2
- Supervisão de estágio obrigatório	2
- Avaliação de atividades nas comunidades	1
- Intervenção em conflitos nos grupos	1
- Diagnóstico/pesquisa de comunidades rurais	1
- Atendimento aos usuários: individual e famílias	1
- Realização de visitas domiciliares	1
- Encaminhamentos para rede de assistência e instituições parceiras	1

supervisionar avaliar estudos, pesquisas, planos, programas projetos na área de Serviço Social; II- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III- assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V- assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII- dirigir e coordenar Unidade de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX- elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X- coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI- fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII- dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; e XIII- ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 2003).

¹⁶¹ Mais uma vez é importante considerar que todas as profissionais entrevistadas citam mais de uma atribuição profissional assumida em seu trabalho na instituição.

- Acompanhamento dos educadores da ONG ¹⁶²	1
- Triagem para realização de cursos	1
- Organização de dados / informações dos usuários	1

Quadro 7 – Atribuições profissionais

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

É possível observar que sobressaem atividades voltadas para: o trabalho em comunidades, com grupos específicos, no caso das organizações estudadas, jovens e mulheres; e o trabalho individualizado, particularmente com crianças e adolescentes. Tais constatações relacionam-se diretamente às missões e aos projetos das quatro ONGs estudadas, como verificado na seção 3 (item 3.3.1.); sendo que três delas trabalham com assentamentos e comunidades rurais e outra com proteção ao grupo particular de crianças e adolescentes.

Percebe-se que as atribuições agrupadas neste estudo atendem a demandas institucionais originárias das necessidades atuais do mundo das ONGs e do sistema do capital. As responsabilidades aqui apontadas esmiúçam um conjunto de demandas postas que culminam por legitimar o profissional de Serviço Social em tais organizações. Assim, o Assistente Social é contratado para responder com habilidade, competência e compromisso a atribuições vinculadas a demandas que caracterizam necessidades imanentes da dinâmica societária, materializadas no espaço sócio-ocupacional das ONGs. Por exemplo, como a organização sobrevive de forma instável e para responder a expressões da questão social de forma pontual e fragmentária, via projetos sociais financiados pela cooperação internacional e/ou instituições nacionais, a mesma necessita de profissionais que atuem: na elaboração de projetos sociais; no monitoramento destes projetos, a partir da elaboração de relatórios; na captação de recursos, via parcerias/articulações institucionais para a viabilização concreta dos projetos; e na assessoria a grupos comunitários, uma vez que o capital desestimula e, até mesmo, impede a intervenção através de políticas públicas. Desta forma, as atribuições têm relação estreita com o conjunto de demandas contemporâneas articuladas às transformações societárias.

Por outro lado, estão também presentes atribuições historicamente consolidadas na profissão, tais como: a) realização de oficinas educativas, seminários e cursos sobre temas variados como sexualidade, gênero, organização comunitária, economia solidária, liderança,

¹⁶² Esta atribuição é assumida pela Assistente Social que ocupa a função de coordenadora pedagógica de uma das ONGs pesquisadas.

dentre outros, em razão da missão e dos projetos de cada organização; b) mobilização de grupos; c) intervenção em conflitos nos grupos acompanhados; d) supervisão de estágio; e) atendimento aos usuários; e f) triagem para realização de cursos. Estas atribuições persistem ao longo do tempo em várias outras instituições e também contribuem para legitimar a profissão, assim como respondem a demandas (não tão novas) que perpassam o campo da atividade no “social”.

Na análise dos dados, identificou-se que ainda há confusão entre o que é ação e o que é instrumento utilizado para efetivar a atuação. Atribuições citadas como “elaboração de relatórios” e “realização de entrevista, reuniões, visitas domiciliares” revelam a ausência de clareza entre ação e instrumento.

EXECUÇÃO	COORDENAÇÃO/GESTÃO
- Assessoria, acompanhamento/monitoramento e fortalecimento de grupos (jovens, mulheres e lideranças)	- Articulação/representação institucional
- <i>Elaboração de projetos</i> ¹⁶³	- <i>Elaboração de projetos</i>
- <i>Elaboração de relatórios</i>	- <i>Elaboração de relatórios</i>
- Realização de oficinas educativas, seminários e cursos	- Coordenação de projeto: planejamento e monitoramento
- Realização de reuniões (grupos ou famílias)	- Captação de recursos
- Planejamento de atividades nas comunidades	- Coordenação, organização e participação em eventos voltados para a área temática da ONG
- Mobilização dos grupos para encontros / eventos	- Gestão institucional
- Realização de entrevista social	- <i>Supervisão de estágio obrigatório</i>
- Acompanhamento dos usuários e famílias	- Acompanhamento dos educadores da ONG
- Avaliação de atividades nas comunidades	
- Intervenção em conflitos nos grupos	
- <i>Supervisão de estágio obrigatório</i>	
- Diagnóstico/pesquisa de comunidades rurais	
- Atendimento aos usuários: individual e famílias	
- Realização de visitas domiciliares	
- Encaminhamentos para rede de assistência e instituições parceiras	
- Triagem para realização de cursos	
- Organização de dados/informações dos usuários	

Quadro 8 – Atribuições profissionais e funções assumidas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora para esta dissertação de mestrado - fonte primária.

¹⁶³ As atribuições que estão destacadas em itálico são verbalizadas, tanto por Assistentes Sociais na função de execução, como pelas profissionais que estão na função de coordenação/gestão.

O quadro 8 articula o conjunto das atribuições às principais funções assumidas pelas entrevistadas nas ONGs estudadas. Verifica-se que três atribuições aparecem em ambas as funções (execução e coordenação): elaboração de relatórios, elaboração de projetos e supervisão de estágio obrigatório. Estas responsabilidades fazem parte do cotidiano das profissionais, independente da função que assumem, além de que algumas Assistentes Sociais acumulam funções na ONG, como foi citado na subseção 4.2. desta dissertação.

Em relação à elaboração de relatórios, verifica-se no conjunto das entrevistas que: a) as Assistentes Sociais da execução são responsáveis apenas pela sistematização das suas atividades individuais; e b) as entrevistadas que exercem a função de coordenação são responsáveis pela sistematização de todos os relatórios da instituição (de todos os profissionais), adequando-os às exigências dos financiadores dos projetos; por isso, acredita-se que, para estas últimas (profissionais da coordenação), tal atribuição não se caracteriza como “elaboração”, mas como condensação de informações, nos moldes da cooperação internacional e/ou das “parcerias” nacionais e locais.

Quanto à elaboração de projetos, a situação é similar à elaboração de relatórios: a) as Assistentes Sociais da execução contribuem com a elaboração dos projetos, conforme suas atribuições, conhecimentos e experiência profissional; b) já as profissionais voltadas para a coordenação, são responsáveis pela elaboração final dos projetos e o contato com os financiadores, em conformidade com os interesses e as padronizações destes “parceiros”.

As atribuições vinculadas às duas principais funções assumidas nas organizações estudadas determinam um espaço ou *status* que diferencia hierarquicamente as profissionais no interior da ONG; ou seja, a própria atribuição define o lugar da profissional na instituição, determinando o nível em que a entrevistada se encontra em relação ao poder de decisão interna no espaço sócio-institucional. A articulação/representação institucional, a elaboração final de projetos, a coordenação geral de projetos e programas, a captação de recursos junto aos diversos financiadores constituem-se em atribuições da **função de coordenação** que permitem maior poder decisório para as profissionais. Pode-se exemplificar, a partir da atribuição citada como “gestão”, que possibilita o controle e o monitoramento das questões administrativo-financeiras da ONG, a partir de atividades como: organização de despesas e compras; acompanhamento da equipe de trabalho, ou seja, admissões e demissões; atividades administrativas; contato direto com os financiadores; dentre outras que proporcionam maior poder decisório e controle das ações

institucionais. Assim, as atribuições ligadas à função de coordenação voltam-se para o funcionamento, a gestão, a sobrevivência organizacional e financeira da ONG.

As ações ligadas à **função de execução** são direcionadas para o contato direto com os usuários, no cotidiano do exercício profissional, através de atividades como: a realização de oficinas educativas, seminários, cursos sobre temas variados (sexualidade, gênero, organização comunitária, economia solidária e outros); assessoria, acompanhamento e mobilização de grupos comunitários; atendimento individual e familiar; dentre outras. Esta função, então, gera uma dependência em relação à coordenação, pois a última estabelece posições políticas e financeiras na ONG, o que termina por definir as atividades de execução. Assim, há na Organização Não-Governamental certa hierarquia relacionada à função que cada profissional ocupa e ao contato mais estreito com os financiadores.

É fundamental explicitar que as atribuições e as funções assumidas pelas profissionais nas ONGs sintonizam-se com o artigo 4º da Lei 8.662/1993 (BRASIL, 2003), particularmente no que se refere aos incisos II, V e VII que abordam, respectivamente: a coordenação e a execução de projetos e programas no âmbito da atuação do Serviço Social; a orientação a indivíduos e grupos em defesa dos direitos sociais; e a assessoria e consultoria a entidades, como é o caso das ONGs.

As atribuições, de um modo geral, correspondem às competências profissionais do(a) Assistente Social previstas na lei de regulamentação da profissão. Ainda que não se caracterizem como atribuições privativas, tais responsabilidades constituem e articulam um conjunto de habilidades, competências e exigências que o(a) profissional de Serviço Social está capacitado(a) a assumir, pois sua formação acadêmica contemporânea e o acúmulo teórico-metodológico e ético-político conquistado nas últimas duas décadas permitem-no(a) e encorajam-no(a) a enfrentar os desafios postos, particularmente nos espaços sócio-ocupacionais das Organizações Não-Governamentais.

b) Aspectos técnico-operativos do exercício profissional

Os aspectos técnico-operativos como planejamento (plano de intervenção), registro (relatórios) e avaliação das ações são importantes para a compreensão da rotina profissional e para revelar o tipo de respostas que estão sendo dadas às atribuições nas ONGs.

A partir da análise do material empírico, verificou-se que as Assistentes Sociais não possuem um plano de intervenção individual ou do Serviço Social, mas que estas contribuem e seguem um planejamento da instituição, de acordo com os projetos. Assim, para atingir os objetivos e metas previstos nos projetos, as ONGs realizam um planejamento coletivo, no qual a equipe técnica participa e especifica as atividades e a sua dinâmica de trabalho. O planejamento é um detalhamento e uma operacionalização dos projetos da ONG, definindo as atividades para cada profissional da equipe multidisciplinar, inclusive para o(a) Assistente Social. Percebe-se, conseqüentemente, que o planejamento das ações é considerado prática importante para viabilizar a execução dos projetos, compondo, assim, o cotidiano do exercício profissional, ainda que seja multidisciplinar e institucional.

Como um dos instrumentos mais utilizados no dia-a-dia institucional das ONGs está o relatório de atividades¹⁶⁴, indicando sua relevância para o monitoramento das ações e para a renovação e a aprovação de novos projetos. Os registros das ações constituem-se em dois tipos: a) individual, de cada técnico, sobre as atividades desenvolvidas; e b) o outro, da instituição, sistematizado pelos profissionais da coordenação. A frequência pode variar, em função das exigências dos financiadores de cada projeto, sendo mais comuns, nas entidades pesquisadas: para os individuais mensais e trimestrais, e para os institucionais semestral e anual. Os relatórios individuais são encaminhados para os profissionais da coordenação/gestão da ONG, os quais são sistematizados, arquivados na organização e enviados para os financiadores dos projetos, conforme prazos e modelos de cada um deles. Seguem alguns depoimentos que exemplificam o processo de elaboração dos relatórios e as exigências dos organismos financiadores dos projetos.

O encaminhamento pra essas instituições, porque como nós temos várias, algumas têm os seus formulários já específico; então a gente pinça dos relatórios que os profissionais já mandam; então, encaminha os formulários que já... são formulários específicos, não é? Então... E, geralmente, atrelava o recurso financeiro ao relatório, algumas delas. Então, a questão dos relatórios nossos é um trabalho que faz parte do nosso cotidiano, então a gente tá sempre sistematizando. Às vezes, o relatório que nos é enviado pelo profissional (da função de execução) não dá conta pra aquelas demandas que é colocada, ou não fica muito claro, então às vezes marca algum momento, né? Enfim, questiona alguns pontos do relatório, no sentido de, conseguir é... melhor compreender

¹⁶⁴ Os outros instrumentos utilizados pelas Assistentes Sociais no seu fazer profissional, dependendo das especificidades de cada ONG, são: reuniões com os usuários, entrevista social e visita domiciliar.

algumas informações que ali está escritas ou, enfim, dar mais algumas sugestões. Então, o relatório, na verdade, é nossa, uma das nossas atividades cotidianas, trabalhar esses relatórios (ROSA, grifo nosso).

A gente tem um modelo de relatório e que todos os relatórios (nome da ONG) eles são feitos quadrimestralmente, então são três relatórios anuais. Quadrimestral. Então, todos os serviços ele (cada profissional da ONG) entrega a cada quatro meses um relatório, que esse relatório... Aí, eu ou (nome de outro profissional) a gente tem a função de consolidar, né? De fazer os devidos ajustes e os cortes que forem necessários pra mandar pra cooperação, de acordo com o modelo que a cooperação... Porque cada cooperante exige um modelo de relatório [...] E, esse relatório, né? dele a gente tira as informações pro cooperante; aí você pega cada atividade dessa, tá lá 8 páginas, 12 (relatório de cada técnico), então fica um relatório de 100 páginas e nenhum cooperante lê isso; tem aí cooperante que quer um relatório de duas páginas, contando que justifiquem... (risos da entrevistada) Então, assim, é meio louco, mas a gente tem esse registro. Esse registro, ele é importante pra instituição, a gente ter o máximo de detalhes de cada atividade, porque o registro, é uma memória, né? institucional, que a gente precisa ter. E, aí, pro cooperante, a gente faz de acordo com o que ele tá pedindo, a informação... mas, não deixa de ter esse material (JADE, grifos nossos).

Assim, as entrevistadas que ocupam a função de coordenação não elaboram relatórios individuais; às vezes, registram alguma atividade particular (viagens e eventos), mas são mesmo responsáveis pela sistematização geral dos relatórios da organização para os financiadores¹⁶⁵.

Olhe, eu, na verdade sistematizo todos os relatórios, né? (risos da entrevistada) [...] algumas atividades que eu faço, aí é registrado, no caso eu mesma registro pra inserir no relatório institucional. Então, geralmente eu não faço registro cotidiano, não é? Não faço, sei que é até importante, mas eu faço o registro de atividades... É... (nome de um evento) ou alguma viagem que eu fiz, nem sempre o registro é só pra mim, às vezes, geralmente, depende pra onde foi a viagem eu tenho que mandar, né? o relatório [...] (ROSA, grifos nossos).

Outro tipo de registro de atividades, utilizado de forma minoritária (apenas por uma das entrevistadas), para anotar os atendimentos aos usuários, era o livro de ocorrências diárias, cujo uso tem relação com a particularidade da área temática e a especificidade das ações desenvolvidas na ONG.

Em relação à avaliação das ações, a pesquisa revela que é uma prática comum nas ONGs estudadas, caracterizando-se a partir de dois tipos: a) com as comunidades/grupos trabalhados,

¹⁶⁵ Cabe destacar que a entrega dos relatórios de atividades nos moldes de cada financiador era uma das condições para a liberação de recursos, bem como para a renovação de projetos.

podendo ser semanal, mensal ou, simplesmente, ao término de cada atividade; e/ou b) interna, da instituição e dos projetos executados, sendo em sua maioria anual¹⁶⁶. O momento da avaliação foi considerado, pelas profissionais, essencial para o andamento, monitoramento e encerramento das ações dos projetos, assim como as fases de planejamento e registro de atividades, compondo parte da estrutura organizacional das ONGs. Inclusive, em todas as organizações pesquisadas, de forma pontual, era contratado um consultor/facilitador externo para os momentos, ora do planejamento, ora da avaliação, ora para ambos (planejamento e avaliação).

É relevante salientar que a conjuntura sócio-histórica exige que as ONGs (associadas à ABONG ou não), para sobreviverem financeira e administrativamente, adaptem-se a uma realidade empresarial, sistematizada, monitorada e avaliada, cuja possibilidade de aprovação de projetos e, conseqüentemente, recebimento de recursos, seja ampliada. Desta maneira, pode-se observar que os aspectos técnicos-operativos, como o planejamento, o registro e a avaliação das ações, nas ONGs, seguem as orientações e determinações dos financiadores dos projetos, ganhando materialidade nas habilidades e competências dos profissionais, dentre eles as Assistentes Sociais.

Por outro lado, as instituições trabalhadas nesta pesquisa possibilitam o exercício cotidiano do planejamento, do registro e da avaliação que viabilizam um fazer profissional que contribui com a realização de serviços interessantes e úteis para os usuários, mesmo com as limitações citadas ao longo deste estudo.

c) Os princípios ético-políticos e o exercício profissional

Outro ponto relevante para a materialização das respostas profissionais refere-se ao conhecimento e à vivência no cotidiano institucional dos valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional.

Segundo Assis (2004), a identificação dos profissionais enquanto categoria pauta-se, principalmente, pelo reconhecimento dos princípios que regem cada profissão. Tais princípios articulam-se com o projeto que estabelece determinada concepção de profissão e de sociedade para nortear o fazer de cada especialidade. O projeto ético-político profissional do Serviço Social não é apenas um instrumento normativo, como é também um instrumento valorativo, que orienta

¹⁶⁶ Apenas uma Assistente Social participava de avaliações semestrais dos projetos da ONG.

os profissionais. Assim, considerou-se importante nesta pesquisa verificar, entre as Assistentes Sociais entrevistadas, o conhecimento e a vivência dos princípios do Código de Ética de 1993.

Em sua maioria, as profissionais demonstraram não conhecer o Código de Ética de 1993, mas conseguiram relacionar o exercício profissional a alguns princípios condizentes com os pressupostos que norteiam o projeto ético-político profissional. Dentre estes princípios foram citados: o sigilo profissional, o não preconceito e a não discriminação de qualquer tipo, o respeito aos usuários e aos profissionais, o acesso aos direitos sociais e humanos, a luta pela democracia e liberdade e a qualidade dos serviços prestados.

Então, que eu não chegue no grupo, vamos dizer, impondo determinadas discussões, determinadas opiniões, vamos dizer. Então, eu tento *trabalhar de forma democrática*, é tanto que a gente sempre tem essas questões, primeiro que o grupo pense determinado assunto e depois você vai aprofundando a partir dali. [...] meu trabalho ele tem se desenvolvido nesse sentido, né? Na questão de garantir, primeiro a *respeitar a liberdade*, se alguém pensa diferente então é claro que eu tenho que, né? Respeitar. E a *questão da democracia*, acho que isso tem... acontece, né? [...] eu aprendi, uma questão muito da ética, porque a pessoa deve ter essa ética, tanto lá com o grupo, como aqui com a equipe. Uma coisa que eu primo é pela questão da ética, minha ética profissional... Isso aí eu tenho muito cuidado. Claro que às vezes a gente falha, mas acho que os princípios eles são contemplados (MARGARIDA; grifos nossos).

A questão, né? da *preocupação com os direitos humanos*, né? Eu trabalho a partir dos direitos humanos, da inclusão social né? Então, a *preocupação com o sigilo profissional*, né? A questão das famílias, o sigilo da situação daquelas famílias que estão vivenciando toda essa situação [...] Acho que é isso a questão dos direitos humanos, a questão da inclusão social, sigilo profissional (JASMIM; grifos nossos).

Os próximos fragmentos indicam que, mesmo desconhecendo os princípios balizadores da profissão contidos no Código de Ética, as Assistentes Sociais conseguem reconhecê-los no seu fazer profissional:

Eu acho assim que, quando a gente busca trabalhar com transparência, com respeito ao cultural, à realidade que nós fazemos parte, quando a gente trabalha no sentido de conseguir a autodeterminação do outro/da outra. Quando você busca outras alternativas de construir você está sendo ética na vida; pra mim ética, ela está na vida. Nesse aspecto eu busco, eu acho que eu não estou fora do código de ética profissional. Eu busco pelo menos trabalhar nessa perspectiva da ética, de respeito ao outro, de ser transparente, de ser clara (HORTÊNCIA).

Que é a ética em si, né? A ética não é uma coisa que você vai fazer... Eu acho que a ética ela... é todo o seu trabalho, né? Toda a sua postura profissional, é o sigilo né? [...] no sentido de conduzir de uma forma mais sigilosa, respeitosa, entendeu? Até no sentido de a gente, o máximo de se despir de qualquer preconceito, de ver o outro sem levar aquele preconceito já pré-concebido. Então, assim, eu procuro respaldar, né? o meu trabalho sobre esses aspectos. Respeitando também o outro nas suas diferenças, nos seus pontos de vista, entendeu? (RUBI).

É digno de nota que, para algumas Assistentes Sociais, a relação entre os princípios ético-políticos presentes no Código de Ética e o exercício profissional é condicionada ou determinada pelos princípios da instituição ou por pressupostos pessoais:

[...] dos princípios que tem no código de ética é, eu acho que acaba um pouco *dependendo do que a instituição também vai pregar*, senão vai por água a baixo, né? A questão de, por exemplo, preconceito, a questão de gênero, eu acho que aqui é muito trabalhado, não tanto quanto eu gostaria que fosse, mas eu acho que é, mas aqui não é uma entidade, uma instituição perfeita também, né? Mas, pelo menos tem a tentativa e eu acho que já é muita coisa. Agora, eu falei assim que depende da instituição, mas lógico que depende da gente, da atuação profissional [...] (SAFIRA; grifos nossos).

Eu acho que eu tive uma experiência muito é... marcante (nome da ONG) e eu acho que muitas decisões que eu já tomei aqui na instituição, é... foi muito dentro daquilo que, que eu acredito que coloca, que aqueles pressupostos básicos coloca realmente: a questão da cidadania, todo aquele... Então, a própria questão de lutar pela garantia dos direitos, não é? E, aí, de um... o que o código diz, né? sem discriminação à raça, a gênero, a sexo, acho que essa é uma *proposta que a instituição coloca*, não é? Por isso que eu estou nela. Então, é a afirmação dos direitos, não é? a própria questão de, de, da ética nas relações também, eu penso que é fundamental, né? (ROSA; grifos nossos).

Outro aspecto significativo é que uma das profissionais entrevistadas manifestou domínio de conhecimento não apenas sobre o Código de Ética, mas também sobre a Lei 8.662/1993 (BRASIL, 2003) e o projeto ético-político profissional, demonstrando sintonia com as discussões, os princípios e o arcabouço teórico-metodológico e ético-político contemporâneo do Serviço Social.

Olhe, eu (risos da entrevistada), eu realmente conheço o código, conheço o projeto ético-político, né? E eu, eu tenho muito respeito e muito cuidado, é uma coisa que eu primo muito pelo meu exercício profissional e pela minha militância política, são duas coisas que eu primo muito, né? E eu tento colocar no meu cotidiano o que tá estabelecido no código de ética, nas relações pessoais

com a população, do respeito, possibilitar o acesso à informação, o acesso aos direitos, a interlocução com pessoas e órgãos que estão fora da comunidade né? Eu primo muito por isso. Primo muito pelas atribuições, tenho muita clareza das nossas atribuições e competências do Assistente Social que tá colocado lá no nosso código né? (risos). Primo muito por isso, pra outros profissionais não entrar em minha área, pra eu não entrar em outra área de um profissional [...] (VIOLETA, grifo nosso).

No bojo das análises identifica-se que as Assistentes Sociais têm uma vivência dos princípios e pressupostos norteadores do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Mesmo em condições objetivas de trabalho tendendo para a precarização e a exploração dos trabalhadores nas ONGs, as entrevistadas têm internalizado a proposta majoritária e contemporânea de profissão, caracterizando uma situação de avanço e conquista das Assistentes Sociais nestas organizações.

É fundamental que os(as) Assistentes Sociais conheçam e internalizem, no seu exercício profissional, o conjunto de pressupostos ou princípios ético-políticos que balizam o Serviço Social, para que possam fortalecer a organização da categoria, consolidar alternativas de enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e imprimir uma direção social coerente com perspectivas reais de mudanças na sociedade atual. Vale considerar, entretanto, que a internalização e a realização coletiva de valores e objetivos do projeto profissional do Serviço Social, nas suas dimensões política, ética e ideológica, efetiva-se no real, a partir de um conjunto de possibilidades, tais como:

[...] a qualidade da formação profissional, o nível de consciência política e de organização da categoria, o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e as condições objetivas e subjetivas que determinam o desempenho profissional (PAIVA apud RAMOS, 2002, p. 93).

Por isso, a atualização teórica, metodológica, ética e política do(a) Assistente Social é essencial para ampliar a compreensão dos limites e das possibilidades profissionais, bem como para nortear o seu fazer nas instituições, proporcionando-lhe condições de efetuar mediações, trilhar o caminho aparência/essência e intervir com qualidade e competência. Na subseção a seguir serão reveladas as concepções que fundamentam o entendimento das Assistentes Sociais entrevistadas em torno da relação questão social/ONGs/Estado.

4.4 A RELAÇÃO QUESTÃO SOCIAL/ONGS/ESTADO NA PERSPECTIVA DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Nesta subseção serão abordadas as concepções que norteiam o entendimento das Assistentes Sociais quanto à relação questão social, ONGs e Estado, a partir dos aspectos: a) respostas destas organizações à questão social; b) relação ONG e Estado na atualidade; e c) compreensão do terceiro setor. Este item visa identificar qual a relação que os sujeitos da pesquisa efetuam entre o cotidiano profissional e as determinações sócio-históricas da realidade contemporânea, a partir das indicações teórico-metodológica presentes em seus depoimentos.

a) Um padrão de respostas às expressões da questão social

As Organizações Não-Governamentais estão inseridas na lógica de alteração do tratamento da questão social, ou seja, transferência de responsabilidades sociais do Estado para a iniciativa privada. Assim, o “atendimento de necessidades sociais com compromisso e autonomia profissional/institucional” pelo terceiro setor e, particularmente, pelas ONGs, não representa o real significado e motivo das ações destas entidades, apesar de muitas delas desenvolverem trabalhos sérios com profissionais competentes e comprometidos com as intervenções; mas a atuação de tais organizações responde a necessidade do capital de retirada do Estado da intervenção direta na desigualdade social.

Para as Assistentes Sociais entrevistadas, em sua maioria, estas análises não se encontram com clareza no cotidiano profissional, ou melhor, as reflexões se situam distante das conformações atuais da relação capital e trabalho; como se pode verificar nos trechos a seguir sobre o atendimento de necessidades dos usuários pelas ONGs estudadas:

Então, assim, é um processo de ressignificação na vida (desses usuários) que é fundamental. A questão da inserção nos programas, a partir do momento que está na instituição, há uma facilidade dessa inserção nos programas por essa articulação que é feita institucionalmente, né? A questão da emancipação, a gente trabalha muito na perspectiva da emancipação [...] há um processo de educação, processo político que elas participam aqui, né? E aí a partir dessa, de todo essa formação, que é fundamental para o desenvolvimento (desses usuários), é, a partir disso, elas têm uma perspectiva de futuro diferenciada, elas podem ter, né? melhor dizendo, que é algo que depende muito assim do querer, do desejo de cada uma delas, porque muitas vêm, não porque querem estar aqui,

elas vêm porque foram encaminhadas para vim pra cá, não sabem nem da existência da instituição. Então, em alguns momentos, pode haver uma resistência e até há porque, assim, não são só flores, né? (JASMIM, grifo nosso).

Eu acho que não existe gente satisfeita em lugar nenhum. Isso não existe, isso é balela, mas ela (a ONG) dá uma resposta [...] Mas ela faz a diferença, faz por conta do propósito que ela tem [...] (ESMERALDA).

Sim, né? Desde as necessidades é... materiais [...] as necessidades emocionais [...] Na verdade, é a nossa materialização do nosso trabalho, só podemos afirmar que ele foi de fato efetivo quando a gente percebe alguma mudança, seja em comportamento, seja em um processo, né? Conseguiu de fato reparar algum direito violado. Então, essa é a razão de ser da instituição. Então, se isso não está ocorrendo, então nós entendemos que não estamos cumprindo com a nossa missão (ROSA).

Nas falas anteriores perpassa uma defesa da missão e dos princípios da instituição, uma noção de neutralidade das organizações, ao ponto de culpabilizar os usuários por um possível não atendimento das necessidades dos sujeitos via ONG (no primeiro fragmento). Na verdade, as Assistentes Sociais, nestes depoimentos, não articulam a ação pontual das ONGs com o conjunto das necessidades sociais dos usuários, bem como não efetuam a relação com as transformações contemporâneas que ampliam a desigualdade social.

De forma minoritária, mas bastante significativa, outras profissionais verbalizam um discurso mais crítico, no qual salientam as limitações da intervenção das ONGs e o trabalho pontual diante das necessidades dos usuários, em conformidade com o que está definido no projeto e com os recursos disponíveis. Por isso, a Assistente Social afirma, no fragmento a seguir, que a ONG em que trabalha contribui para o atendimento das:

Necessidades relacionadas ao que está no projeto, né? Porque, assim, na verdade os grupos que nós assessoramos têm várias necessidades que nós não trabalhamos, né? Que a gente busca que eles vão atrás. Assim, existem outras necessidades, por exemplo, saúde né? Se o objetivo é que numa horta elas consigam vender numa feira e consigam ganhar um dinheirinho pra ter autonomia e não precisar mais da gente, aí demora bastante e às vezes a gente nem consegue ver se realmente o grupo vai conseguir. Mas, a assessoria vai funcionando, né? enquanto isso. De explicar como é que funciona o adubo, um não sei o quê, a organização... (SAFIRA).

Eu acho que não contribui. Assim: pode até contribuir, mas eu acho que não atende a todas as necessidades. Porque têm muitos limites. Tem o limite do próprio recurso, no nosso caso, tem o limite da própria distância que a gente

está do grupo, a sede é aqui, mas a gente tem um grupo que é duas horas de viagem, nós vamos duas vezes por mês. Então, não é uma, como é que eu posso dizer, uma coisa sistemática e aí o projeto ele tá pra realizar seminários, oficinas... Até certo ponto limitado, pra atender. E aí porque as necessidades são várias, a gente vê no serviço são muitas as necessidades e aí a gente tá pra contribuir nesse sentido (do que está previsto no projeto), é muito pouco. Pode ter uma contribuição, mas ela é limitada, porque ela não é... Não é uma política, ela é uma coisa pontual é um... Sei lá, acho que às vezes é um pouco até de idealismo, a gente tem (que ter) esse cuidado. (MARGARIDA).

A abrangência é limitada, as condições estruturais são pequenas, os recursos disponíveis são escassos, os projetos são bem delimitados e, por último, o objetivo ou a função social destas organizações chamadas ONGs não é de atender a amplitude das necessidades sociais, como garantia de um direito social. Na verdade, o trabalho das ONGs não pode dar conta dos problemas sociais, cuja magnitude e complexidade são ampliados em progressão geométrica cotidianamente. Diante das determinações sócio-históricas atuais e dos limites das ONGs (principalmente a sobrevivência a partir de projetos), o tratamento às refrações da questão social só pode ser instável, pontual, fragmentado e emergencial, sem resolver os problemas na sua raiz, pois a função social destas organizações não é atuar nos fundamentos da desigualdade, ou melhor, no conflito entre o capital e o trabalho.

Ratifica-se, ainda, que as respostas profissionais fornecidas às demandas não são respostas às necessidades propriamente ditas. As necessidades sociais referidas às demandas caracterizam uma aparência das reais necessidades dos trabalhadores. Abreu (2002, p. 34) acrescenta que “as necessidades sociais na sociedade capitalista tendem a ser reduzidas a demandas da classe dominante manifestas no mercado, isto é, definidas a partir dos interesses do capital, em detrimento da satisfação das necessidades do homem” relacionadas ao desenvolvimento humano.

Ao retomar a discussão sobre o trabalho das ONGs diante do cenário de pobreza e desigualdade social na realidade brasileira, as Assistentes Sociais, em sua maioria, demonstram preocupação com a heterogeneidade que constitui o universo das Organizações Não-Governamentais, uma vez que estas apresentam finalidades, objetivos e atuações diferenciadas, assim como uma compreensão fluida, como já destacado neste trabalho.

Algumas (ONGs) respondem. Outras não. Eu acho que não é o mesmo peso e a mesma medida pra todas. Eu acho que há ONGs e ONGs. Como eu disse, a

gente não pode medir... Por isso, eu acho que cada caso é um caso. A gente têm organizações aí que tem um trabalho fantástico, a gente tem outros que desviam, tem a que desviam e ao mesmo tempo faz o trabalho fantástico. E, aí, não existe uma legislação específica que diga o que é ONG, né? (JADE, grifo nosso).

Eu acho que é um trabalho muito interessante que as ONGs vêm desenvolvendo. Agora a gente tem que perceber que existe ONGs e ONGs, né? Então, assim eu acho que as ONGs têm, sim, um trabalho interessante, agora como falei, não são todas, infelizmente eu acho que até a ABONG precisa de ter uma fiscalização maior, não só nas que são associadas, porque isso eles já têm, mas em outras que não são associadas quem é que fiscaliza? (JASMIM).

Essas reflexões apontam contradições que decorrem, não só do universo das ONGs, mas do entendimento de terceiro setor, com destaque para a abrangência e a idéia de neutralidade que fecunda tais concepções sobre estas organizações. Por outro lado, a partir das análises realizadas e à luz da fundamentação teórico-metodológica deste trabalho, verifica-se que as críticas e as reflexões efetuadas pelas profissionais não ultrapassam a ordem do capital, ou seja, as ONGs são consideradas (associadas à ABONG ou não, “pilantrópicas”¹⁶⁷, filantrópicas, voltadas para o debate dos direitos) a alternativa dentro da sociedade capitalista, não havendo proposição consistente de ruptura radical, reflexão sobre a luta de classes contemporânea e busca concreta do desvendamento da aparência das atuações voltadas para os projetos sociais.

A totalidade que envolve a inserção de tais instituições indica sua dependência em relação aos mandos, vontades e exigências dos financiadores, via projetos aprovados e executados de forma pontual e, muitas vezes, na superficialidade das expressões da questão social, sem discutir a histórica contradição entre capital e trabalho. Nesta perspectiva, uma fala é digna de ênfase:

O trabalho das ONGs, diante da pobreza e da desigualdade, minha Nossa Senhora! Primeiro, que a pobreza e a desigualdade é histórica, é de um modelo (risos da entrevistada) de sociedade (risos da entrevistada) e que as ONGs não vão resolver (risos da entrevistada). Mas eu acho que as ONGs não resolvem esse problema, eu acho que as ONGs, em determinadas situações elas amenizam o problema, mas elas não resolvem. [...] mas não resolve, não resolve, porque o que que existe? Existe a família com fome e sem o mínimo de condições materiais em sua residência, portanto participando, os seus filhos e filhas, por exemplo, participando de um projeto de teatro, que vai apresentar o mundo àqueles jovens que moram naquela casa de taipa, que não tem televisão, mas que eles vão ter acesso ao mundo através de um trabalho da ONG que

¹⁶⁷ Expressão comumente utilizada para se referir as ONGs e/ou entidades não compromissadas e até mesmo desonestas.

levou cultura, levou inclusão digital, levou escola de alfabetização de jovens e adultos, levou a biblioteca comunitária, são coisas muito pequenas que fazem o diferencial pra algumas comunidades e pra algum punhado de família, mas que não resolve a pobreza, não resolve a desigualdade. Não resolve. Mas, é, a ONG, ela possibilita algumas estratégias de enfrentamento de sobrevivência, de enfrentamento ao capital e de sobrevivência, agora é um enfrentamento muito pequeno, muito pequeno diante do mundo (VIOLETA, grifos nossos).

Como as ONGs podem concretamente atender necessidades sociais, lutar pela extinção da desigualdade e defender justiça social dentro dos limites da sociedade capitalista? Tal indagação deveria fazer parte dos debates dos profissionais como sujeitos políticos, enquanto classe e não como técnicos, nos espaços sócio-ocupacionais das ONGs, pois nestes “lócus” não cabem tais reflexões. A contradição está presente na rotina de trabalho das Assistentes Sociais, sendo essencial para as reflexões o seu engajamento, enquanto sujeito de classe.

b) A relação ONG e Estado

Nas entrevistas, a relação ONG e Estado aparece direcionada para a questão da “parceria” nos financiamentos de projetos e na articulação de ações voltadas para as políticas sociais a nível local. Fica explícito que a maioria das Assistentes Sociais não tem visão crítica quanto à relação ONG/Estado, ou seja, as determinações contemporâneas não são apreendidas e nem é percebida a função social das organizações na atualidade. Na verdade, nos depoimentos aparece, como algo dado e certo, que as ONGs estudadas ocupam um lugar relevante, ou melhor, intervêm de forma significativa nas políticas sociais públicas de âmbito municipal e estadual, inclusive reforçando o discurso burguês de ineficiência do Estado.

Acho que das ONGs que trabalham no Estado do RN a que tem mais relação aproximada com o governo somos nós. A gente tem muitos projetos... Inclusive hoje nós somos quem assessoramos, somos coordenação, somos equipe de articulação de um programa estadual [...] É uma grande parceria! (com o governo) – (HORTÊNCIA, grifo nosso).

Porque assim, por que a importância hoje cada vez mais das ONGs? Exatamente pela, vamos dizer assim, pelo limite eu acho, pela, pela distância do Estado em atender algumas demandas, algumas necessidades que lhe cabiam, né? Então, por exemplo, muitas, muitos desses atendimentos... as políticas públicas se elas fossem tão eficazes, eu acho que não haveria tanta necessidade da atuação das ONGs, né? Então, assim, eu acho que as ONGs, ela vem

justamente pra atender essa falta (de políticas públicas). E eu acho assim que ela não supre, mas ela contribui muito e eu acho que, de certa forma, até o Estado até se exime do que lhe cabia na responsabilidade, pra tá fazendo alguma coisa (RUBI, grifo nosso).

Neste último depoimento fica evidente uma análise a-histórica e a-crítica da relação entre Estado e sociedade, o que vem sendo fortalecido pela classe dominante, para estimular iniciativas particulares e voluntárias, no campo das expressões da questão social.

A gente entende... a gente tem uma compreensão que o Estado, na verdade, ele é omissivo, muitas vezes, mas eu penso que as ONGs, não é, o seu papel não é só chamar atenção, mas o seu papel além de provocador, é estar junto também, né? Eu tenho isso muito claro. Então, além de eu chamar atenção, provocar, então, eu faço questão, eu que tô mais na articulação, de estar realmente nas reuniões, contribuindo, não é? colocando algumas questões (ROSA).

Então, é muito isso, é uma relação de parceria (ONG e Estado). Então, a gente tenta ter uma, um diálogo, né? A gente não tem essa postura de, de enfrentamento, porque eu também acho que não contribui, né? A gente tem que cobrar o que tem que cobrar, participar do que tem que ser feito, a questão do orçamento participativo, né? Algumas discussões coletivas a gente tá se colocando, né? E principalmente pra essa temática que a gente trabalha [...] (JADE, grifo nosso).

Os fragmentos anteriores indicam que o papel da ONG não é de enfrentamento, mas de colaboração, ou seja, não se estabelece uma relação de luta e, sim, de negociação entre as organizações e o Estado. A parceria constitui uma relação mais amena, não politizada e distante do embate direto de interesses de classe, o que se torna funcional ao projeto neoliberal de reestruturação capitalista, por não se propor a superar o imediatismo do cotidiano.

Outras entrevistadas têm um posicionamento mais crítico quanto à relação que se estabelece entre ONGs e Estado: as profissionais percebem que o trabalho das organizações não substitui as intervenções estatais, embora não articulem a retração de investimentos do Estado com as políticas sociais aos interesses do capital contemporâneo.

[...] o Estado, determinadas área tá sucateada a sua ação, então contrata entidades da sociedade civil pra executar aquela ação da política pública, quando na verdade deveria fazer concurso público pra realizar as coisa. Aí não realiza concurso público, sucateia os prédios e toda infra-estrutura e os programas, o recurso que era pra pagar profissional, pra reequipar as empresas públicas, contrata outras empresas de forma precarizada. Porque, na verdade,

era pra ter recursos pra que os órgão públicos funcionassem, e recursos pra fazer parcerias com a sociedade civil e não a sociedade civil ser empregada do órgão público. Essa é uma outra dificuldade, que é uma dificuldade macro e que não se resolve aqui, se resolve no plano federal com prioridade com o social que é mínimo ainda (VIOLETA).

[...] ela (a ONG) não pode substituir o serviço público, tenho essa preocupação. Cuidado que ONG não pode substituir o serviço público, é um atendimento excepcional, especial, né? (ESMERALDA).

Nesta última afirmação, sobre a não substituição do Estado pelo universo das ONGs, estão presentes elementos importantes para identificar que o terceiro setor fortalece a dinâmica de exploração e acumulação capitalista. Os(as) Assistentes Sociais que têm sua atuação profissional em ONGs não precisam negar a intervenção, mas ter clareza de que tal espaço sócio-ocupacional tem uma função social definida na sociedade: assumir um novo padrão de respostas à questão social, desonerando o capital desta tarefa e, assim, privilegiando o projeto neoliberal.

Outro ponto relevante para o(a) profissional de Serviço Social é perceber que toda mudança econômica pressupõe alterações de ordem político-ideológica, ou seja, na cultura, nos valores, nos comportamentos; então, o papel das ONGs na sociedade contemporânea é fundamentado em concepções político-ideológicas que as consolidam e promovem a adesão e o controle social.

c) O entendimento sobre o terceiro setor

Em sintonia com a tendência crítica e de totalidade já elucidada neste estudo (seção 2 – item 2.2.), o terceiro setor ocupa um lugar estratégico na conjuntura de reestruturação capitalista: desconsidera a noção de direito social como conquista da classe trabalhadora, retira a responsabilidade do Estado com a questão social, bem como obscurece a luta de classes e as alterações sócio-político-culturais necessárias à superação da crise estrutural do capital pós-1970.

No que diz respeito à compreensão e à proliferação do terceiro setor na contemporaneidade, de forma majoritária, as Assistentes Sociais entrevistadas o percebem com restrições e afirmam ser necessário cautela com as suas ações e a sua expansão avassaladora. As profissionais reconhecem contribuições importantes do terceiro setor, incluindo neste debate o trabalho realizado pelas ONGs, mas declaram que a ação deste “setor” e das suas organizações não substitui o papel do Estado. Isto implica em compreender que o trabalho realizado pelas

Organizações Não-Governamentais não elimina a necessidade da intervenção estatal, principalmente em aspectos como a amplitude e a garantia de direitos. Por isso, estas organizações podem atuar como mecanismo de proposição de alternativas eficazes para os serviços promovidos pelo Estado.

Isso (o terceiro setor) pra mim é uma preocupação. É uma preocupação porque você não pode substituir o serviço público, né? Você não pode. Serviço público é serviço público, sociedade civil é sociedade civil. [...]a sociedade civil ela tem que prestar o seu serviço sim, mas eu acho que substituir o público, não (ESMERALDA, grifo nosso).

[...] até que ponto realmente, ele está ocupando o espaço, está desenvolvendo ações que, na verdade, deveriam ser do governo, é algo que é responsabilidade do governo. Mas, a gente sabe que a realidade que tá posta, essas questões de todas essas problemáticas que existe, todas essas questões sociais, durante todo esse tempo nunca foi dado resposta, né? Então, a partir dessa, do terceiro setor, eu acho que tem dado oportunidade a aquelas famílias, aquelas pessoas que estão aí, à margem. Eu acho que o terceiro setor vem se expandindo muito, né? Agora, a gente tem que tomar muito cuidado, né? Pra saber até aonde a gente deve ir, não é nem que pode ir, até aonde a gente deve ir, até aonde é o nosso limite, né? O que é que compete ao governo, né? E o que é que compete ao terceiro setor, pra não haver essa confusão, de papéis e de responsáveis; acho que é uma grande preocupação (JASMIM).

Por outro lado, observa-se no trecho anterior que a profissional ratifica a eficiência das ONGs na intervenção social e a ineficiência do Estado em responder às necessidades sociais. Vale lembrar que há uma cultura política anti-Estado (NETTO, 1996), gestada pelo capital, que perpassa os espaços sócio-ocupacionais, inclusive as ONGs e influencia os profissionais, desviando-os de uma análise que conduza à raiz das questões.

Outro elemento importante é que o problema não é apenas aparente, como o fato de existirem “ONGs sérias e compromissadas” ou “ONGs assistencialistas”. A questão de fundo está na função social que assumem, numa determinada conjuntura, ou melhor, num contexto sócio-histórico específico. Em alguns momentos das entrevistas há certa defesa e nítido envolvimento das Assistentes Sociais com o trabalho desenvolvido nas ONGs, passando até a justificar sua ação e a afirmar sua importância.

[...] ele (o terceiro setor) vem ganhando espaço, é no caso as ONGs, né? Exatamente por isso, né? Porque é... Eu acho, assim, que esse contexto que a gente vive hoje, a conjuntura, né? Que a gente vê a questão do desemprego, a

falta de trabalho, a falta de oportunidade, entendeu? A questão da pobreza cada vez mais complexa, uma coisa mais acirrada nessa, nesse cenário atual, né? A questão da violência, quer dizer, são vários fatores e que as ONGs elas vem, vamos dizer, abarcando um trabalho, um trabalho de intervenção, né? No sentido de *contribuir na mudança dessa realidade* (RUBI; grifos nossos).

É relevante destacar a opinião de outra Assistente Social entrevistada que amplia a reflexão para o tipo de entidades do terceiro setor, através do debate sobre os “tipos” de ONGs, expondo a heterogeneidade de interesses, objetivos, demandas e posturas político-ideológicas. A profissional ressalta que existe uma gradação no comprometimento das ONGs para com as necessidades sociais e aponta quatro tipos de organizações: a) associadas à ABONG; b) assistência direta; c) “pilantrópicas”; e d) empresas privadas (responsabilidade social)/filantrópicas. Destaca que as primeiras trabalham no campo político: “[...] têm uma ação de transformação social, uma atuação para além da realidade, que se atualiza, que enfrenta o Estado, que enfrenta a pobreza [...]” (VIOLETA). O segundo tipo também tem compromisso com a realidade social, mas sem reflexão política: “[...] que acolhem pessoas em situações de risco e dão um atendimento direto, com pouquíssima reflexão política, pouquíssima” (VIOLETA). A profissional considera os últimos dois tipos assistencialistas e voltados para interesses divergentes dos interesses dos trabalhadores.

Cabe uma reflexão sobre a posição da Assistente Social em questão, isto é, uma análise que busque ultrapassar a aparência da realidade cotidiana. As instituições chamadas de ONGs, assim como as entidades do terceiro setor têm suas particularidades e contradições atreladas aos interesses políticos de cada espaço, por isso, há algumas mais e outras menos envolvidas com as ações no âmbito social. Compreende-se, entretanto, ser impossível pensar em transformação social, no sentido de transpor a ordem de exploração, dominação e acumulação do capital, na órbita de tais espaços, visto que são “lócus” que não facilitam a análise mais crítica e profunda da realidade social, pois seus limites e objetivos institucionais não permitem tal façanha. Por tudo isso, a necessidade de analisar com cuidado teórico, metodológico e político tais concepções de tipos divergentes de ONGs no terceiro setor.

Outra Assistente Social revela um discurso mais sintonizado com as mediações e a conjuntura em que se inserem as Organizações Não-Governamentais, articulando seu cotidiano profissional com a totalidade das relações sociais:

Olhe, o terceiro setor... Não sei... Eu penso que seria melhor não existir o terceiro, porque é aquela questão, quanto mais (risos da entrevistada), quanto mais pessoas ou, sei lá, entidades a gente responsabiliza pra realizar as coisas, então significa que aquela outra ou aqueles outros que existem vão ficando com menos responsabilidade. Então, a gente tem dois setores o governo (o Estado) e o mercado, vamos dizer, e aí é outro sujeito... E aí quem vai realizar? De quem é o papel? E o terceiro setor, talvez ele esteja, não sei... É minha opinião, talvez ele esteja agregando ou absorvendo uma parte do primeiro e uma parte do segundo, vamos dizer, se é que existe esse primeiro, esse segundo e esse terceiro. E aí acaba que... pulveriza eu acho, as coisas, né? É... Num cumpre responsabilidades, mas lhe é atribuído responsabilidades que ele não é capaz de dá conta, que é aquela questão que eu digo, às vezes se torna utopia. Então, assim, eu penso que o terceiro setor ele tá... tem que ser repensado. Eu acho que ele não responde, não contribui, tem suas contribuições mínimas... Como eu digo, até certo ponto, eu acho que ele vai até certo ponto, mas se a gente tiver um olhar mais longe, né? Olhando a partir de hoje mais a frente, a gente sabe que vai chegar um ponto que vai parar, que a coisa não anda. Então, ele tá pra um papel que ele não vai conseguir cumprir, ele tá pra o que ele não vai realizar (MARGARIDA, grifos nossos).

A fala anterior aprofunda a discussão para a existência de um terceiro setor ou de uma forma ou padrão de resposta às expressões da questão social, ressaltando a superficialidade e os limites das ações que não conseguem atender à gama de necessidades sociais da classe trabalhadora.

Considera-se, neste trabalho, do ponto de vista crítico e dialético da totalidade da realidade social, que o terceiro setor não existe como setor, sendo mesmo uma estratégia hegemônica do capital para retirar o Estado da órbita da questão social e, assim, contribuir como instrumento/meio para a recuperação das taxas de lucro do capital.

Quanto às Organizações Não-Governamentais, é necessário fazer algumas ponderações e perceber as contradições que perpassam tais entidades. A rigor, as ONGs constituem parte do terceiro setor, mas há particularidades muito interessantes, especialmente com as associadas à ABONG, haja vista as contribuições efetivas, sérias e comprometidas com valores e princípios humanistas e com a defesa dos direitos sociais.

Essas reflexões implicam, para o Serviço Social, um exercício profissional pautado no questionamento, no desvelamento da relação aparência e essência dos fenômenos sociais, ou seja, um conhecimento da realidade social com acompanhamento atento da dinâmica conjuntural para uma atuação mais qualificada no espaço sócio-ocupacional das ONGs, buscando os limites, as

contradições e as particularidades que envolve esse cotidiano, bem como considerando as contribuições interessantes das suas ações para a classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido neste trabalho não encerra as reflexões e os debates sobre o exercício profissional do(a) Assistente Social nas Organizações Não-Governamentais. Isto porque se considera que a realidade é uma totalidade sempre mais rica do que todas as determinações que se possam reconstruir, ou melhor, abstrair, sendo possível conhecê-la somente por aproximações sucessivas. Por isso, concluir esta dissertação não significa finalizar análises e reflexões sobre o objeto de estudo.

O fio condutor do trabalho foram as novas configurações da relação entre o Estado e a sociedade, tecidas pela conjuntura sócio-histórica de reordenamento do sistema de produção e reprodução do capital no mundo contemporâneo, na busca incessante da superação da sua crise estrutural pós-1970. O movimento de reestruturação do capitalismo reconfigura a vida societária em nível planetário, determinando a cultura, a economia, a política, ou seja, todas as dimensões das relações sociais, no final do século XX e início do século XXI, em países de capitalismo central e periférico, particularmente no Brasil.

Os representantes do capital recorrem a várias estratégias, em prol da retomada das taxas de lucro e da manutenção da sua hegemonia. Neste trabalho, incidindo diretamente sobre o objeto de estudo, foram considerados como eixos nucleares deste processo: a reestruturação produtiva, as metamorfoses no mundo do trabalho e a contra-reforma do Estado, esta última com novos padrões de regulação voltados para o mercado, os quais desconsideram direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Os objetivos centrais deste processo de reestruturação são o aumento da produtividade e a tentativa de neutralizar a classe trabalhadora na luta por um projeto de sociedade radicalmente distinto do capitalismo.

Como um dos elementos que contribuem para o envolvimento ou, nas palavras de Mota (2000), para “a adesão e o consentimento” da classe trabalhadora a esta dinâmica societária está a ideologia da “cultura da crise”, encobrendo a real crise estrutural do capital. Tal cultura justifica, na aparência, as alterações no campo das respostas às expressões da questão social, com isenção do Estado e repasse das responsabilidades com o social para o âmbito privado: a passagem das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil” (MONTAÑO, 1999), sendo expressões deste movimento a re-mercantilização e a re-filantropização dos serviços sociais.

Os alicerces ideológicos que garantem as alterações necessárias ao capital são a retórica da participação da sociedade civil e sua transformação em terceiro setor, assim como a falácia do enxugamento dos recursos do Estado. Esses elementos consolidam as modificações, a favor do capital, na relação Estado e sociedade e promovem a expansão do terceiro setor e a mudança na função social das ONGs, bem como redefinem possibilidades e limites para as profissões que atuam no campo das expressões imediatas da questão social, como é o caso do Serviço Social.

A propagação e a ilusão da concepção de sociedade civil homogênea, livre de conflitos e de interesses, com entidades eficientes e participativas em oposição à esfera estatal, considerada burocrática e ineficiente, “ignora o Estado, o mercado e a produção como arenas das mesmas lutas sociais que se processam na sociedade civil” (MONTAÑO, 2003, p. 264). E, assim, incorre no erro histórico de considerar a sociedade civil e o terceiro setor como faces da mesma moeda.

Essa versão da sociedade civil, interessante para o capital, é o que fundamenta e está presente no cotidiano das entidades do terceiro setor. Considera-se que o terceiro setor, a partir da tendência crítica e de totalidade, nem mesmo pode ser entendido como setor, mas sim como um determinado padrão de resposta privada às manifestações da questão social, útil e funcional à dinâmica de reestruturação do capital, visto que: a) contribui para responsabilizar e guiar o indivíduo a assumir, como suas, as seqüelas da desigualdade social; b) ofusca a relação de exploração e opressão do capital sobre a classe trabalhadora; e c) desobriga o Estado de atuar sobre as expressões da histórica questão social.

Nesta linha de análise, as ONGs (seus integrantes conscientes ou não), inseridas no cenário de transformações sócio-históricas, constituem e reforçam parcerias, profissionalizam-se e atuam diretamente no social, somando esforços junto às respostas privadas, fragmentadas e pontuais às manifestações contemporâneas da questão social. Não se trata, porém, de responsabilizar os profissionais que atuam em tais organizações, mas analisar as determinações sócio-históricas que perpassam e conformam as ações desenvolvidas nas Organizações Não-Governamentais.

As ONGs tendem para um universo de contradições e limites que mais ratificam a conjuntura de reordenamento capitalista do que concretizam alternativas às requisições do capital. As “estratégias participacionistas neoliberais difundidas no conjunto das práticas sociais” (ABREU, 2002) confrontam-se com as possibilidades de intervenção crítica à ideologia dominante, particularmente nas ONGs.

A partir das reflexões de Abreu (2002) sobre a cultura da participação, na ótica dos interesses do capital, pode-se inferir que ao mesmo tempo em que as ONGs, muitas vezes, contribuem com respostas interessantes, sérias e compromissadas com os interesses dos seus usuários tendem a reforçar:

[...] o sistema de estratégias participacionistas vinculadas à política privatista do Estado neoliberal, a qual negando as conquistas sociais, implementa a redução dos gastos públicos para o atendimento das necessidades das classes subalternas [...] (ibid., p. 203).

A defesa e a propagação de tais organizações vêm sendo envoltas pelo discurso da garantia de direitos, da cidadania e da democracia, nos limites da sociabilidade do capital, obscurecendo suas condições objetivas de funcionamento e gestão. Há particularidades expressivas nas condições de sobrevivência institucional das ONGs que devem ser consideradas. Uma das particularidades é a forma de viabilização concreta das ações e da estrutura organizacional, a partir de projetos financiados pelos chamados “parceiros”: Estado e cooperação internacional.

Verificou-se, na pesquisa, que os financiadores, através da duração dos projetos, determinam e limitam, direta ou indiretamente, a execução, a definição e o monitoramento de ações e recursos, bem como as condições de trabalho dos(as) profissionais que trabalham em ONGs. Os financiamentos são temporários, com duração pré-fixada no momento da aprovação/renovação de cada projeto e nos moldes dos parceiros; a busca da renegociação, da manutenção e/ou da aprovação de novos projetos constituem a realidade de sobrevivência das organizações. Por isso, a instabilidade na vigência dos projetos torna o trabalho pontual, focalizado em determinados grupos e segmentos e sem garantia de continuidade, na contramão da perspectiva da universalidade de acesso aos direitos sociais.

É no emaranhado de relações e mediações sócio-históricas e de particularidades que perpassam as ONGs que se materializa o exercício profissional dos(as) Assistentes Sociais nestas organizações. Profissão sócio-historicamente construída e legitimada para responder a demandas originárias do enfrentamento da questão social, o(a) profissional de Serviço Social objetiva seu fazer no cerne da desigualdade resultante da luta de classes. Por isso, ele(a) não está imune às alterações da dinâmica societária.

Na atualidade, a atuação do(a) Assistente Social encontra-se inserida em um contexto de reestruturação que mais impede do que facilita a análise das contradições. Por outro lado, compreende-se que o diferencial que possibilita fazer a crítica está presente, dentre outros aspectos, nas dimensões política e teórica, especialmente na reflexão do profissional e na sua apreensão dos fenômenos sociais para além das aparências. Pode-se dizer que o conjunto de transformações contemporâneas incide sobre as dimensões (teórica-metodológica e ético-política) da profissão e promove redefinições na sua intervenção.

Dessa maneira, compreende-se que as tendências da profissão, em relação ao exercício profissional, estão articuladas: 1) à realidade objetiva, ou seja, às condições de trabalho e ao conjunto de exigências e demandas (im)postas pelo empregador; b) à capacidade dos(as) Assistentes Sociais de decodificá-las criticamente e propor iniciativas que se contraponham ao processo atual de exploração e dominação burguesas; e c) às possibilidades de organização e participação política coletiva dos profissionais.

De acordo com as análises efetuadas, a inserção das profissionais de Serviço Social nas organizações estudadas é pautada por limites e desafios, especialmente quanto à identidade profissional, às exigências profissionais e à autonomia, apontando algumas tendências.

O universo das ONGs tende à desprofissionalização dos trabalhadores, pois este mercado inclina-se a não reconhecer as particularidades de cada especialista e a considerar a contratação de um profissional, apenas como da área social, com habilidades e competências que respondem às necessidades do contratante. Isto termina por contribuir com a tendência de perda de identidade profissional, o que é mediada por três aspectos abordados na pesquisa: a) a consolidação da atuação profissional em equipes multidisciplinares, o que vem possibilitando, em alguns casos, a confusão entre ações coordenadas por especialistas diversos e particularidades profissionais; b) a confusão entre cargo e profissão, em que metade das profissionais se considera como assessora ou coordenadora institucional e não como Assistente Social, caracterizando certo desconhecimento das atribuições e competências previstas na Lei 8.662/1993; e c) a participação em eventos para capacitação, em que há uma incidência menor em acontecimentos organizados pela categoria profissional, como os promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, em contraposição aos eventos específicos da área de atuação; o que demonstra relativo distanciamento das discussões mais atuais da profissão. Efetivamente, o processo de perda de

identidade profissional revela prejuízos tanto no poder de luta quanto no reconhecimento e fortalecimento da profissão na atualidade.

Quanto às exigências institucionais consideradas como “novas” pelos sujeitos desta pesquisa, seguem a lógica da reestruturação e as necessidades dos financiadores das organizações. Sobressaem as exigências: a) necessidade de conhecimento permanente, direcionado para o funcionamento e gestão das ONGs (gestão, projetos, particularidades financeiro-administrativo, público alvo, captação de recursos, dentre outros), em detrimento das determinações societárias que conformam a profissão na contemporaneidade; b) gestão e coordenação institucional/assessoria/consultoria; e c) articulação e representação institucional, com ênfase na captação de recursos para os projetos.

Sobre a autonomia, as Assistentes Sociais que atuam nas ONGs estudadas têm uma percepção muito tênue das limitações relativas a este aspecto. A autonomia profissional não é percebida pelas entrevistadas como um direito garantido pelo Código de Ética, mas como elemento condicionado pelas relações de trabalho, reconhecidas como “mais democráticas” nas ONGs, cuja confiança institucional depositada no(a) trabalhador(a), conquistada pela sua competência, é o fundamento da idéia de autonomia. Identifica-se que são desconsiderados, pelas Assistentes Sociais, os limites das condições objetivas de funcionamento e gestão das organizações. Na verdade, a autonomia é relativa em tais organizações, nesta sociabilidade, pois vários são os fatores que restringem o exercício “livre” do profissional, como por exemplo: os recursos, os princípios ideológicos da instituição, as orientações e exigências dos financiadores, dentre outros.

Do ponto vista das dimensões diretamente articuladas ao exercício profissional das Assistentes Sociais nas ONGs foram analisados neste estudo: as condições de trabalho, as demandas e as respostas profissionais, sendo também considerada relevante a concepção das entrevistadas sobre a relação questão social/ONGs/Estado.

No que diz respeito às condições de trabalho no universo das ONGs, há uma tendência de precarização e exploração que limita o fazer profissional das Assistentes Sociais, repercutindo na subjetividade e na objetividade do seu trabalho. As profissionais vivenciam situações de incerteza e provisoriedade no cotidiano das suas ações, originárias das relações de instabilidade de um mercado de trabalho chamado ONG, que sobrevive do financiamento de projetos pontuais, fragmentados e descontínuos. Embora 56% (ou cinco) das entrevistadas tenham a carteira

assinada, não há estabilidade do contrato de trabalho, uma vez que estes vigoram em função do tempo de duração dos projetos sociais financiados pela cooperação internacional e/ou pelo Estado.

Outro elemento que confirma a precariedade e a exploração no âmbito das ONGs é o descompasso verificado na pesquisa entre o tempo de trabalho estabelecido pela instituição e o considerado, efetivamente, pelas Assistentes Sociais. Este descompasso é materializado pelo excesso de responsabilidades assumidas e pela rotina desgastante de viagens, embora algumas profissionais confundam exploração com compromisso ético-político no exercício da profissão. Mesmo a instabilidade sendo identificada pelas entrevistadas como ponto negativo do fazer profissional nas ONGs, é camuflada ou minimizada por aspectos pessoais, como satisfação, compromisso e valorização das ações realizadas, o que inviabiliza o questionamento e o debate crítico sobre as condições de trabalho articuladas à conjuntura de transformações sócio-históricas.

Pode-se inferir que as dimensões que expressam a precarização das condições de trabalho das Assistentes Sociais, nesta pesquisa, contribuem para reforçar a tendência de fragmentação e desarticulação dos trabalhadores, uma vez que dificultam, na prática, a organização política destes profissionais. Isto não só porque as relações processadas nas ONGs são instáveis, mas também porque a ideologia da participação da sociedade civil que perpassa as áreas e temáticas de atuação obscurece a sua dinâmica e o seu funcionamento, o que não propicia a identificação do(a) Assistente Social como trabalhador(a) que vende sua força de trabalho para sobreviver.

Em conformidade com as exigências institucionais, pode-se afirmar que há uma tendência de sintonia das demandas profissionais, identificadas e analisadas nesta pesquisa, com a lógica instável de sobrevivência das ONGs, cujo objetivo desta lógica, em última instância, é corresponder à função social atual de responder, de forma pontual e fragmentária, à questão social, o que atende às necessidades contemporâneas do capital. Isto é o que se evidencia nas atribuições destacadas pelas entrevistadas: a articulação/representação institucional, a elaboração de projetos sociais, assessoria a grupos (os usuários) e elaboração de relatórios; outras atribuições como captação de recursos e gestão institucional emergem como novas exigências postas à profissão, ao mesmo tempo em que se reeditam demandas históricas (como a triagem e o atendimento individual, dentre outras) no campo das ONGs. Este agrupamento de atribuições (“novas” e “velhas”) surge pautado nos padrões de produtividade e qualidade do processo de

reestruturação capitalista, a fim de manter essas organizações na função estratégica de respostas parciais às expressões imediatas da questão social.

O conjunto de responsabilidades e exigências (im)postas pelo espaço sócio-ocupacional das ONGs sinaliza uma série de demandas que visam atender, direta ou indiretamente, às necessidades do capital de especialização e de legitimidade social das Organizações Não-Governamentais no trato com a questão social no século XXI, em detrimento das políticas públicas garantidas pelo Estado.

Em relação às respostas profissionais, como foi evidenciado, estas se articulam com os princípios e os pressupostos do projeto ético-político profissional, resultado da construção coletiva da categoria, principalmente pós-1980; isto porque, em sua maioria, as Assistentes Sociais demonstraram vivência de valores e de concepções norteadoras do Código de Ética de 1993. Ficou nítido, entretanto, que é necessário mais que vivência do código; é primordial um conjunto de outras mediações tais como a capacitação teórica, metodológica, ética e também a participação política coletiva efetiva para que possibilite ultrapassar a aparência do cotidiano e vislumbrar a totalidade dos processos sociais.

Na perspectiva das Assistentes Sociais, a relação entre questão social/ONG/Estado é percebida de maneira tal que demonstra a dificuldade de apreender as determinações sócio-históricas da sociedade capitalista em tempos de reestruturação, na medida em que: 1) enaltecem a diferença do fazer profissional nas ONGs, em detrimento do trabalho no Estado, através da ideologia das ações “ineficientes e burocráticas estatais”, em oposição à “eficiência e compromisso” das ações nas ONGs; e 2) não analisam, em sua maioria, os limites da atuação das ONGs na realidade social, bem como não articulam as dificuldades da intervenção em tais espaços sócio-ocupacionais com o cenário regressivo, do ponto de vista das conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988.

Estão presentes nos discursos das entrevistadas a “cultura da crise” (MOTA, 2000) e a “cultura anti-Estado” (NETTO, 1996), nas quais as atividades e as responsabilidades estatais devem ser repassadas para um “setor” mais eficiente e democrático: o terceiro setor e as Organizações Não-Governamentais. É importante lembrar, nesse debate de transferência de responsabilidades com o social, que as ações promovidas pelos(as) profissionais no terceiro setor e nas ONGs, através geralmente de serviços, engendra uma forma de acumulação de capital, uma

vez que contribui para o processo de redirecionamento dos recursos do Estado para a esfera privada, ou seja, a questão social passa a ser responsabilidade de sujeitos privados.

A dificuldade das Assistentes Sociais entrevistadas de articular as singularidades do exercício profissional às particularidades e à totalidade da sociedade atual atravessa toda a pesquisa e retrata um dos limites do exercício profissional. O envolvimento do profissional com a “ideologia da instituição”, a dificuldade de participação nas discussões contemporâneas do Serviço Social, bem como a participação política coletiva comprometida pelo contexto de fragilidade e fragmentação da classe trabalhadora são elementos centrais que possibilitam o distanciamento do debate radicalmente crítico com a centralidade na luta de classes. Na verdade, o cotidiano portador de imediatismo e alienação é rico de determinações que precisam ser desveladas, em articulação com os processos sócio-históricos contemporâneos.

Conquanto seja um fazer profissional realizado pautado por valores e princípios que norteiam as diretrizes centrais do Código de Ética de 1993 e se sintonizam com o projeto ético-político-profissional, as contradições presentes no cotidiano da atuação nas ONGs dificultam a concretização de alternativas que visem outro projeto societário para além do que está em vigor.

Compreende-se que não é suficiente trabalhar a partir do discurso e no limite capitalista dos direitos, mas é necessário fazer a crítica qualificada da ordem do capital contemporâneo, articular com as singularidades da realidade institucional e, na luta política, buscar coletivamente reais alternativas que almejem a emancipação humana. É necessário ultrapassar a luta no campo dos direitos e rearticular as lutas sociais “tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores” (ANTUNES, 1999, p. 243).

Cabe, também, refletir que ações mais politizadas e críticas, sintonizadas com valores humanistas, inseridas na luta pelos interesses da classe trabalhadora podem perpassar a ação nestas instituições chamadas de ONGs, em função da capacidade teórico-metodológica e ética-política dos profissionais que nelas atuam, bem como a partir da inserção dos mesmos trabalhadores nos espaços de participação política coletiva. É importante lembrar que, a rigor, todas as entidades são contraditórias e nelas perpassam interesses de classe.

Assim, a questão não é negar ou valorar, ou melhor, desqualificar as Organizações Não-governamentais e as significativas contribuições para os seus usuários, bem como contestar a competência e o compromisso dos seus profissionais, mas sim analisar nas entrelinhas, desvelar os nexos e as relações, refletir sobre a funcionalidade deste espaço sócio-ocupacional na

conjuntura de reestruturação do capital. Acredita-se que um dos maiores desafios para os(as) Assistentes Sociais que concretizam seu exercício profissional nas ONGs, associadas à ABONG, ou não, é ultrapassar o imediatismo e a aparência que definem o cotidiano, bem como superar a necessidade de respostas imediatas às necessidades sociais. Não estar atento às contradições e os limites (im)postos pela conjuntura de reestruturação do capital tende a legitimar o projeto hegemônico neoliberal, o que contribui para obnubilar a luta de classes na contemporaneidade e para fortalecer o consenso e a adesão da classe trabalhadora aos interesses do capital.

Espera-se, com a realização desse estudo, ter contribuído com o debate sobre as contradições, as tendências e as particularidades do exercício profissional do(a) Assistente Social nas ONGs, possibilitando elementos para novos estudos, questionamentos e aprofundamentos da temática que iluminem, não só o fazer nestas instituições, mas que possibilitem a crítica qualificada e articulada aos processos sociais da atualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996 (mimeografado).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Critérios e procedimentos para se associar à ABONG e contribuição financeira**. [200_a]. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em 06 mar. 2006.

_____. **Estatuto Social**. [200_b]. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em 06 mar. 2006.

_____. **ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à Abong**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALCÂNTARA, Maria Norma. O estranhamento em Marx e Lukács. **Revista Saseal**. [s.l.], ano 2, n. 2, p. 22-27, 2001.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização? In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER; GENTILI (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 78-86, 1996.

_____. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. **Terceiro Setor e Serviço Social:** (des) construção do projeto ético-político profissional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

BARROS, A. de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide A. de Souza. O projeto de pesquisa. In: **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p. 18-46.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 63-137.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, Coleção Saraiva de Legislação.

_____. **Lei Nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a Qualificação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 mar. 1999.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Regulamenta a Profissão do Assistente Social. In: **COLETÂNEA de Leis**. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 78, p. 48-68, 2004.

CARNEIRO, Elizângela dos Santos. **Serviço Social e Terceiro Setor:** considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 495-591.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 115-148.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional. In: **COLETÂNEA de Leis**. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003, p. 9-28.

_____. (Org). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade impossível na ordem do capital**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Textos didáticos, n. 29.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **ONG's e Políticas Sociais Públicas: um espaço em discussão a partir da Reforma do Estado no Brasil na década de 90**. Monografia de conclusão de curso de especialização. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FERNANDES, Rubem César. **O que é Terceiro Setor?** 1994a. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em 06 mar. 2006.

_____. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

GOHN, Maria da Glória. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 58, p. 9-23, 1998.

_____. **Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Mimeografado.

GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 62, p. 93-112, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis.** Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social.** Brasília, DF: CFESS, 2002, p. 13-50.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-87.

_____. As ONG's são Terceiro Setor? In: **ONG's no Brasil:** perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 107-133.

LESSA, Sérgio. Beyond Capital: Estado e capital. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 56, p. 135-151, 1998.

LÖWY, Michael. Ideologia. In: LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985, p. 9-32.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 53, p.102-125, 1997.

_____. “Das ‘lógicas do Estado’ às ‘lógicas da sociedade civil’”. Estado e ‘terceiro setor’ em questão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 59, p.47-79, 1999.

_____. **“Terceiro Setor” e “Questão Social” na Reestruturação do Capital: o canto da Sereia**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. As dimensões da prática profissional. **Revista Presença Ética**. Recife, ano 3, n. 3, p. 9-14, 2003.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social** - módulo 1. Brasília, DF: CEAD, 1999, p. 91-110.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília, DF, p. 41-49, 2001.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 79, p. 5-26, 2004a.

_____. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. (Política Social 2). Brasília, DF: UNB, 2004b, p. 61-83.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 84, p. 5-20, 2005b.

_____. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. Santiago/Chile, 2006. Mimeografado. Palestra realizada na 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer: serviço social, trabalho profissional e representações sociais**. Natal: EDUFRN, 2005.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro & SIMIONATTO, Ivete. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 66, p. 145-164, 2001.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontrollabilidade ontológica do capital: um estudo sobre Beyond Capital de Mészáros**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeografado.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. Coleção São Paulo: Cortez, 2004. Questões da Nossa Época.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **CADERNOS MARE da Reforma do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. vol. 1, 1997, p.7-57.

PESSOA, Geórgia Patrício; ROCHA, Mariella Gondim. Aspectos jurídicos das ONGs. In: **ONG's no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 153-217.

PETRAS, J. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. Coleção sociedade e ambiente

RAICHELIS, Raquel. **História do Serviço Social no Brasil**. Brasília, DF: CFESS, 2005. Texto produzido para agenda CFESS 2006.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional de Serviço Social. **Temporalis**. Brasília, DF, ano 3, n. 5, p. 81-94, 2002.

ROSAVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. **Os (Des) Caminhos da Parceria entre o Poder Público Estadual e as ONGs**. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SCHMIDT, Eliane. Balanço social com ênfase na previdência social. **Revista Inscrita**. Brasília, DF, ano 6, n. 9, p. 23-28, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **O Serviço Social entre a objetividade da relação-capital e a emergência das demandas sociais**. Maceió: UFAL, 2006. Mimeografado.

TONET, Ivo. Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997, p. 23-50.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado. O debate contemporâneo do Serviço Social: o Terceiro Setor em questão. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 85-103, 2001.

YASBECK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**. Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

_____. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 77, p. 11-29, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Instituição: _____ **Data:** _____

Nome (item opcional): _____

Telefone: _____ **E-mail:** _____

I- PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS

1. Ano de conclusão da graduação e local: _____ / _____

2. Nível de formação atual:

Somente graduação em Serviço Social

Especialização em: _____ ano _____ completo incompleto

Mestrado em: _____ ano _____ completo incompleto

Doutorado em: _____ ano _____ completo incompleto

Outra graduação em: _____ ano _____ completo incompleto

Outro _____ ano _____ completo incompleto

3. Faixa etária: _____

20 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

51 anos ou mais

4. Há quanto tempo trabalha nesta instituição? _____

menos de 6 meses 6 meses a 2 anos 2 a 4 anos 4 a 8 anos a partir de 8 anos

5. De que forma inseriu-se nesta ONG?

seleção indicação estágio voluntário outras _____

II- O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ONGS

A) Condições de Trabalho

1. Qual o tipo de contrato?

temporário/quanto tempo? _____ prestação de serviço celetista Outro _____

2. Quais os direitos trabalhistas que você tem acesso?

nenhum todos férias 13º licença maternidade outro _____

3. Remuneração (em salário mínimo): _____

Até 2 salários 2 a 3 salários 3 a 4 salários 4 a 5 salários 5 a 6 salários

6 a 7 salários 7 a 8 salários 8 a 9 salários a partir de 9 salários

4. Carga horária / jornada de trabalho

menos de 20 horas 20 horas 30 horas 40 horas mais de 40 horas

5. Além do horário normal de trabalho, você trabalha: à noite no final de semana ambos
 somente 2ª a 6ª feira

6. Você tem que viajar para a realização do seu trabalho? Sim Não

(Em caso negativo, passe para a questão 7)

6.1. Em caso afirmativo, com que frequência você viaja?

diariamente semanalmente quinzenalmente mensalmente

outro _____

6.2. Como são definidas as viagens?

em reunião com a equipe técnica

determinação da diretoria/coordenação da entidade

individualmente em função das atividades realizadas

obrigatoriedade do programa/projeto que está envolvida

outra _____

6.3. Como é feito o deslocamento:

carro próprio carro da ONG ônibus outro _____

6.4. Recebe algum tipo de ajuda de custo para as viagens? Sim Não

6.4.1. Em afirmativo, qual? diária recursos só p/ alimentação recursos só p/ hospedagem
 recursos só p/ transporte

7. A equipe discute sobre as condições de trabalho vivenciadas (salariais, físicas, subjetivas, etc)?

Sim Não

8. Como considera seu espaço de trabalho em relação:

a) Espaço físico: ótimo bom/satisfatório regular insuficiente

b) Recursos materiais/didáticos: ótimo bom/satisfatório regular insuficiente

9. Você tem alguma forma de participação política coletiva? Sim Não

(Em caso negativo, passe para a questão 10)

9.1. Caso sim, qual?

partido sindicato movimento social (assoc., mulher, negro, etc) outra _____

10. Participa no momento de algum Conselho de Políticas Sociais / Direitos? Sim Não

(Em caso negativo, passe para a questão 11)

10.1. Caso sim, qual conselho?

Assistência

- Idoso
- Criança e Adolescente
- Desenvolvimento Urbano
- Saúde
- Educação
- Habitação
- Outro _____

10.2. Se participa, o que você acha deste espaço de controle social?

11. Descreva um dia de trabalho seu: que horas começa, que horas termina, se desenvolve atividades fora do horário normal o que faz, etc.

12. Você desenvolve trabalhos (prestação de serviços, etc) como Assistente Social em outras instituições? Qual é a instituição (outra ONG, empresa, pública), carga horária e remuneração?

B) O Trabalho do Assistente Social

1. Qual o cargo / função para o qual foi contratada?

- assistente social
- técnico social
- coordenador de projetos
- assessor / consultor
- outro _____

2. Qual a sua área de atuação?

- criança / adolescente
- questão rural/agrária
- educação
- assistência
- gênero
- outra _____

3. A ONG possui estagiário/a de Serviço Social? Sim Não

4. A ONG possui trabalho voluntário? Sim Não

5. Você possui **plano de intervenção** ou algum tipo de planejamento das ações? Sim Não
(Caso responda não, passar para questão 6)

5.1. Caso responda sim, o plano de intervenção / planejamento é sistematizado? Sim Não

5.2. É de que tipo?

- individual multidisciplinar outro _____

5.3. E quem o elabora?

() você () a equipe técnica () a diretoria () outro _____

6. Há **registro das ações** profissionais, como relatórios? () Sim () Não

(Se não há, vá para a questão 7)

6.1. Com que frequência? () semanal () mensal () semestral () anual () outro _____

6.2. Que encaminhamentos são dados?

() arquivados

() discutidos em equipe

() encaminhados para algum setor/instituição (onde) _____

() outros _____

7. Há **avaliação** das atividades? () Sim () Não

(Se não há, passar para questão 8)

7.1. Caso haja, como é realizada?

() individualmente através de relatório

() em equipe através de reunião técnica

() outra _____

8. A ONG tem consultor externo? () Sim () Não

8.1. Se sim, em que momento?

() na elaboração de um novo projeto

() no planejamento anual das ações

() na avaliação anual das atividades

() outro _____

9. Quais as suas **atribuições** na instituição (individualmente e/ou na equipe)?

10. Quais são os **programas e projetos** que você está vinculada?

11. Qual a origem dos recursos para a implementação dos projetos?

12. Os usuários colocam algumas exigências / demandas? Quais?

13. Existem demandas destinadas, ao mesmo tempo, ao Assistente Social e a profissionais de outras áreas?

Quais são essas demandas? E quais são esses profissionais?

14. Há demandas que você considera que somente um assistente social pode realizar (particular da profissão)? Quais são?

15. Você considera que tem liberdade / autonomia no desempenho de suas atribuições? Por quê?

16. É necessária autorização ou respaldo de outro profissional para execução de suas atividades?

Explique.

17. Há necessidade, nessa ONG, de contratação de outras Assistentes Sociais? Por quê?

18. Da sua entrada até os dias atuais, você identifica “novas” exigências postas para o Assistente Social neste espaço de atuação? Quais são?

19. Cite 02 aspectos positivos do seu trabalho?

20. Cite 02 aspectos negativos do seu trabalho?

C) Capacitação / atualização profissional

1. Participa de eventos voltados para a sua atuação profissional? () Sim () Não

(Em caso negativo, passe para a questão 2)

1.1. Caso sim, são eventos:

() promovidos pelas entidades representativas da categoria (CRESS, CBAS, ENPESS)

() específicos da sua área de atuação

() ambos

1.2. Quais são os eventos?

() Palestras

() Oficinas

() Seminários

() Grupos de Estudo (citar) _____

() Encontros Estaduais/Regionais/Nacionais

() Conferências

() Outros _____

2. Como você vê o Serviço Social hoje?

3. Você conhece o Código de Ética Profissional em vigor (1993)?

4. Qual a relação que você faz do código com o seu exercício profissional?

III- A RELAÇÃO QUESTÃO SOCIAL/ONGs/ESTADO

1. O trabalho do Assistente Social nas ONGs se diferencia de outras instituições? Em que difere? Por quê?

2. Você acha que a ONG em que trabalha contribui para o atendimento das necessidades dos usuários? Como / de que forma? Por quê?

3. Para você, como se dá a relação entre a ONG em que você trabalha e o governo (esferas municipal, estadual e federal)?

4. Como você vê o trabalho das ONGs diante da situação de pobreza e desigualdade social no país?

5. Como você percebe a maior visibilidade do Terceiro Setor nos dias atuais?

APÊNDICE B

Resumo de algumas informações das entrevistas das Assistentes Sociais

NOME FICTÍCIO	ANO CONCLUSÃO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA	FORMAÇÃO ATUAL	TEMPO DE TRABALHO NA ONG	CONTRATO DE TRABALHO	REMUN. (SM)	JORNADA DE TRABALHO (contrato)
Safira	2004	UFRN	Entre 25 e 29 anos	Especialista - em andamento	4 meses	CLT	5	40h
Hortência	1994	UERN	Entre 36 e 41 anos	Mestre em Ciências Sociais	9 anos	CLT	7	40h
Violeta	1990	UFRN	Entre 36 e 41 anos	Mestre em Serviço Social	8 anos	Sem vínculo atualmente	6	40h
Margarida	2002	UFRN	Entre 36 e 41 anos	Mestranda em Serviço Social	2 anos e 5 meses	CLT	5	40h
Jasmim	2002	UFRN	Entre 30 e 35 anos	Especialista - em andamento	1 ano e 2 meses	CLT	4	40h
Esmeralda	1983	UFRN	Mais de 50 anos	Especialista	2 meses	Temporário	4	20h
Rubi	1996	UFRN	Entre 36 e 41 anos	Graduação em Serviço Social	10 anos	Temporário	3	20h
Rosa	1999	UFRN	Entre 25 e 29 anos	Mestre em Serviço Social	7 anos	Temporário	6	40h
Jade	2002	UFRN	Entre 25 e 29 anos	Mestranda em Serviço Social	3 anos	CLT	3	20h